



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

**MENSAGEM
AO CONGRESSO
NACIONAL**

*Na abertura da 2.^a Sessão
Legislativa da 48.^a Legislatura*



1988

MENSAGEM AO
CONGRESSO NACIONAL

DOCUMENTOS DA PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA



JOSÉ SARNEY
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO
Ministro de Estado da Justiça

HENRIQUE SABOLA
Ministro de Estado da Marinha

LEONIDAS PIRES GONÇALVES
Ministro de Estado do Exército

ROBERTO COSTA DE ABREU SOBRÉ
Ministro de Estado das Relações Exteriores

MAILSON FERREIRA DA NÓBREGA
Ministro de Estado da Fazenda

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Ministro de Estado dos Transportes

IRIS REZENDE MACHADO
Ministro de Estado da Agricultura

HUGO NAPOLEÃO DO REGO NETO
Ministro de Estado da Educação

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO
Ministro de Estado do Trabalho

OCTÁVIO JULIO MOREIRA LIMA
Ministro de Estado da Aeronáutica

LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA
Ministro de Estado da Saúde

JOSÉ HUGO CASTELO BRANCO
Ministro de Estado da Indústria e do Comércio

ANTÔNIO AURELIANO CHAVES DE MENDONÇA
Ministro de Estado das Minas e Energia

JOÃO ALVES FILHO
Ministro de Estado do Interior

ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES
Ministro de Estado das Comunicações

RENATO BAYMA ARCHER DA SILVA
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

CELSO MONTEIRO FURTADO
Ministro de Estado da Cultura

LUIZ HUMBERTO PRISCO VIANA
Ministro de Estado da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

JADER FONTENELLE BARBALHO
Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

RUBENS BAYMA DIENYS
Ministro de Estado Chefe do Gabinete Militar

RONALDO COSTA COUTO
Ministro de Estado Chefe do Gabinete Civil

IVAN DE SOUZA MENDES
Ministro de Estado Chefe do Serviço Nacional de Informações

PAULO ROBERTO COUTINHO CAMARINHA
Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

JOÃO BATISTA DE ABREU
Ministro de Estado Chefe da Secretaria do Planejamento

ALUIZIO ALVES
Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Administração

VICENTE CAVALCANTE FIALHO
Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Irrigação

PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

MENSAGEM
AO CONGRESSO
NACIONAL

*Na abertura da 2.^a Sessão
Legislativa da 48.^a Legislatura*



1988

Brasil. Presidente, 1986- (J. Sarney)

Mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 2ª sessão legislativa da 48ª legislatura. Brasília, Presidência da República, 1988.

p. (Documentos da Presidência da República. Mensagens ao Congresso Nacional. 1988)

ISSN 0102-9878

CDU 354(81) (087.2)

1. República Federativa do Brasil — Mensagens Presidenciais, 1988. I. Série. II. Título.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I. A ECONOMIA BRASILEIRA E A POLÍTICA ECONÔMICA	
1. Desempenho Global da Economia em 1987 e Perspecti- vas para 1988	29
2. Perspectivas de Médio e Longo Prazos: o Programa de Ação Governamental — 1987-91	37
II. A POLÍTICA SOCIAL	
1. Objetivos e Prioridades	43
2. Efeitos Sociais da Política do Governo	47
3. Ação Setorial	51
III. A AÇÃO DO GOVERNO	
Ministério da Justiça	65
Ministério da Marinha	72
Ministério do Exército	76
Ministério das Relações Exteriores	79
Ministério da Fazenda	85
Ministério dos Transportes	100

Ministério da Agricultura	106
Ministério da Educação	109
Ministério do Trabalho	116
Ministério da Aeronáutica	123
Ministério da Saúde	126
Ministério da Indústria e do Comércio	131
Ministério das Minas e Energia	137
Ministério do Interior	146
Ministério das Comunicações	157
Ministério da Previdência e Assistência Social	163
Ministério da Cultura	169
Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente	174
Ministério da Ciência e Tecnologia	181
Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário ..	186
Estado Maior das Forças Armadas	188
Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presi- dência da República	189
Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	199
Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação ..	203
IV. APÊNDICE ESTATÍSTICO	207

INTRODUÇÃO

Em cumprimento à prescrição constitucional venho apresentar o balanço das atividades do Governo e seu programa de ação neste ano de 1988.

E o faço com os olhos e o espírito voltados para o bem da Nação brasileira, seu Povo, em todos os seus segmentos.

Apresento esta Mensagem ao Poder Legislativo, que representa o povo e que, com o Judiciário e o Executivo, responde às aspirações sociais, protege a riqueza do País e promove o desenvolvimento da comunidade.

Quando se encerrarem os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, teremos completado importante etapa na fase de transição política que o País atravessa. Tenho consciência da importância histórica do presente e do trabalho que vem sendo realizado por Vossas Excelências.

SENHORES MEMBROS
DO CONGRESSO NACIONAL,

No início desta sessão legislativa, que coincide com a etapa final de votação da nova Constituição da República, quero renovar o sentimento do mais profundo apreço e da mais íntima admiração pelas duas Casas do Legislativo, em cujos gabinetes, corredores e plenários formei minha personalidade política e onde aprendi que a defesa ou a condenação de idéias não são obstáculos à convivência civilizada entre pessoas de diversas formações e convicções. Fórum intransferível onde se disputam todos os interesses que tecem a vida social, o Congresso é também, ou sobretudo, o sítio do diálogo necessário, o espaço desarmado dos que se armam apenas de intenções democráticas. Contemplado do alto destes três anos de transição institucional, é grande e belo o espetáculo de um Legislativo que renasce, depois de longa crise, retemperado pelo advento da Assembléia Nacional Constituinte.

Este é apenas um dos muitos motivos para orgulho de quantos, nestes três anos, se empenharam em dotar este País de verdadeiras instituições democráticas e de formas civilizadas de convívio político e social. O verdadeiro teste de uma democracia consiste, no meu entender, na firmeza com que defendemos nossos princípios e na capacidade que demonstramos para tolerar a força com que os nossos adversários defendem as suas convicções. O compromisso de respeito ao conflito é uma petição de boa vontade e não, como muitos pensam, uma forma de acirrar ânimos. O respeito à divergência visa ao entendimento, à solução que ultrapassa a visão unilateral dos problemas e não ao impasse pelo aprofundamento permanente dos conflitos.

País devastado secularmente pelo abandono da educação do seu povo, ostentando índices cruéis de miséria absoluta ou disfarçada, com pressões de demanda social que, no quadro atual de geração e distribuição de renda, no campo e nas cidades, a economia não pode atender de imediato, o Brasil precisa empreender a sua grande travessia histórica, que é passagem para uma sociedade menos discriminatória e mais fraterna. Essa travessia terá que se dar no quadro de instituições democráticas, cujo teste supremo será a capacidade brasileira de gerar soluções de integração social. Donde se conclui que o desenvolvimento econômico, a melhor distribuição de renda e o reforço das instituições políticas constituem peças da mesma estrutura democrática, que é o desafio da nossa e das futuras gerações.

Se esta é a perspectiva correta de encarar os problemas nacionais, tenho plena consciência de que o Poder Executivo, durante os três anos de meu governo, mesmo lutando com crises de antecedentes seculares, procurou lançar as bases de um comportamento

voltado prioritariamente para as camadas menos assistidas da população e empenhou-se em criar o mais amplo espaço político possível para o debate, a controvérsia e o conflito bem-intencionados. Nunca foi tão ampla, como hoje, a liberdade de opinião, de reunião e de manifestação. Sobre o equívoco dos que usam essa liberdade para a ofensa e a provocação paira, contudo, este imenso painel de um povo sendo motivado para a participação em tudo que lhe diz respeito. Esta é a faina da democracia.

Não escolhi, fui lançado a este destino de chefe de governo. Como fruto da opção pelo servir à causa pública, já me considerava realizado, e amplamente feliz, por ter governado o meu Estado e representado a minha gente do Maranhão no Congresso Nacional. Os fatos que se sucederam, nos idos de 1984, nos colocaram, a mim e a muitos outros companheiros do Parlamento, numa confluência da História que nos permitiu antecipar de um mandato presidencial o reencontro do Estado com a vontade popular de mudança do regime, que fora manifestada nas ruas. Foi este, nunca é demais lembrar, o sentido da Aliança Democrática que tornou possível a aclamação, mais que eleição indireta, da chapa liderada pelo pranteado presidente Tancredo Neves.

Mais que um mandato a cumprir, determinado pela Constituição vigente, tinha o presidente eleito a clara consciência de que fora escolhido para guiar, pela busca permanente de consenso, a sociedade brasileira na sua difícil travessia institucional. Missão suprapartidária, eis que envolvia, e necessário é que continue envolvendo, homens de boa vontade de muitos partidos e de diversas convicções ideológicas. A imposição histórica daquele momento, que se prolonga neste, ultrapassava vaidades pessoais e projetos políticos específicos de grupos ou partidos.

O trauma político da morte de Tancredo Neves não eliminou o objetivo da transição institucional, mas confundiu e dificultou os caminhos que pareciam tão nítidos na palavra e na ação do presidente eleito.

Companheiro de Tancredo Neves, em uma aliança imposta pelo interesse nacional, vi-me subitamente lançado numa situação de espanto e desconforto. Espanto diante da tragédia. Desconforto diante do destino que me aguardava e que ninguém, de bom-senso, poderia prever, imaginar e, muito menos, almejar. Procurei, e outra coisa não faço nem desejo, senão estar à altura do desafio lançado à sociedade brasileira. Conciliador por temperamento e avesso, por natureza, à extravagância dos delírios de afirmação pessoal, decidi governar com as diretrizes traçadas e as pessoas escolhidas por Tancredo Neves, mesmo aquelas que, sabidamente, não eram de seu agrado íntimo. E o fiz enquanto foi possível dividir, com os partidos que me apoiavam, a responsabilidade pelas medidas, certas ou erradas, que a administração adotava. De responsável máximo pelas decisões de governo, tornei-me responsável único, porque não busco, nem me cabe, subtrair-me do julgamento da História e de meus concidadãos.

Senhores Congressistas,

Compromissos Honrados — Ao convocar, em 1985, a Assembléia Nacional Constituinte, cumpri um dos compromissos formalmente assumidos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro e a Frente Liberal, quando do estabelecimento da Aliança Democrática.

Com a reforma eleitoral, também preconizada por aquela Aliança:

— possibilitou-se a liberdade de organização partidária;

— nasceram novos partidos ou se legalizaram formalmente agremiações políticas há longos anos marginalizadas da vida nacional;

— todos os partidos tiveram acesso democrático aos meios de comunicação;

— os analfabetos conquistaram o direito ao voto;

— promoveram-se eleições diretas, abertas, livres, em todos os níveis do País, com o maior número de candidatos e eleitores de que se tem notícia na história político-partidária da Nação.

Após promovermos a recuperação do prestígio dos Poderes Legislativo e Judiciário, termos caminhado no sentido do fortalecimento progressivo da Federação, assegurado a autonomia e liberdade sindicais, iniciado a reforma agrária e adotado medidas fundamentais nos campos político e econômico, vi com grata satisfação que, já em 1987, havíamos cumprido todos os compromissos assumidos pela Aliança Democrática. Conquistas políticas e sociais que, em 1985, pareciam ainda longínquas, estavam asseguradas.

Em 1987, a renovação política por que passa a Nação atingiu cada Estado, com a tomada de posse dos governadores eleitos diretamente.

Orientamos a ação executiva para a solução prioritária dos graves problemas sociais que afligem a Nação, na luta para eliminar a miséria, a fome e as desigualdades de renda.

Esta prioridade está patente em todas as ações do Governo, na alocação de recursos para os programas sociais e no planejamento econômico.

Programas de Ação — Adotamos, em 1987, o Programa de Ação Governamental, que define os programas setoriais do Governo até 1991. Suas diretrizes prevêem a geração de 8 milhões e 400 mil novos em-

pregos no quinquênio e dão ênfase especial aos investimentos na área social e ao desenvolvimento do mercado interno, paralelamente à expansão das exportações.

Os gastos do Governo Federal nos principais setores sociais já alcançam, hoje, cerca de 9,5% do PIB, taxa superior à de países em estágio de desenvolvimento equivalente ao do Brasil.

O Nordeste — A prioridade ao desenvolvimento do Nordeste tem sido garantida através de programas específicos: o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), o Programa São Vicente, o Programa de Irrigação do Nordeste e o incremento dos recursos em investimentos produtivos em geral.

Os setores de educação, saúde, saneamento básico, alimentação e habitação têm merecido a mais cuidadosa atenção do Governo em todo o País.

Educação — Temos dado passos significativos para nos aproximarmos do objetivo de universalização do acesso à escola. Só em 1987, foram transferidos 3 bilhões de cruzados para os Estados, que permitiram a criação de 467 mil novas vagas no primeiro grau. Além disso, foram alocados 4 bilhões e 900 milhões de cruzados no Programa Municipal e Intermunicipal de Educação, o que possibilitou a criação de 841 mil e 937 vagas, também no primeiro grau.

Por outro lado, têm os alunos recebido alimentação e livros didáticos. Só em 1987, foram 25 milhões os beneficiários da merenda escolar e distribuíram-se cerca de 55 milhões de livros didáticos a alunos do primeiro grau.

Saúde — Também objetivo nosso é o acesso igualitário aos serviços de saúde pública, para o que temos dado continuidade à implantação dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde. O Governo

tem posto no primeiro plano de seu empenho na área social a assistência médica e previdenciária. Em 1987, estendemos aos trabalhadores rurais os benefícios da Previdência Social. Houve uma intensificação do controle de doenças transmissíveis, como a dengue, a doença de Chagas e a malária. A AIDS mereceu uma nova e especial atenção, com o início das medidas para maior controle dos bancos de sangue, que culminaram na promulgação da Lei Henfil, de n.º 7.649, de 27 de janeiro do corrente ano. Temos também dado continuidade às campanhas de vacinação, por exemplo, contra a poliomielite, sarampo, difteria, tétano e coqueluche.

Saneamento — No setor de saneamento básico, foram contratadas operações de financiamento pela Caixa Econômica Federal no montante de 64 bilhões e 300 milhões de cruzados. As obras em curso estarão beneficiando cerca de 7 milhões de pessoas, com 750 mil novas ligações domiciliares de água e 356 mil ligações de esgoto sanitário.

Alimentação e Nutrição — Tem posto o Governo no primeiro plano de suas preocupações os programas de alimentação e nutrição. Ao todo, estes programas atenderam a 49 milhões de brasileiros no ano passado. Dentro do Programa de Suplementação Alimentar foram distribuídas 212 toneladas de alimentos. O Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes cresceu quatro vezes: de 1 milhão e 500 mil crianças atendidas no final de 1986 subiu, em 1987, para 6 milhões de crianças atendidas por dia. O Programa de Complementação Alimentar, executado pela LBA (Legião Brasileira de Assistência), assistiu a uma média de um milhão e meio de crianças e nutrizes ao mês.

Construção Civil — O setor de construção civil recebeu novo impulso, sendo os subsídios direcionados para a população de menor renda. Somente em

1987 foram assinados junto à Caixa Econômica Federal contratos de financiamento para a construção de cerca de 275 mil moradias. Este número crescerá com as facilidades de financiamento concedidas no final de 1987. Além disso, ativaram-se as construções para a população de baixa renda, inclusive em regime de mutirão, dentro do qual está em curso a construção de 500 mil casas em apenas três meses (124 dias), trinta por cento das quais no Nordeste e sessenta por cento no interior desta e de outras regiões do País.

O Brasil retomou os investimentos em áreas fundamentais para o crescimento, como são os setores de transporte, comunicação e energia.

Transportes — Aplicaram-se investimentos em cerca de dois mil quilômetros de rodovias vicinais, além de promover-se a restauração de 4 mil quilômetros de rodovias e a conservação de 63 mil quilômetros.

Foi mantido também o programa de investimento nos trens urbanos, expandindo a capacidade dos carros e ampliando a cobertura do sistema nas diversas regiões metropolitanas.

Na área dos transportes urbanos, instituímos o vale-transporte, que já beneficia 12 milhões de trabalhadores e deverá beneficiar 20 milhões até meados de 1988.

Energia Elétrica — Investimos 105 bilhões de cruzados no setor de energia elétrica, equivalentes, à época, a 2 bilhões e 300 milhões de dólares, que se concentraram prioritariamente no Norte e Nordeste. Aumentamos em 4.450 megawatts a potência instalada no País, um crescimento de 10,4% em relação a 1986. Esse acréscimo de potência ocorreu principalmente em Itaipu, em Tucuruí, em Rosana e na termelétrica de Presidente Médici. Além disso, inauguramos as linhas

de transmissão em corrente contínua de Foz do Iguaçu a São Roque e de Foz do Iguaçu a Ivaiporã. E iniciamos obras de grande porte, como a da Hidrelétrica de Xingó, no Nordeste.

Telecomunicações — O Sistema Telebrás investiu no ano passado cerca de 56 bilhões e 300 milhões de cruzados no Sistema Nacional de Telecomunicações, representando crescimento real de 4,5% em relação aos investimentos de 1986.

O número de telefones instalados no País cresceu em 5,3%, 1.200 novas localidades passaram a dispor de serviço telefônico e aumentou, em mais de 20%, o número de telefones de uso público. Houve, além disso, a interligação de 10 mil localidades brasileiras ao Sistema Nacional de Telecomunicações — Telebrás.

Foi com alegria que inaugurei a interligação de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, localizada a 1.016 quilômetros de Manaus, por via fluvial, ao Sistema Nacional de Telecomunicações. Ali instalamos central telefônica com capacidade para 300 terminais e também uma estação terrena de comunicações por satélite. Foi também inaugurada, na Amazônia, a Estação Terrena de Mosqueiro, a maior do Sistema de Comunicações por Satélite instalada na Amazônia.

Foi, ademais, implantada em 1987, a Estação Terrena de Morungaba, em São Paulo, que permitirá a ampliação de 50% na capacidade de escoamento do tráfego internacional de telecomunicações do Brasil.

Senhores Congressistas,

Ao fazermos um balanço geral da situação econômica do País, devemos reconhecer que 1987 foi um ano difícil, mas que apresentou, apesar de tudo, resultados encorajadores, que demonstram claramente a capacidade de recuperação da economia brasileira.

As realizações sociais e econômicas mostraram-se significativas e, apesar de todas as dificuldades de ajustamento econômico, não houve política recessiva e conseguimos manter o emprego. A taxa de desemprego, que era de mais de 8% quando assumi, fechou em 1987 com 3,8% e está hoje em 3,1%. Uma redução de mais de 60%.

Mesmo a produção industrial, que passou por dificuldades no primeiro semestre, cresceu 1% em relação a 1986, ano em que o desempenho do setor fora atipicamente elevado, da ordem de 11%.

Tivemos uma safra agrícola sem precedentes, de 65 milhões de toneladas, coroando um crescimento agrícola de 14%.

Crescimento — No conjunto, a economia cresceu a uma taxa de 3,0%, acima do crescimento populacional de 2,1%, permitindo, assim, aumento da renda per capita. Com esse resultado, o crescimento, no período 1985/87, atingiu média de 6,5% ao ano.

Àqueles que perderam seus empregos, o Governo continuou prestando assistência, através do seguro-desemprego, que beneficiou 745 mil trabalhadores.

Embora tenha havido perda do poder aquisitivo dos salários em relação ao período de vigência do Plano Cruzado, eles superaram os níveis de 1985, em termos reais.

Concedemos reajustes substanciais à menor remuneração no País (Piso Nacional de Salários), com ganhos reais a partir de agosto do ano passado. De fato, de agosto a dezembro, o Piso Nacional de Salários cresceu 4,2% reais, maior que o de todo o ano de 1985, que foi de 3,7%, e de 1986, que se situou em 3,5%.

Em 1987 foi, sobretudo, expressiva a recuperação do setor externo. Fechamos o ano com um saldo posi-

tivo na balança comercial de 11 bilhões e 100 milhões de dólares.

A maior dificuldade é a dívida externa. O Brasil tem mantido sua disposição de negociar e tem dado demonstrações concretas neste sentido, sempre com firmeza e consciente defesa de seus interesses.

Déficit Público — No plano interno, o combate ao déficit público tem merecido renovada ênfase. É importante frisar que, até 1987, não existia perfeita transparência nas contas do Governo. Não havia como controlar, com precisão, os gastos governamentais, haja vista a multiplicidade de orçamentos.

Instituímos, para 1988, o orçamento unificado e o submetemos ao controle do Congresso Nacional.

Esse orçamento engloba todas as receitas e despesas do Governo Federal. Nele se incluem, além das rubricas tradicionais, os desembolsos relacionados com os programas de crédito anteriormente criados pelo Conselho Monetário Nacional, tais como subsídios, aquisição de produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos, formação de estoques reguladores, saneamento financeiro dos estados e municípios, abastecimento, financiamento às exportações etc.

Assim, todos os gastos e receitas da União subordinam-se, de modo absoluto, ao processo orçamentário. Passa também a submeter-se ao Congresso Nacional a decisão quanto aos montantes e finalidades dos gastos públicos e eliminam-se as fontes autônomas de criação de despesas.

Em 1987, o Governo Federal apoiou os governos estaduais, no equacionamento de suas graves dificuldades financeiras.

Ação Externa — A política externa brasileira atingiu um dos seus momentos mais significativos,

através de ações ligadas à integração e cooperação econômica na América Latina e à maior coordenação política entre os países da região. A Argentina, o Brasil e o Uruguai estreitaram ainda mais os seus laços econômicos, políticos, culturais e de cooperação científica e tecnológica. O Brasil se associou ativamente ao chamado Grupo dos Oito, que reúne a Argentina, a Colômbia, o México, o Panamá, o Peru, o Uruguai, a Venezuela, e participou da criação de um mecanismo regional de consultas em nível presidencial, cujo marco foi o Compromisso de Acapulco para a Paz, o Desenvolvimento e a Democracia.

Na Assembléia Geral da ONU, o Governo brasileiro deu seguimento à iniciativa referente à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, objeto de nova resolução destinada a afastar a ameaça nuclear da região. Coerente com seu interesse em promover maior aproximação entre a África e a América Latina, o Brasil tem intensificado seus contatos com os países africanos.

A eleição de nosso País para o Conselho de Segurança da ONU, do qual esteve ausente durante 20 anos, marcou o coroamento de nossa política de fortalecimento dos organismos internacionais e trouxe novas responsabilidades para a diplomacia brasileira.

Houve determinação do Governo no cumprimento de todas as suas tarefas administrativas.

Estas realizações não são apenas do Executivo. Para elas tem contribuído em muito o Congresso Nacional, com suas propostas, sugestões e análises. O trabalho de reforma, que será revigorado após a promulgação da nova Constituição, apenas se inicia. Muitas das reformas a serem empreendidas ou aprofundadas vão requerer uma cuidadosa revisão da legislação ordinária.

Da união de nossos esforços na defesa dos mais altos interesses nacionais depende o futuro do Brasil, um futuro de desenvolvimento econômico e social que queremos ver assentado sobre a democracia, a liberdade e a justiça.

Brasília, 1.º de março de 1988

JOSÉ SARNEY
Presidente da República

I. A ECONOMIA BRASILEIRA
E POLÍTICA ECONÔMICA



1. DESEMPENHO GLOBAL DA ECONOMIA EM 1987 E PERSPECTIVAS PARA 1988

Crescimento e Inflação

Em 1987, o Governo brasileiro deu continuidade aos esforços para concretização das metas básicas que vêm, desde o início desta administração, norteando as suas atividades: maior geração de empregos, combate à inflação, melhoria da distribuição de renda e, sobretudo, adoção de política desenvolvimentista, repúdio à recessão.

Efetivamente, no ano que passou, foi possível manter o ritmo de crescimento econômico a uma taxa estimada de 3,0%. Com isso, o crescimento no período 1985/87 foi de 20,7%, atingindo média de 6,5% ao ano, bastante superior ao crescimento obtido pelos países desenvolvidos. Tal desempenho foi conseguido apesar de circunstâncias adversas, tanto na conjuntura internacional, agravada pela queda na bolsa de Nova Iorque, como internamente.

Tendo de enfrentar os desequilíbrios macroeconômicos ocorridos após o Plano Cruzado, que vinham se acentuando já no último trimestre de 1986, não foi possível ao País impedir, de início, o convívio com taxas de inflação mensais elevadas. A adoção do Plano de Controle Macroeconômico, no princípio do segundo semestre, visou essencialmente a repor a economia em uma trajetória de preços, ta-

xas de juros e salários compatíveis com a retomada do crescimento equilibrado.

À exceção da produção agrícola, o desempenho da economia na primeira metade do ano foi fortemente influenciado pela reaceleração inflacionária. As taxas de juros efetivas que remuneraram os títulos do Governo ascenderam, aproximadamente, à taxa de crescimento médio dos preços, atingindo, já em abril, o patamar de 20% ao mês. Rapidamente, fez-se sentir a necessidade de modificação do mecanismo da escala móvel para proteger o poder aquisitivo dos assalariados.

Em seqüência, observou-se a retração da demanda interna, agravada pelo próprio desaquecimento do emprego industrial. Isto levou, como seria de se esperar, à desaceleração da produção industrial a partir do segundo semestre do ano.

Em contraste, o desempenho da agricultura refletiu, fundamentalmente, as decisões tomadas em fins de 1986. À época, o plantio da safra do Centro-Sul ocorria sob condições bastante favoráveis ao agricultor: as taxas de juros do crédito agrícola, por exemplo, foram fixadas em 10% a.a. sem correção monetária. Para os pequenos produtores e para as regiões Norte e Nordeste, foram definidas condições de crédito ainda mais favorecidas.

Dadas as condições climáticas satisfatórias que prevaleceram, tivemos em 1987 uma safra recorde, da ordem de 65 milhões de toneladas. A agricultura, então, pôde contribuir, tanto para o adequado abastecimento de alimentos e matérias-primas no mercado interno, como para a geração de significativos excedentes exportáveis. Não fora a contribuição favorável da agricultura, maior poderia ter sido a reaceleração inflacionária do primeiro semestre. Mesmo após o início da entressafra, em julho, o crescimento dos preços agrícolas manteve-se abaixo da média dos demais setores, o que em parte se explica pela desaceleração da demanda interna.

Durante o mês de junho, acionou-se novo mecanismo para eliminar o componente inercial da inflação brasileira.

Os resultados positivos do programa de congelamento de preços e salários revelaram-se rapidamente. Assim, em setembro, a inflação mensal continuava abaixo de 6% ao mês, o que permitiu a reversão das expectativas de uma «estagflação».

Ao longo do segundo semestre, foi-se revertendo a trajetória de todos os indicadores que anteriormente haviam registrado deterioração, como as taxas de juros, a massa salarial real, o emprego e a produção industriais.

Ao final do ano, o crescimento da produção industrial situou-se em aproximadamente 1% em relação ao ano de 1986. Em parte, isso se deve aos elevados índices registrados naquele ano, quando o crescimento desse setor foi atipicamente elevado: da ordem de 11%.

O crescimento agrícola de 1987 alcançou o índice significativo de cerca de 14%, propiciando a safra sem precedentes de 65 milhões de toneladas em 1987. Recorde.

Desse modo, o PIB global cresceu à taxa real de 3% no ano, o que permitiu incremento da renda *per capita* em 1987, tendo em vista que o crescimento populacional situou-se em cerca de 2,1%.

Finanças Públicas

Estão bem retratadas na experiência de 1987 as dificuldades naturais inerentes ao combate ao déficit público. Ao final do primeiro semestre, apesar de todo o empenho anterior, verificou-se que as necessidades de financiamento do setor público caminhavam para atingir o patamar de 7% do PIB, nível incompatível, portanto, com os objetivos da política econômica global e, em particular, com o combate à inflação.

À vista disso, foram programadas medidas drásticas de ajuste das finanças públicas, a fim de reduzir aquele percentual pela metade, no contexto do programa de estabilização econômica implementado em junho.

Como o esforço de contenção se concentrou preponderantemente no segundo semestre, as estimativas disponíveis

apontam para um resultado ainda acima da meta estabelecida, de aproximadamente 5,4% do PIB, mas abaixo do déficit potencial identificado inicialmente. Dessa forma, foi possível financiar as necessidades de recursos do setor público, sem pressões sobre as taxas de juros reais, especialmente na segunda metade do ano.

Cabe mencionar, ainda, a inexistência, até o exercício de 1987, de um aparato institucional adequado que permitisse a indispensável transparência das contas do Governo. Porém, como se verá adiante, com a instituição do Orçamento Unificado para 1988, passo fundamental foi dado nessa direção.

Contas Externas

O setor externo contribuiu de forma decisiva para contrabalançar a retração da demanda interna. As vendas externas líquidas expandiram-se consideravelmente, tendo favorecido a sustentação do nível de atividades, tanto na indústria como na agricultura, e, indiretamente, nos demais setores da economia.

Até abril, no contexto da deterioração dos indicadores econômicos após o Plano Cruzado, houve queda progressiva nos saldos comerciais mensais. A partir dali, ocorreu rápida recuperação das vendas ao exterior, e já em junho havia sido alcançado patamar de US\$1 bilhão e 400 milhões. Esse ritmo se manteve em grande medida até o final de 1987, totalizando saldo positivo de US\$11 bilhões e 100 milhões.

O comportamento da balança comercial resulta de uma combinação de vários fatores. Destaque-se a adoção de política cambial satisfatória, que induziu à melhoria da competitividade de nossas exportações. Além disso, sobressaem a própria redução da demanda interna, que levou à natural procura de novos mercados no exterior; o crescimento satisfatório, em 1987, do produto das economias desenvolvidas, em especial dos Estados Unidos, nosso principal comprador; e a adoção de medidas destinadas a agilizar as exportações de produtos industriais.

Enquanto em 1987 as exportações cresciam 17,1%, as importações expandiam-se em 7,2%, com aumentos moderados de petróleo, trigo e demais alimentos.

Entretanto, ao contrário do que já ocorreu no passado, em períodos de elevados saldos comerciais, desta feita houve expressivo incremento das importações de produtos industriais, no ano de 1987, estimado em 6,3%. Esse crescimento é significativo devido à baixa expansão da indústria, pois essas importações contribuem para aumentar o grau de modernização da economia brasileira.

Essa necessária e adequada disponibilidade de matérias-primas, bens de capital e mercadorias importadas em geral foi possível apesar da redução ocorrida em 1987 nos ingressos de empréstimos e financiamentos, principalmente de organismos oficiais e multilaterais, e da relativa estagnação dos investimentos externos, decorrente em grande medida da situação anormal de relacionamento do Brasil com a comunidade financeira internacional.

No entanto, já em setembro, foram reiniciadas as negociações formais com os bancos credores, visando principalmente à obtenção de acordo de reescalonamento da dívida e de retomada de financiamentos novos, de médio prazo.

Perspectivas para 1988

No âmbito do Plano de Controle Macroeconômico, a fase de flexibilização de preços teve início em setembro, buscando-se evitar a acumulação de desequilíbrios como ocorreu à época do Plano Cruzado. Em contrapartida, as taxas de inflação voltaram a crescer, muito embora o Governo direcione, no momento, todos os seus esforços para que se estabilizem e, em seguida, retornem a um patamar compatível com o processo de desenvolvimento do País, no prazo mais breve possível.

Para tanto, a ação governamental estará concentrada principalmente no combate ao déficit público, visando a reverter as expectativas desfavoráveis, bem como na opera-

cionalização de políticas monetária e fiscal ajustadas às metas de crescimento do produto e dos preços.

Assim, inicia-se, a partir do exercício de 1988, a execução do Orçamento Unificado, que engloba as receitas e despesas do Governo Federal submetidas à aprovação do Congresso Nacional. Nele se incluem, além das rubricas tradicionais, os desembolsos relacionados com os programas de crédito anteriormente criados pelo Conselho Monetário Nacional, tais como subsídios, aquisição de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos, formação de estoques reguladores, saneamento financeiro dos estados e municípios, abastecimento, financiamento às exportações, entre outros programas prioritários.

A partir da implementação dessa medida, todos os gastos e receitas da União, considerados em seu mais amplo conceito, passam a subordinar-se ao processo orçamentário, o que enseja, entre outras, as vantagens do conhecimento antecipado, pela sociedade, do montante global das receitas e despesas do Governo, bem como do desequilíbrio delas resultante.

Doravante, somente o Congresso Nacional poderá alterar o Orçamento da União, fixando em definitivo montantes e finalidades dos gastos públicos, favorecendo a eliminação de fontes autônomas de criação de despesas.

Por outro lado, será aprofundado o trabalho em curso de avaliação do Orçamento Unificado da União e dos programas de dispêndios das empresas estatais, para a definição das necessárias medidas de ajuste. Desde logo, deve-se procurar manter os desembolsos do Tesouro no nível mínimo possível, sem perder de vista a preservação dos programas sociais.

A política de controle de preços será aperfeiçoada, com maior ênfase aos casos de monopólios, oligopólios e dos bens e serviços públicos.

Os resultados da ação coordenada das diversas políticas instrumentais sobre o desempenho industrial deverão traduzir-se em taxas positivas de crescimento, de modo mais significativo a partir do segundo semestre do ano.

O desempenho da agricultura poderá não registrar índices excepcionais como os de 1987. Apesar disso, as perspectivas são de crescimento significativo da produção, sobretudo pela oferta de crédito e pelo estímulo da política de preços mínimos em vigor.

Espera-se que os preços de alimentos e matérias-primas não pressionem os índices inflacionários, tendo em vista que, ao lado da elevada colheita prevista, há estoques dos produtos cujas áreas plantadas sofreram redução no ano/safra corrente, ao contrário do ocorrido com a soja e o algodão, voltados para exportação. Nesse último caso, não se deverá observar redução dos excedentes exportáveis em relação a 1987.

No tocante ao setor externo, prevê-se a repetição, em grande medida, do comportamento satisfatório da conta de comércio em 1987. Em face das ações corretivas tomadas principalmente pelo Governo americano, parece afastada a ameaça de recessão mundial, identificada a partir de ocorrências de baixa na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Não se espera, pois, que uma redução da demanda externa venha a impor restrições ao crescimento das nossas exportações e afetar o ritmo das importações de mercadorias e serviços básicos.

Adicionalmente, o Governo aperfeiçoa a sua estratégia de ação no campo da negociação externa, buscando acelerar a conclusão de um acordo definitivo com os credores externos. Com isso, vão-se eliminar as incertezas ligadas às condições anormais de nossas relações com o sistema financeiro internacional, a fim de recuperar os fluxos de poupança externa requeridos para a sustentação do ritmo desejado de crescimento, de modo a fazer face às necessidades da população.

2. PERSPECTIVAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

O Programa de Ação Governamental

Estratégia de Desenvolvimento

O Governo permanece firmemente empenhado na viabilização dos objetivos de mais longo prazo do País, sintetizados no crescimento acelerado do produto e do emprego, numa economia dinâmica, moderna e socialmente justa.

Dentro das limitações orçamentárias existentes, continua inalterada a prioridade conferida à eliminação dos graves desequilíbrios sociais, ao desenvolvimento tecnológico e à formação de recursos humanos.

A busca de uma economia moderna e geradora de empregos em volume suficiente para absorver os novos contingentes que afluem para o mercado de trabalho requer, como se tem afirmado, crescimento do produto interno a taxas próximas a 7% a.a.

A sustentação de taxas aceleradas de crescimento exige investimentos expressivos, ou seja, mobilização de poupanças em volumes difíceis de viabilizar no curto prazo, dentro das condições que têm prevalecido para a economia brasileira. Tanto assim é, que, nos últimos anos, a taxa de investimento tem-se situado entre 15 e 18%, contrastando com os patamares superiores da década de 70.

Em decorrência, cumpre reafirmar a ênfase necessária na urgente recuperação das finanças públicas, quer pela contenção das despesas correntes, quer pelo crescimento da receita tributária. Sem tais ajustes, fica comprometido seriamente o uso da Política Fiscal como instrumento de desenvolvimento econômico e de redução dos desequilíbrios regionais e sociais. A conquista do orçamento unificado representa importante passo nessa direção.

Cumprir ainda regularizar, o mais rápido possível, as relações com a comunidade financeira internacional, através da conclusão de acordo definitivo de reescalonamento da dívida externa e de obtenção de financiamentos novos, de médio prazo, em condições favoráveis ao País.

O Programa de Ação Governamental 1987/91

O Programa de Ação Governamental 1987/91 — PAG, oficializado pelo Decreto nº 94.991, de 30 de setembro de 1987, consubstancia, num plano quinquenal, programas setoriais de desenvolvimento.

As diretrizes econômicas e sociais preconizadas no Programa prevêem: a) geração de 8 milhões e 400 mil novas ocupações no quinquênio; b) ênfase especial aos investimentos na área social; e c) desenvolvimento do mercado interno e a expansão das exportações, concomitantemente.

A despeito das flutuações do curto prazo, com elevada taxa de crescimento em 1986 e desaceleração em 1987, o Programa de Ação objetiva crescimento médio do PIB entre 5 e 7%, no período 1987/91.

Na agricultura, a taxa de crescimento deverá superar a tendência histórica, como resultado da implantação dos projetos de irrigação, aumento da capacidade de armazenagem, melhoria das estradas vicinais, apoio à agroindústria e de outros programas de incentivo.

Ao mesmo tempo, à indústria está reservado papel preponderante no processo de crescimento. Para a consecução dos objetivos do PAG, prevê-se uma taxa média de

crescimento industrial de aproximadamente 6,5% ao ano, com ênfase especial nos setores de insumos básicos e de alta tecnologia.

O PAG destaca quatro grandes segmentos para a política social do Governo: a) geração de empregos a taxas suficientes para atender aos contingentes de trabalhadores que ingressarão na População Economicamente Ativa, bem como para absorver parte da população atualmente desempregada; b) efetivação de programas de gastos públicos em infra-estrutura social, especialmente voltados para os setores de saúde e saneamento; c) preservação dos salários reais dos trabalhadores e concessão de aumentos reais para as classes mais baixas dos assalariados; e d) possibilidade de acesso aos frutos do progresso e do desenvolvimento pelos segmentos menos favorecidos da população.

A integração regional é igualmente enfatizada no Programa. O diagnóstico dos programas de integração implantados anteriormente demonstra que muitos deles, principalmente os mais ousados, não chegaram a estabelecer bases para o crescimento efetivo e permanente da economia local.

O Programa de Ação Governamental 1987/91, nesse sentido, busca: a) intensificar a política de investimentos em pólos de desenvolvimento que demonstrem efetiva viabilidade; b) articular inter-regionalmente os gastos públicos, potencializando a internalização, nas diversas regiões, dos benefícios das políticas regionais; e c) compatibilizar os programas especiais com as metas setoriais e sociais.

Visando aos objetivos econômico-sociais apontados, o Programa de Ação Governamental procura, ao mesmo tempo, restabelecer a confiança aos diversos segmentos da sociedade nas diretrizes e metas governamentais de médio e longo prazos, transferir à iniciativa privada a liderança do processo de investimento, racionalizar os gastos públicos e otimizar as alocações de recursos em projetos prioritários.

II. A POLÍTICA SOCIAL

1. OBJETIVOS E PRIORIDADES

O Brasil, em que pese ter alcançado o oitavo lugar entre as economias ocidentais, ainda apresenta índices de bem-estar social desfavoráveis. O nosso crescimento econômico não tem sido suficiente para eliminar o quadro de pobreza que ainda atinge parcela expressiva da população. A reversão dessa situação, mediante a correção dos graves desequilíbrios sociais que nos afligem, é o propósito maior deste Governo.

Os principais bolsões de pobreza encontram-se nas periferias das grandes cidades e no Nordeste. O fenômeno da migração do campo para as cidades, que nos últimos 20 anos vem se processando a um ritmo extremado, agrava enormemente os problemas sociais. Estima-se que nesse período cerca de 30 milhões de pessoas tenham chegado às áreas urbanas brasileiras. São notórias tanto a insuficiência da oferta de trabalho no setor formal como a incapacidade das cidades de fornecer serviços sociais e infra-estrutura necessários ao atendimento desses contingentes migratórios.

As mudanças estruturais na economia, causadoras desses problemas, são comuns a todos os países industrializados, e requerem esforços de longo prazo. Atualmente, os

gastos do Governo Federal nos principais setores sociais alcançam cerca de 9,5% do PIB, taxa superior à de países em estágio de desenvolvimento equivalente. É uma medida concreta do empenho governamental em atacar de frente as desigualdades sociais.

As políticas sociais não podem dissociar-se das econômicas. Isto porque os reais benefícios do desenvolvimento são obtidos com a expansão do nível de emprego e com a elevação do poder de compra dos salários. O emprego com remuneração condigna é o objetivo final que permitirá reduzir a ênfase, hoje necessária, dada aos programas assistenciais do Governo. A aplicação de recursos nesses programas continuará sendo a forma de garantir assistência aos segmentos mais carentes da população e condições para sua integração na sociedade. Assim, estaremos construindo as bases para o bem-estar das futuras gerações.

O mais permanente e significativo esforço governamental na área social é o da assistência médica e previdenciária. Nesta área, as metas são facilitar o acesso de todos a um sistema de seguridade social moderno e equitativo, que ofereça atendimento médico de boa qualidade e aposentadoria segura e adequadamente remunerada. O Sistema Nacional de Assistência Médica e Previdência Social terá suas bases econômicas reforçadas, em decorrência das definições da Assembléia Nacional Constituinte. Entretanto, mesmo antes dessas definições, a administração do Sistema vem sendo modernizada, a fim de propiciar melhor atendimento, tanto nos hospitais da rede do INAMPS como nos postos previdenciários.

Em 1987, os benefícios da Previdência Social foram estendidos aos trabalhadores rurais, aos quais concederam-se 135 mil aposentadorias. A estas somam-se quase 8 milhões e 800 mil pensões e aposentadorias concedidas a trabalhadores urbanos. Foram ainda efetuadas 431 milhões de consultas médicas e atendimentos ambulatoriais, com recursos do INAMPS. O sistema previdenciário apresentou um superávit de CZ\$33 bilhões e 500 milhões, tendo reduzido suas despesas em 0,6% e aumentado as receitas em 4%, relativamente a 1986.

O Governo tem dedicado atenção especial aos programas de alimentação e nutrição, em vista do seu impacto direto sobre as famílias de baixa renda e os grupos mais frágeis da população. Ao todo, esses programas atenderam a cerca de 49 milhões de brasileiros, 25 milhões dos quais através da merenda escolar. Esta é uma das formas mais diretas de distribuição de renda e de investimento nas futuras gerações.

Na área da educação, o objetivo é estender o ensino básico, público e gratuito, a todas as crianças entre 7 a 14 anos. Além da construção e equipamento de escolas, os investimentos em educação incluem a distribuição de livros e materiais escolares, bem como ações voltadas ao aprimoramento da qualidade do ensino em todos os níveis.

A redução das disparidades regionais é uma das premissas básicas da política social, haja vista a extrema concentração de pobreza no Nordeste do País. O apoio ao desenvolvimento dessa região será mantido, tanto através dos programas de desenvolvimento rural, como o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor — PAPP, o Programa São Vicente e o Programa de Irrigação do Nordeste, como pelo incremento dos recursos em investimentos produtivos em geral, que criam novas oportunidades de emprego. Assim, somados aos significativos recursos aplicados através de incentivos fiscais, prosseguirão os grandes projetos de base que beneficiam as regiões Norte e Nordeste, como o Grande Carajás, as hidrelétricas de Xingó, Balbina e Tucuruí, a interligação desta última com o sistema elétrico do Nordeste e outros.

As iniciativas relacionadas com a saúde, a alimentação e nutrição, a educação, a assistência social e o desenvolvimento regional, complementadas com ações nas áreas de habitação, saneamento, transporte urbano, reforma agrária e apoio comunitário, formam o núcleo da política social do Governo. Os progressos desejados para a população como um todo se concretizam com a evolução positiva dos indicadores de emprego e salário, estes, sim, centrais ao desenvolvimento social almejado pela Nação.

2. EFEITOS SOCIAIS DA POLÍTICA DO GOVERNO

Em 1987, apesar da economia brasileira não ter repetido as excepcionais taxas de crescimento dos dois anos anteriores, o volume de emprego permaneceu em níveis compatíveis com o crescimento da demanda e, como consequência, as taxas de desemprego aberto não sofreram crescimento significativo. Comparativamente a 1985, não houve queda do poder de compra dos salários dos trabalhadores, embora algumas categorias profissionais possam ter sentido reduções em relação ao excepcional ano de 1986.

À menor remuneração no País (Piso Nacional de Salários) foram concedidos reajustes substanciais, a partir de agosto de 1987, com ganhos reais, o que permitiu a recuperação das perdas causadas pela inflação do primeiro semestre do ano.

Esses fatos, mais o incremento dos programas governamentais de natureza assistencial e os vinculados à oferta de bens e serviços públicos, mostram o firme empenho do Governo para a manutenção da qualidade de vida da população.

Emprego

Em 1987, aproximadamente 900 mil pessoas encontraram ocupação no mercado de trabalho.

O desemprego manteve-se em patamares próximos aos do ano anterior. Informações relativas às seis regiões metropolitanas, pesquisadas pelo IBGE, indicaram que a taxa anual de desemprego aberto permaneceu virtualmente inalterada, passando de uma média de 3,6% em 1986 para 3,8% em 1987. Esses números evidenciam a estabilização do desemprego em níveis reduzidos, sobretudo quando comparados à taxa de 5,3% ocorrida em 1985, ano em que o PIB cresceu 8,3%. Isto significa que o País conseguiu preservar as conquistas obtidas nos dois anos anteriores.

O Governo deu continuidade às ações de assistência ao trabalhador desempregado. O Seguro-Desemprego assistiu financeiramente a 745 mil trabalhadores, consolidando-se, dessa forma, como um dos principais instrumentos de política social do Governo. De outro lado, o Sistema Nacional de Emprego — SINE intermediou a colocação de 255 mil trabalhadores no mercado de trabalho.

Salários e Renda

Em junho de 1987, com o lançamento do Plano de Controle Macroeconômico, foram introduzidas alterações no mecanismo de reajuste dos salários vigentes até então. A escala móvel, que não se mostrou totalmente adequada para conter a deterioração do poder de compra médio dos salários no primeiro semestre do ano, foi substituída por um mecanismo de reajustes mensais, que reflete a variação inflacionária média do trimestre anterior. Com esta política, o Governo visou a instituir um sistema em que os preços e os salários mantivessem o mesmo ritmo de reajustes, sem acarretar perdas no poder de compra dos trabalhadores.

O rendimento médio real dos trabalhadores ocupados nas áreas metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro,

São Paulo e Porto Alegre, no período de janeiro a outubro de 1987, decresceu 8,1% quando comparado com igual período de 1986, ano de grande crescimento da demanda no mercado de trabalho. No entanto, se comparado com o mesmo período de 1985, época anterior ao Plano Cruzado, verifica-se que os trabalhadores daquelas regiões metropolitanas obtiveram um ganho real mínimo de 9,0%.

Com o intuito de duplicar, no período 1987/91, o valor real do salário mínimo, o Governo instituiu, através do Decreto-lei nº 2.351, o Piso Nacional de Salários, desvinculando-o dos demais salários. Instituiu-se, também, o Salário Mínimo de Referência, ao qual ficaram indexados os contratos habitualmente referidos ao antigo salário mínimo, como pensões e proventos da Previdência Social. Pelo Decreto-lei nº 2.352, o Governo concedeu um abono de CZ\$250,00 a todos os trabalhadores que recebiam, no mês de agosto, salário mensal ou inferior a CZ\$9.599,60. Este valor passou a ser incorporado aos salários a partir do mês de setembro, beneficiando cerca de 16 milhões e 500 mil trabalhadores de todo o País.

No período de agosto a dezembro/1987, o Piso Nacional de Salários obteve ganho real de cerca de 4,2%, maior que os ganhos reais observados para o salário mínimo nos anos de 1985 e de 1986, respectivamente de 3,7% e de 3,5%..

3. AÇÃO SETORIAL

Alimentação e Nutrição

Um dos principais vetores da ação social do Governo é o atendimento às carências alimentares da população brasileira, o que constitui providência importante para compensação dos efeitos da pobreza sobre as camadas mais frágeis da população.

Os programas federais nesta área estão voltados prioritariamente para a população de baixa renda, especialmente crianças, nutrizes e gestantes. A complementação alimentar nas escolas e o acompanhamento médico e nutricional, por intermédio dos postos de saúde, são formas empregadas para se levar apoio integral aos beneficiários dos programas sociais.

A adequada coordenação dos diversos programas, de forma a evitar superposições e assegurar o uso eficaz dos recursos, representa preocupação permanente do Governo. A ênfase maior está na descentralização administrativa, permitindo que tais ações sejam executadas pelos níveis de governo mais próximo da população, com participação das comunidades locais.

Cerca de 49 milhões de brasileiros estão sendo beneficiados atualmente pelos programas de alimentação e nutri-

ção. Em 1987, foram aplicados nesses programas cerca de CZ\$30 bilhões, estando previstos para 1988 dispêndios da ordem de CZ\$60 bilhões. As principais realizações neste setor são as seguintes:

a) O Programa de Suplementação Alimentar, de responsabilidade do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN, atende a cerca de 9 milhões e 300 mil gestantes, nutrízes e crianças de menos de três anos, com orientação e acompanhamento médico nos postos de saúde mantidos pelo INAN, além de uma cesta básica de alimentos. No ano de 1987, foram distribuídas 212 mil toneladas de alimentos. Este programa terá continuidade em 1988, já estando prevista dotação de CZ\$8,2 bilhões no orçamento da União;

b) Outra ação de grande impacto social é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que distribui merenda a 25 milhões de estudantes, tendo ampliado o número de dias de atendimento, de 180 para 260. O Programa atende ainda aos irmãos dos estudantes matriculados na rede escolar, tendo beneficiado 7 milhões de crianças em 1987. Foram aplicados, nesse programa, CZ\$12 bilhões e 300 milhões, estando previstos para 1988 recursos da ordem de CZ\$23 bilhões e 100 milhões. Prosseguirá também a estratégia de municipalização da merenda escolar, que vem apresentando resultados alentadores no que tange à racionalização de custos e ao melhor atendimento das comunidades;

c) O Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes, já em seu terceiro ano, ampliou o número de beneficiários de 1 milhão e 500 mil, no final de 1986, para 6 milhões de crianças por dia em 1987. O leite é distribuído a crianças que vivem, em sua maioria, nos bolsões de pobreza das periferias metropolitanas e no Nordeste. Feita com a colaboração de entidades religiosas e associações comunitárias, a distribuição tem-se revelado eficiente e pouco dispendiosa. Está prevista a ampliação do programa, em 1988, para atender a 8 milhões e 600 mil crianças por dia, em 1 mil municípios brasileiros; e

d) O Programa de Complementação Alimentar, executado pela Legião Brasileira de Assistência — LBA, assistiu a uma média de 1 milhão e 500 mil crianças e nutrizes ao mês, em suas ações de distribuição de complementos nutricionais, incentivos ao aleitamento materno e terapia de reidratação oral. No ano que passou, foram aplicados CZ\$2 bilhões e 800 milhões nesse programa. Esses recursos serão ampliados para CZ\$6 bilhões e 600 milhões, em 1988, a fim de permitir atender a 2 milhões e 500 mil beneficiários ao mês.

Saúde

O Governo mantém o firme propósito de assegurar a todos os brasileiros adequado acesso aos serviços de saúde pública. Com esse objetivo, prossegue a implantação dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde — SUDS. Sua operacionalização vem processando-se através de convênios de co-gestão entre os Ministérios da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Educação, do Trabalho e das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

A par disso, o INAMPS iniciou o processo de transferência de unidades médicas, recursos humanos e financeiros, bem como das atribuições de gestão direta de convênios e contratos para os Estados, dando passo decisivo no sentido da descentralização do sistema. Até o presente momento, já foram assinados convênios com os 22 Estados e com o Distrito Federal.

No controle de doenças transmissíveis, merece destaque a continuidade do esforço de combate ao *Aedes aegypti*, responsável pela febre amarela e pela dengue, mediante atividades de vigilância e de prevenção sanitária, que serão estendidas a 1.798 municípios. Foram mantidos os resultados já alcançados no controle da doença de Chagas, cuja transmissão encontra-se virtualmente interrompida em 25% da área endêmica (509 municípios). No caso da malária, apesar do número de casos registrados (452 mil e 440), obteve-se sensível redução no seu crescimento.

O controle da transmissão da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida — AIDS mereceu especial atenção, envolvendo campanhas informativas sobre as formas de contágio, o apoio às pesquisas destinadas a isolar o vírus HIV e esforços para controlar e preservar a qualidade do sangue de transfusões. Também foi objeto de preocupação o atendimento hospitalar aos portadores de AIDS, tendo-se verificado iniciativas do INAMPS no sentido de ampliar a disponibilidade de testes dentro dos hospitais da rede pública.

No combate às doenças controláveis por vacinas, tiveram continuidade as campanhas de vacinação contra a poliomielite, que beneficiaram mais de 80% das crianças menores de cinco anos. Dentro desse esforço, cerca de 66 mil ampolas de soro antitetânico e antidiftérico e aproximadamente 90 milhões de doses de vacina contra difteria, tétano, coqueluche (DPT), sarampo, poliomielite e raiva foram destinadas às Secretarias Estaduais de Saúde.

A ampliação do Programa de Assistência Farmacêutica, através do aporte, em 1986/87, de recursos para a distribuição às unidades públicas de saúde de 22 mil «farmácias básicas», que contêm os medicamentos essenciais à atenção ambulatorial, representa também importante avanço no sentido de assegurar melhor qualidade dos serviços prestados pela rede pública.

Assistência Social

A ação assistencial do Governo está orientada para os segmentos mais pobres da população, incluindo as crianças carentes, os deficientes físicos, os idosos, todos necessitando de apoio para se integrarem normalmente à sociedade.

Para ajudar o contingente cada vez maior de mães que trabalham fora de casa, a LBA mantém o Programa de Creches-Casulo, cuja filosofia é o apoio às creches mantidas pela própria comunidade. Em 1987, este programa ampliou significativamente sua atuação, passando a dar assistência a dois milhões de crianças em idade de 3 meses a 6 anos. Foram aplicados recursos da ordem de CZ\$9 bi-

lhões e 700 milhões, que permitiram também a reforma e ampliação de 1.400 creches. Para 1988, está prevista a expansão do atendimento para 4.400 crianças por mês, além do aparelhamento de 34 mil creches.

Os programas da FUNABEM permitiram atender, mensalmente, a cerca de 610 mil menores em situação de risco, acolhendo-os em abrigos e promovendo o acompanhamento psicossocial, com vista a sua adequada reinserção na sociedade. Em 1987, foram criados os Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor que, além de humanizar os abrigos, objetivam descentralizar a atuação da FUNABEM. Foram implantados 15 desses Centros.

Para o atendimento aos deficientes físicos, prossegue o Programa de Reabilitação Física e Mental, com ações de apoio ambulatorial, medicina preventiva, terapia de reabilitação e outras. Em 1987, foi atendido nos centros sociais um total de 4 milhões de pessoas, das quais 150 mil ao mês em casos de terapia de reabilitação. As metas para 1988 incluem a expansão do programa para 350 mil pessoas ao mês.

Quanto aos idosos, a LBA desenvolveu programa destinado a dar-lhes acompanhamento médico e apoiar a sua manutenção no meio familiar e comunitário. Foi prestada assistência a cerca de 142 mil pessoas, estando prevista a ampliação do programa para 1 milhão de pessoas ao mês, em 1988.

Educação

A universalização da educação básica, extensiva a todas as crianças entre 7 e 14 anos, e a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas gratuitas são os propósitos maiores da política educacional do Governo. Tais objetivos se concretizam através da ampliação e recuperação física da rede escolar, da distribuição gratuita de livros e materiais didáticos e da melhoria das condições de trabalho do magistério.

No nível pré-escolar, ações desenvolvidas em conjunto com os Estados beneficiaram a cerca de 624 mil crianças em 3.044 municípios.

Em apoio ao ensino básico a cargo das administrações estaduais, foram transferidos recursos da ordem de CZ\$3 bilhões, que permitiram a criação de 467 mil novas vagas ao nível do primeiro grau. Além disso, aproximadamente CZ\$1 bilhão, aplicado através do Projeto Monhangara, foi destinado às regiões Norte e Nordeste, permitindo o estabelecimento de 113 novas unidades escolares.

Os recursos da cota federal do salário-educação, somando CZ\$4 bilhões e 900 milhões, foram transferidos aos municípios, permitindo, entre outros, a construção de 14 mil e 443 novas salas de aula, a oferta de quase 850 mil novas matrículas de primeiro grau, a reforma e equipamento de cerca de 20 mil salas e a implantação de 442 quadras esportivas.

O Programa Nacional do Livro Didático atendeu à maioria dos alunos da 1ª a 8ª séries, mediante distribuição, a cada aluno, de 3 livros didáticos, reutilizáveis por um período mínimo de três anos. Ao todo, foram distribuídos 54 milhões e 800 mil livros didáticos, num investimento de aproximadamente CZ\$1 bilhão.

O Programa de Material Escolar beneficiou, na região Nordeste, 7 milhões e 300 mil alunos, com distribuição gratuita de material. Foram destinados CZ\$254 milhões a este Programa.

Desenvolvimento Regional

No que concerne ao desenvolvimento regional, a ação social do Governo orienta-se para a redução das desigualdades de renda pessoal e regional. O apoio às regiões Norte e Nordeste, esta última concentrando o maior contingente de pobres no País, tem sido solidamente reafirmado, através da manutenção dos incentivos fiscais e dos investimentos públicos que favorecem seu desenvolvimento.

Como já afirmado, uma das iniciativas mais expressivas neste sentido é o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PAPP. Executado com financiamento do Banco Mundial, recursos do PIN/PROTERRA e do FINSOCIAL, este Programa alcança os dez Estados da área de atuação da SUDENE, através de ações de desenvolvimento rural integrado, extensão e crédito rural, e apoio aos núcleos urbanos de pequeno porte.

Em 1987, foram implantadas 328 unidades de abastecimento de água e um mil e setenta hectares de áreas irrigadas. Por meio do PAPP foram atendidos 171 mil agricultores e elaborados 798 projetos de apoio a pequenas comunidades rurais. Tais ações demandaram investimentos no valor global de CZ\$4 bilhões e 800 milhões.

A esses investimentos somam-se os projetos financiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste — FINOR, que em 1987 alcançaram CZ\$12 bilhões e 800 milhões. Foram aprovados, no exercício, 107 novos projetos, totalizando investimentos da ordem de CZ\$30 bilhões.

No financiamento às atividades produtivas, através das linhas de crédito do Banco do Nordeste do Brasil, foram aplicados, em 1987, CZ\$115 bilhões e 500 milhões. Dentre estes, destacaram-se os créditos ao setor industrial, de CZ\$24 bilhões e 800 milhões, ao setor de infraestrutura, de CZ\$42 bilhões e 400 milhões, e ao setor agrícola, de CZ\$8 bilhões e 600 milhões.

Na área da Amazônia, foram aprovados ou reformulados 142 projetos de investimentos, utilizando os incentivos fiscais administrados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM. Tais projetos correspondem a inversões de CZ\$30 bilhões e permitirão a criação de 6 mil e 200 novos empregos. Já a Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA aprovou 185 projetos industriais, correspondentes a um investimento de CZ\$20 bilhões e com a expectativa de criação de 6 mil novos empregos. Através do Banco da Amazônia, foram aplicados outros CZ\$44 bilhões e 200 milhões em diversos projetos de desenvolvimento na região.

Habitação e Infra-estrutura Urbana

A melhoria das condições de moradia da população de baixa renda é uma das preocupações básicas da política social. O acentuado crescimento das cidades nos últimos anos, especialmente nas regiões metropolitanas, ampliou o déficit habitacional, tornando urgente a expansão das redes de infra-estrutura e de serviços urbanos.

Embora essas funções sejam primordialmente de responsabilidade dos governos estaduais e municipais, cabe ao Governo Federal propiciar-lhes suporte financeiro, especialmente na execução de obras de maior vulto. Com a perspectiva da reforma tributária, ora em discussão na Assembléia Nacional Constituinte, espera-se reforçar as finanças dos demais níveis de governo, permitindo-lhes assumir integralmente as funções urbanas e, assim, prestar melhores serviços à população.

No que tange ao setor habitacional, 1987 marcou a fase de consolidação da incorporação do antigo Banco Nacional da Habitação à Caixa Econômica Federal. Como resultado, foram simplificados os programas habitacionais existentes e revistas as condições de financiamento, com vista à dinamização do mercado de construção civil e o direcionamento dos subsídios à população de menor renda.

Somente em 1987, foram assinados contratos de financiamento para a construção de cerca de 275 mil moradias junto à Caixa Econômica Federal. Prevê-se um número progressivamente maior para os anos seguintes, graças às facilidades de financiamento concedidas e ao estímulo à poupança direcionada para a aquisição da casa própria.

No setor de saneamento básico, destacam-se as operações de financiamento contratadas pela Caixa Econômica Federal, totalizando CZ\$64 bilhões e 300 milhões, e as ações diretas do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente — MHU, envolvendo outros CZ\$4 bilhões e 400 milhões. Cerca de 7 milhões de pessoas serão beneficiadas por essas obras, através de 750 mil novas ligações domiciliares de água e 356 mil ligações de esgoto sanitário.

Os projetos de drenagem pluvial e outras melhorias sanitárias alcançaram o valor de CZ\$5 bilhões e 900 milhões e cobrem uma área de 1 milhão e 200 mil metros quadrados.

Transporte Urbano de Massa

Uma das inovações mais significativas para o bem-estar do trabalhador brasileiro foi consolidada no ano que passou. Trata-se do vale-transporte, agora tornado obrigatório, através do qual são concedidos auxílios para transporte aos trabalhadores, de maneira a não comprometer mais do que 6% de seu salário com essas despesas. Atualmente, cerca de 12 milhões de usuários dos ônibus urbanos já usufruem do benefício, número que deverá aumentar para 20 milhões até meados de 1988.

Outra área de importância direta para o cotidiano dos trabalhadores é o transporte de massa através dos trens urbanos. Consciente do significado do tempo despendido no trajeto casa/trabalho, o Governo manteve o programa de investimento no setor, expandindo a capacidade dos trens e ampliando a cobertura do sistema nas diversas regiões metropolitanas.

Assim, novos trechos nas regiões de Belo Horizonte (Central-Eldorado) e Recife (Coqueiral-Jaboatão) entraram em operação em 1987. Isto permitiu que o número de passageiros transportados por dia aumentasse, de uma média de 1 milhão e 700 mil, em 1986, para 1 milhão e 800 mil e, em 1987, ou seja, um aumento real de 5,5%. Os investimentos neste setor alcançaram CZ\$9 bilhões e 400 milhões em 1987, estando previsto seu incremento para CZ\$28 bilhões em 1988, o que possibilitará transportar quase 2 milhões de passageiros/dia até o final do ano.

Reforma Agrária

O melhor aproveitamento do potencial agrícola brasileiro e a redução das disparidades de renda no campo, que

contribuirão para atenuar a migração rural-urbana, constituem razões básicas para a manutenção da prioridade à reforma agrária.

Em 1987, foram promovidas mudanças importantes na estrutura dos órgãos encarregados da execução do Programa de Reforma Agrária. O antigo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA foi incorporado ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, para melhor coordenação das atividades governamentais nesta área. Além disso, foram introduzidas alterações na legislação sobre desapropriações, que excluíram as pequenas e médias propriedades do Programa, e agregados os esforços de outros 14 ministérios, cujas áreas de atuação estão ligadas ao problema agrário, mediante ações complementares de reforma destacadas em seus orçamentos.

Cada vez mais evidencia-se que o sucesso da reforma agrária está ligado ao esforço conjunto dos três níveis de governo. Como forma de concretizar essa colaboração, foram assinados em 1987 convênios com 18 Estados, visando a maior participação nos projetos de assentamento e na execução do Programa.

O financiamento aos agricultores assentados é um dos componentes críticos para a realização dos objetivos de reassentamento de produtores rurais. O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária — PROCERA, implantado em 1987, consiste numa linha de crédito especial, gerenciada pelo BNDES, buscando apoiar especificamente os beneficiários do Programa. No primeiro ano, foram aplicados recursos da ordem de CZ\$1 bilhão e 700 milhões.

As metas do Programa de Reforma Agrária para 1988 incluem o assentamento de 200 mil famílias em uma área de 6 milhões de hectares.

Defesa do Cidadão

A Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão — CODICI, criada pelo Decreto nº 93.714, de 15 de dezembro de 1986, atuou em 1987 no sentido de viabilizar o processo

de fiscalização das atividades dos órgãos da Administração Federal, ensejando a qualquer pessoa o exercício dos direitos de petição e de representação ao Poder Executivo, quer para a defesa de direito, quer para a impugnação de erros, omissões ou abusos de autoridade.

Durante o ano de 1987, tramitaram na Comissão cerca de 7 mil e 200 processos, dos quais 3 mil e 960 foram encerrados, em sua maioria versando sobre:

a) importação de alimentos (por proposta da CODICI foi constituída Comissão Especial, que apresentou conclusões e recomendações em julho de 1987);

b) previdência social (atendimento, atraso de pagamento, indeferimento de benefícios e critérios defasados de reajustamento);

c) concurso público (aproveitamento de candidatos);

d) sistema financeiro de habitação (critérios de reajustes das prestações);

e) despedida imotivada de emprego em estatais (critério para renovação dos quadros);

f) proventos de aposentadoria (atualização em face dos funcionários da ativa);

g) pensão especial do Tesouro (demora no atendimento e sua atualização);

h) meio ambiente (ecologia, devastamento, poluição de rios, contaminação de alimentos, mineração etc.);

i) gastos públicos (licitações, despesas consideradas supérfluas, mal-aplicadas e irregulares); e

j) seguridade privada (defasagem dos benefícios em relação aos prêmios pagos etc.).



III. A AÇÃO DO GOVERNO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ação Política e Institucional

O ano de 1987 transformou-se em importante marco da história política brasileira. Com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, em 1.º de fevereiro, o Ministério da Justiça manteve um efetivo acompanhamento dos seus trabalhos. Assim procedeu para prestar aos demais órgãos do Executivo e, também, às subcomissões e comissões temáticas e aos próprios constituintes, todos os subsídios e esclarecimentos necessários ao bom encaminhamento de relevantes questões políticas e institucionais submetidas à apreciação daquela Assembléia.

A par dos trabalhos realizados junto à Assembléia Nacional Constituinte e do acompanhamento da elaboração da legislação ordinária de interesse do Poder Executivo, o Ministério da Justiça, no ano de 1987, procurou sistematizar os estudos de novas formulações legislativas. Para tanto editou a Portaria n.º 483, de 16 de julho de 1987, constituindo uma comissão especial, com o encargo de coordenar a realização daqueles estudos, no âmbito do Ministério da Justiça.

Políticas Públicas

a) Segurança Pública

— Programa «Vamos Viver sem Violência»

Na prevenção e no combate à criminalidade, o programa concentrou esforços no reequipamento e modernização das Polícias Civil e Militar dos Estados, Distrito Federal e Territórios. Em seu primeiro ano de efetiva execução, distribuiu 2.728 veículos a todas as unidades federativas. Este número é significativo, pois, considerada a frota existente em 1985, representa um aumento de 48,9% dos veículos destinados ao patrulhamento policial, em todo o território nacional.

— Lei n.º 7.611, de 08 de agosto de 1987

O Ministério da Justiça atuou, decisivamente, junto às lideranças partidárias para a pronta aprovação dessa Lei. Ela permite a alocação de recursos do FINSOCIAL na área de Justiça, aumentando sobremaneira o volume das verbas disponíveis para a execução das políticas setoriais desta Secretaria de Estado.

— Sistema Penitenciário Nacional

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária realizou inúmeros seminários, reuniões e encontros, a nível regional e nacional, identificando as carências do Sistema Penitenciário Nacional e avaliando o cumprimento das diretrizes políticas definidas pelo órgão para o setor (Lei de Execução Penal).

— Departamento de Polícia Federal — DPF

O DPF, além das atividades ordinárias de prevenção e de repressão dos ilícitos que lhe estão afetas, executou as seguintes operações especiais no ano de 1987:

- Operação Estrada, objetivando a apreensão de mercadorias estrangeiras, cereais e outros produtos, em situações

que caracterizem o contrabando, repressão ao tráfico e uso ilegal de drogas, apreensão de armas sem registro ou portadas ilegalmente, apreensão de veículos furtados, e repressão à entrada ou permanência ilegais de estrangeiros no País;

- Operação Ouro, realizada por força de convênio firmado com a Caixa Econômica Federal — CEF, com mobilização de 460 policiais para as zonas de garimpo;
- Operação Café — destinada a coibir o contrabando do café;
- Operação Nevasca — realizada a nível nacional, dela tendo resultado a apreensão de 4.061 máquinas de vídeo-pôquer.

— Conselho Federal de Entorpecentes — CONFEN

O CONFEN, responsável pela formulação da política nacional do setor, fomentou ainda mais, no ano de 1987, a descentralização do debate da questão da droga, valorizando na discussão do tema os Conselhos Estaduais.

No plano internacional, foram firmados acordos de cooperação com a Colômbia, com os Estados Unidos e com a Venezuela, no campo da prevenção, controle, fiscalização e repressão ao uso indevido e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas.

Merece destaque, neste setor, o convênio celebrado, em 05 de novembro de 1987, com o FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O CONTROLE DE ABUSO DAS DROGAS, pelo qual foram repassados ao Ministério da Justiça US\$12 milhões, para a execução de programas nos campos da prevenção, recuperação e repressão.

Finalmente, ainda no ano de 1987, o Brasil foi reeleito membro da Comissão de Entorpecentes da Organização das Nações Unidas.

— Sistema Nacional de Trânsito *

O Ministério da Justiça, por intermédio do Conselho Nacional de Trânsito — CONTRAN e do Departamento Na-

cional de Trânsito — DENATRAN, deu prosseguimento, em 1987, aos Programas RENAVAL (Registro Nacional de Veículos Automotores) e RENACH (Registro Nacional de Carteiras de Habilitação), firmando com o SERPRO convênios destinados à implantação do primeiro e à atualização e consolidação do segundo.

O Programa RENAVAL tem por objetivo a criação de um registro nacional único, como base para o cadastramento da frota nacional de veículos automotores e para a implantação da placa nacional, instrumentos indispensáveis não só à formulação de política consistente para o setor, mas também ao combate efetivo ao furto de veículos.

O Programa RENACH, por sua vez, foi retomado e consolidado no ano de 1987, prevendo-se o seu aperfeiçoamento em 1988 para permitir a implantação do sistema de pontuação das infrações, como forma de caracterização da reincidência e de conseqüente agravamento das sanções administrativas.

b) Estrangeiros

O Ministério da Justiça realizou, em 1987, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, o recadastramento dos estrangeiros com permanência regular no País. Foram recadastrados, aproximadamente, 720 mil estrangeiros, que já receberam ou receberão, até 20 de março de 1988, novo documento de identidade.

O recadastramento realizado representa a base necessária para a formulação pelo Governo Federal de uma política para estrangeiros, pois, até então, o número dos estrangeiros que vivem regularmente no País era desconhecido.

Direitos da Cidadania

O Ministério da Justiça, em 1987, consolidou os trabalhos de reestruturação e de reorganização dos diversos órgãos colegiados que lhe são vinculados, utilizando-os, cada

vez mais, como instrumento eficaz de proteção e promoção das liberdades individuais e dos direitos difusos da sociedade brasileira.

a) *Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana*
— CDDPH

Em 1987, o CDDPH deu prosseguimento à execução da sua política de descentralização. Para tanto, estimulou a criação de órgãos similares, a nível estadual e municipal; delegou competência aos Procuradores da República, responsáveis pela defesa dos direitos humanos nas Procuradorias Regionais, para instruírem processos por violação de direitos fundamentais e trazerem-nos à apreciação do Conselho para julgamento; e deslocou-se, sempre que necessário, para os locais das violações, neles realizando reunião ou se fazendo representar por alguns de seus integrantes.

b) *Conselho Administrativo de Defesa Econômica*
— CADE

O CADE desenvolveu, junto às empresas, intensa atividade de divulgação das normas e diretrizes que orientam as suas ações. Incentivou, também, o debate sobre o tema «abuso do poder econômico», realizando, em 1987, um Seminário Nacional, em Brasília, para discuti-lo. Ainda no plano da divulgação, relançou a Revista Direito Econômico e editou uma cartilha, expondo, em termos didáticos, quais as formas de abuso do poder econômico e os meios para previni-las ou reprimi-las.

No plano, o CADE elaborou diagnósticos sobre o grau de concentração, por setores, dos doze mais importantes segmentos industriais do País. Examinou, também, aproximadamente, 260 processos administrativos por abuso do poder econômico, procedendo, sempre que necessário ou conveniente, em conjunto com outros órgãos ou entidades governamentais.

c) *Conselho Nacional de Defesa do Consumidor — CNDC*

O CNDC passou a atuar efetivamente em 1987, após sofrer profundas alterações estruturais. Em sua composição estão, hoje, representados os segmentos governamentais e não-governamentais mais significativos no campo da defesa do consumidor.

A descentralização de suas ações, mediante o estímulo à criação e ao fortalecimento de organismos estaduais e municipais voltados para a proteção ao consumidor, foi, em 1987, a sua atividade prioritária.

d) *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher — CNDM*

O CNDM concentrou a sua atuação, em 1987, no acompanhamento da Assembléia Nacional Constituinte, com o objetivo de consolidar e ampliar, no texto constitucional, os direitos da mulher.

Desenvolveu, ainda, intensa atividade de divulgação e de mobilização, nos planos nacional e internacional, tendo por objeto temas relativos à mulher: a assistência à mulher trabalhadora; o acesso da mulher à educação, à saúde, à cultura; e as formas de violência contra a condição feminina.

e) *Conselho Superior de Censura — CSC*

Reorganizado e reativado no segundo semestre de 1986; o CSC passou, efetivamente, a desempenhar as suas funções normativas e recursais no ano de 1987.

O CSC, no exercício de suas atribuições, descaracterizou os aspectos policiais da atividade censória. Editou resolução, tornando meramente classificatória a censura a espetáculos e diversões públicas. Em relação à televisão, incentivou a auto-regulamentação pelas próprias emissoras, promovendo uma reunião do Conselho com os respectivos diretores de programação para discutir o assunto. Enfim, estimulou, sempre, o debate sobre o tema em todos os seus

aspectos e nuances, fazendo participar das reuniões do Conselho, quando possível, pessoas de reconhecida competência na área.

Outros Órgãos e Entidades

A Fundação Petrônio Portella, com o apoio dos órgãos técnicos do Ministério da Justiça, iniciou o processo de reformulação e de modernização administrativas, que tem por finalidade torná-la, a curto prazo, instrumento de apoio das ações desta Pasta, na execução de suas políticas públicas. Também em 1987, relançou a Fundação a Revista «Arquivos» e promoveu um seminário sobre temas constitucionais.

O Arquivo Nacional, prosseguindo em sua política de estímulo à integração dos arquivos brasileiros, realizou seminários, cursos e estágios e publicou o Guia de Arquivos Estaduais Brasileiros.

O Arquivo Nacional deu continuidade, em 1987, à execução do projeto de elaboração do «Guia de Fontes Existentes no Brasil para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual», patrocinado pela UNESCO, e que será lançado neste ano por ocasião da comemoração do centenário da abolição da escravatura.

A Empresa Brasileira de Notícias — EBN buscou aperfeiçoar, em 1987, o seu serviço jornalístico, tornando-o mais ágil e eficiente, sem prejuízo da racionalização e da contenção de seus custos operacionais. Dentro desta linha de atuação, foram ampliados os acordos bilaterais de troca de material noticioso com as principais agências internacionais. Da mesma forma, a Empresa se aparelhou para assumir integralmente a veiculação da publicidade legal obrigatória dos órgãos e entidades da Administração Federal.

O Departamento de Imprensa Nacional — DIN deu continuidade ao processo de reestruturação e de modernização de sua estrutura e de seu parque gráfico, objetivando melhorar, ainda mais, os serviços prestados. No plano cultural, o DIN lançou em 1987 o seu Caderno de Cultura.

Principais Ações para 1988

a) Prosseguir o acompanhamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, elaborar projeto e viabilizar os meios para a participação no processo legislativo complementar e ordinário, imediatamente após a promulgação da nova Constituição.

b) Dar prosseguimento a todos os trabalhos de elaboração legislativa, iniciados em 1987 sob a coordenação da Comissão Especial, criada pela Portaria MJ n.º 483, de 16 de julho de 1987.

c) Dar continuidade à execução do Programa «Vamos Viver sem Violência», prorrogado até 31 de dezembro de 1989, pelo Decreto n.º 95.394, de 08 de dezembro de 1987.

d) Dar prosseguimento ao Plano Nacional de Recuperação do Sistema Penitenciário, buscando, se necessário, fontes alternativas de recursos para o cumprimento das metas estabelecidas no Programa de Ação Governamental — PAG.

e) Reparar o Departamento de Polícia Federal, dotando-o de meios suficientes ao cumprimento do seu dever legal.

f) Promover, no âmbito do Conselho Federal de Entorpecentes — CONFEN, a aplicação dos recursos repassados pelo Fundo das Nações Unidas para o Controle de Abuso das Drogas.

g) Implantar o Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate ao Abuso de Drogas — FUNCAB, criado pela Lei n.º 7.560, de 19 de dezembro de 1986.

h) Executar o Programa Nacional de Segurança no Trânsito, já elaborado e submetido à apreciação e decisão do Poder Executivo.

MINISTÉRIO DA MARINHA

A Marinha de guerra brasileira, para o cumprimento de sua missão institucional e o desempenho das ações que

lhe foram confiadas em 1987, concentrou suas atividades em quatro grandes segmentos:

- Preparo do Poder Naval
- Evolução dos Meios Navais
- Atividades de Ciência e Tecnologia
- Atividades Correlatas

Preparo do Poder Naval

Quanto ao preparo do Poder Naval, foram realizados diversos exercícios das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros.

A Força atingiu e demonstrou alto grau de adestramento e eficiência, destacando-se a participação em operações conjuntas com belonaves argentinas, italianas, nigerianas, norte-americanas, uruguaias e venezuelanas.

A nacionalização dos meios navais, preocupação permanente da Força e estabelecida como prioridade no programa de reaparelhamento, foi atingida de acordo com a programação proposta.

Evolução dos Meios Navais

A evolução dos meios navais, traduzida no programa de reaparelhamento, é fator fundamental para a obtenção de um poder naval compatível com a grandeza do País e vem sendo rigorosamente cumprida, buscando-se, inclusive, diminuir a dependência externa com a construção nacional de navios de guerra e lanchas-patrolha.

Em 1987, foram construídos:

— um submarino da classe IKL-1400, na República Federal da Alemanha, já lançado ao mar e em fase de testes, fazendo parte do projeto de transferência de tecnologia para o Brasil, com vistas à construção no Brasil de três unidades semelhantes;

— quatro Corvetas de classe «Inhaúma», sendo duas construídas no arsenal da Marinha e outras em estaleiro particular;

— quatro lanchas-patrolha para os serviços de Polícia Naval, com recursos oriundos dos «royalties do petróleo».

Ademais, o programa abrange, também, aquisições e modernização de equipamentos navais, aéreos e terrestres, tais como:

— um navio *Grant Mariner*, de origem americana, para realizar pesquisas sísmicas necessárias à delimitação da plataforma continental brasileira;

— seis helicópteros Super Puma, três dos quais já recebidos;

— onze helicópteros Esquilo biturbinados;

— materiais de campanha para o Corpo de Fuzileiros Navais;

— modernização, na Itália, de quatro helicópteros SH-3.

Foram viabilizados recursos para a construção de:

— um navio-tanque de Esquadra, no Estaleiro ISHIBRAS, pelo Fundo de Marinha Mercante;

— um navio-patrolha — fluvial, com recursos do Projeto Calha Norte;

— um navio-polar, essencial para continuidade do Programa Antártico Brasileiro.

Foram incorporados, ainda, três rebocadores de alto-mar, construídos em estaleiros nacionais.

Tiveram continuidade, ainda, importantes projetos para a manutenção da soberania nacional, como os estudos relativos ao 2.º Plano Parcial de Obtenção, que visa permitir a construção de modernos navios, inclusive um submarino de concepção brasileira e adequar os meios já existentes à realidade da evolução tecnológica.

Atividade de Ciência e Tecnologia

A realização de pesquisas e atividades de ciência e tecnologia vem se constituindo em preocupação da Marinha, devendo ser ressaltadas:

- construção de reator para propulsão de submarinos;
- construção de corvetas no arsenal da Marinha;
- desenvolvimento de propelentes e pirotécnicos de um vetor anti-submarino e um sistema de defesa anti-míssil;
- projetos visando o domínio da tecnologia de sistema sonar, dispositivos acústicos, instrumentação oceanográfica e de projeção do som na água do mar; e
- projetos na área de oceanografia física, química, biologia e bioquímica.

Outras Atividades

No campo social, especial ênfase foi dada à área de saúde, materializada no apoio às populações da Bacia Amazônica e do rio Paraguai e assistência às vítimas do acidente radiológico de Goiânia.

Na área de ensino, o desenvolvimento de programas visando a formação de pessoal para as atividades de transporte marítimo tem sido objeto de atenção constante.

Em outros campos específicos, cabe salientar:

- reparos e docagens de navios, embarcações e plataformas de petróleo;
- fiscalização da frota mercante e de construção naval;
- execução do serviço meteorológico marinho;
- salvamento marítimo; e
- aprimoramento do balizamento e atualização de cartografia náutica do litoral e hidrovias.

Por derradeiro, cabe enfatizar a participação da Marinha no Programa Antártico, em conjunto com centros de pesquisas científicas.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

As atividades do Ministério do Exército, em 1987, foram desenvolvidas em três grandes campos:

- organização operacional e aparelhamento da Força;
- desenvolvimento científico e tecnológico; e
- cooperação com o desenvolvimento econômico e social do País.

Organização Operacional e Aparelhamento da Força

A organização operacional e o aparelhamento da Força voltam-se, precipuamente, para aspectos internos e o cumprimento de funções específicas e institucionais. Cumpre destacar:

- organização de três batalhões logísticos e um regimento de cavalaria blindado;
- transformação e ampliação de dezoito unidades estratégicas;
- implantação dos pelotões especiais de fronteira de Iauaretê, Quérari, São Joaquim e Surucucu, na Amazônia;
- ampliação da Academia Militar das Agulhas Negras (Resende-RJ), da Escola de Sargentos das Armas (Três Corações-MG) e de outras unidades de especialização e ensino;
- implantação do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica;
- construção de unidades residenciais, especialmente em guarnições especiais;
- início da construção da infra-estrutura para instalação do Batalhão de Aviação do Exército;
- em fase de licitação, a aquisição de helicópteros;
- criação do Centro de Cartografia Automatizada do Exército;
- aquisição de viaturas operacionais, bem como de armamentos e material de engenharia.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Quanto ao desenvolvimento científico e tecnológico, de fundamental importância estratégica para a Força Terrestre e para o País, realizou-se a consolidação do Centro Tecnológico do Exército, em Guaratiba, Rio de Janeiro.

Cabe, ainda, mencionar as seguintes atividades no campo tecnológico:

- implantação dos projetos prioritários da FT 90, no campo de pesquisa e desenvolvimento;
- modernização de obus 155mm e radares de vigilância;
- nacionalização de míssil anti-aéreo, morteiro 120mm e equipamentos de comunicações;
- desenvolvimento de tecnologia autóctone, compreendendo sistema de guerra eletrônica e de foguetes;
- desenvolvimento de tecnologia de ponta, compreendendo sistema de armas míssil solo-solo, anticarro, equipamento de visão noturna e sistema de tiro; e
- pesquisa no campo de pessoal, visando a eficiência operacional do Exército.

Ação com o Desenvolvimento Econômico e Social

O Exército brasileiro co-participou ativamente do processo de desenvolvimento econômico e social do País, sem prejuízo de suas atividades-fim.

Nesse aspecto, cumpre enfatizar:

- reforma e ampliação dos hospitais de Tabatinga — AM e Porto Velho — RO, em convênio com o Ministério da Saúde;
- implantação de projetos em quinze áreas de assentamento, com recursos do INCRA;

— obras de restauração da cidade de João Câmara — RN e Poço Branco — RN, em convênio com o Ministério do Interior;

— obras comunitárias no Distrito de São Geraldo do Araguaia — PA;

— obras viárias, em convênio com o Ministério dos Transportes;

— obras diversas, como construção de açudes e aeroportos;

— cessão de área para construção de rodovias, ferrovias, hospitais, implantação de projetos urbanísticos e municipais; e

— cooperação na demarcação e regularização fundiária em áreas de problemas sociais, mediante convênio com a FUNAI, INCRA e CODEVASF.

Destaque especial merece o Projeto Calha Norte, no qual o Exército participa do desenvolvimento e da segurança na região norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

De acordo com o referido projeto, cabe ao Ministério do Exército o aumento da presença militar na área, guardando as vias naturais de acesso ao território nacional. Para tanto, o Ministério foi responsável pela criação, organização, articulação, instalação e equipamento de diversas unidades e subunidades, tendo sido implantados quatro pelotões especiais de fronteira e criado o 5.º Comando de Fronteira em São Gabriel da Cachoeira — AM.

O crescente desenvolvimento da indústria nacional de material de defesa tem proporcionado o aumento do grau de nacionalidade do equipamento em uso pelo Exército e, conseqüentemente, sua auto-suficiência.

Para 1988, o Exército realizará as seguintes atividades:

- organização de novas unidades;
- completamento de quinze unidades valor batalhão;
- obras de ampliação e melhoramento das escolas militares;

— prosseguimento das ações previstas no Projeto Integrado Calha Norte;

— início de funcionamento do curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército;

— reformulação dos currículos das escolas militares;

— reestruturação dos estabelecimentos de ensino preparatório e assistencial; e

— no setor de pesquisa, será dada prioridade às áreas de blindados e viaturas militares, materiais de engenharia, comunicações, eletrônica, saúde, intendência e armamento.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

No transcurso de 1987, continuou o Itamarati a dedicar-se ao acompanhamento de importantes questões e tendências das relações internacionais e à afirmação dos interesses da política externa brasileira.

O panorama mundial, conquanto permanecesse afetado por conflitos regionais, encontrou nas iniciativas de diálogo político e de negociação sobre desarmamento entre as superpotências um fator de desanuviamiento. De alto significado histórico foi a assinatura do tratado para eliminação dos mísseis de alcance médio, por ocasião do encontro de cúpula, de dezembro último, entre os dirigentes dos Estados Unidos e da União Soviética.

Esses fatos positivos no âmbito das relações leste-oeste não foram acompanhados, contudo, por progressos nas relações norte-sul. Persistindo a situação de crise e incerteza da economia mundial, recrudesceram os problemas dos países em desenvolvimento, notadamente nos campos do comércio, das finanças e da ciência e tecnologia. Para o Brasil, em particular, o agravamento da questão da dívida externa refletiu-se na suspensão temporária de pagamentos dos juros aos bancos privados e exigiu nova mobilização de esforços diplomáticos com vistas ao seu encaminhamento construtivo, em bases políticas.

Com o início da nova rodada de negociações comerciais multilaterais do GATT, colocou-se para o Brasil o desafio de impedir a cristalização de tendências que envolvem, essencialmente, a tentativa de países industrializados de imporem uma nova divisão internacional do trabalho, na qual se pretenderia restringir o direito dos países em desenvolvimento aos avanços e ao domínio das tecnologias de ponta. Essa distorção, somando-se os problemas do protecionismo comercial, da deterioração dos termos do intercâmbio e do estancamento dos fluxos financeiros, ameaçaria aumentar ainda mais o fosso que separa as nações desenvolvidas daquelas em desenvolvimento.

Consciente dessas graves questões, a política externa brasileira continuou a buscar condições para o fortalecimento da nossa autonomia e para a estabilidade do nosso desenvolvimento. No ano que passou, essa preocupação ficou bastante nítida, no plano diplomático, ao completar-se o processo de inserção do Brasil no universo latino-americano. Objeto de atenções prioritárias de nossa política externa, a América Latina foi, em 1987, a região onde se concentraram as iniciativas diplomáticas de maior impacto e significado histórico, inspiradas pela maior convergência dos interesses dos países do continente em face da situação internacional.

O Brasil se associou ativamente ao Mecanismo Permanente de Consulta e Concentração Política, instituído pelo chamado Grupo do Rio de Janeiro ou Grupo dos Oito, o qual revela uma tomada de posição madura e responsável no sentido da busca de soluções para os problemas da América Latina. O ponto culminante desse esforço de mobilização regional, nascido da experiência de sucessivos contatos entre os países que integram os Grupos de Contadora e Apoio, foi a reunião presidencial do México, celebrada em novembro, e que propiciou a assinatura do Compromisso de Acapulco para a Paz, o Desenvolvimento e a Democracia. Com sua contribuição para o êxito dessa iniciativa, o Brasil reforçou consideravelmente a prioridade latino-americana de sua política externa, consolidando seus laços de aproximação e confiança com as nações do continente.

Outro tema em que se destacou nossa diplomacia latino-americana foi o do respaldo às gestões do Grupo de Contadora, com vistas à solução da crise na América Central. Como membro do Grupo de Apoio, instituído em 1985, o Brasil participou dos entendimentos que resultaram na criação da Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento (CIVA), encarregada de supervisionar o cumprimento do Acordo de Esquipulas II, assinado em agosto, na Guatemala, pelos Presidentes dos cinco países centro-americanos, e que abriu uma perspectiva de pacificação na área.

Tiveram continuidade, por outro lado, as ações ligadas à integração e à cooperação econômica na América Latina. Os acordos concluídos com a Argentina e o Uruguai, que vêm dando margem a sucessivos encontros de nível presidencial, são responsáveis por uma mudança qualitativa no relacionamento do Brasil com aquelas nações e por um aumento expressivo do comércio.

Marcadas pela mesma ênfase de nossa maior inserção diplomática na América Latina e no Caribe, as relações do Brasil com outros países do continente experimentaram, também, grande progresso. Além da Argentina e do Uruguai, o Presidente da República visitou, em 1987, o Peru, o México e a Venezuela, tendo estado, igualmente, em Trinidad e Tobago e na Costa Rica. Por sua vez, em visitas bilaterais de caráter oficial ou de trabalho, o Ministro das Relações Exteriores esteve na Venezuela, em Cuba, no Peru, na Colômbia e no Paraguai. Em Brasília, recebeu visitas de seus colegas venezuelano e paraguaio.

Dentro de sua tradição universalista, a política externa brasileira voltou a explorar oportunidades de diálogo e cooperação em diferentes áreas. A visita ministerial a Havana foi, nesse sentido, um desdobramento natural do reatamento diplomático acertado em 1986.

Intensificaram-se os contatos com a África, em seguimento a maior aproximação realizada com as viagens de nível presidencial e ministerial do ano anterior. Em 1987, visitaram o Brasil os Presidentes do Zaire e de Cabo Verde, os Chanceleres da Costa do Marfim, (Côte

d'Ivoire), e do Benin, o Presidente da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) e o Bispo anglicano da África do Sul, Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz. Estas duas últimas visitas, particularmente, tornaram a realçar a firmeza e coerência de nossa política de apoio à independência da Namíbia, de condenação ao regime do *apartheid* e de contribuição para a paz e a estabilidade na região da África Austral. Está prevista a visita do Presidente da República a Angola no curso de 1988.

No Oriente Próximo, a diplomacia brasileira não só persistiu em seus esforços voltados para a ampliação dos laços comerciais com a área, mas, também, se manteve em suas posições tradicionais em relação aos conflitos políticos lá existentes. Tiveram destaque, nesse aspecto, a visita do Ministro das Relações Exteriores ao Egito e a que fez ao Brasil o Chanceler de Israel.

As relações com a Ásia continuaram a ser intensificadas, dada a importância crescente que o continente vem adquirindo no cenário mundial. O Brasil cada vez mais se aproxima dos países asiáticos, sendo reflexo significativo dessa tendência as programadas visitas presidenciais à Índia e à República Popular da China.

O relacionamento com os países industrializados esteve, como anteriormente, permeado pela complexidade dos problemas econômicos e financeiros que condicionam nossa atuação internacional brasileira. Com os Estados Unidos, ao lado de nosso interesse em preservar o nível de diálogo e entendimento que o Brasil necessita manter com aquele país, dada a amplitude e a densidade dos vínculos bilaterais, persistiu o contencioso em torno da questão da informática. Diante do anúncio feito pela Administração Reagan de medidas restritivas às exportações brasileiras para o mercado norte-americano, em represália à política de informática do Governo, o Presidente da República emitiu declaração oficial, em 13 de novembro, no sentido de que o Brasil recorreria ao GATT com o objetivo de denunciar a falta de apoio legal daquela decisão, transgressora das normas consagradas no Acordo Geral. O Presidente, na mesma oportunidade, determinou o estudo de medidas a

serem eventualmente adotadas sobre a importação de produtos norte-americanos, caso concretizadas as medidas restritivas anunciadas pelo Governo de Washington.

Em relação à Europa Ocidental, manteve-se a linha tradicional de diálogo e cooperação seguida pelo Brasil, não obstante as divergências de caráter econômico decorrentes da política da CEE. A recente ampliação do Mercado Comum Europeu, através da incorporação dos países ibéricos, abriu uma nova perspectiva ao processo de adensamento dos vínculos do Brasil com a área. Nesse contexto, inserem-se as visitas que realizaram a nosso País os Presidentes de Portugal e da República Federal da Alemanha, o Chefe de Governo e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha, bem como o Chanceler da França.

As relações com o leste europeu, por sua vez, ingressaram em um novo patamar político, fruto da maior compreensão recíproca e, sobretudo, da conscientização de que as diferenças entre os sistemas vigentes no Brasil e nos países daquela área não devem impedir o diálogo de alto nível. Foi nesse espírito que visitaram o Brasil, no ano passado, o Chanceler da União Soviética e o Presidente da Hungria. De especial relevo foi o entendimento com o Governo soviético para a realização, em 1988, de visita presidencial a Moscou.

No tocante à diplomacia multilateral, os resultados alcançados foram particularmente expressivos. A eleição do Brasil para o Conselho de Segurança da ONU, do qual esteve ausente durante 20 anos, marcou o coroamento de nossa política de fortalecimento dos organismos internacionais e de nosso propósito de contribuir para o debate e a solução das questões referentes à paz e à segurança. A presença do Brasil no Conselho abre um horizonte de novas responsabilidades para nossa diplomacia, sobretudo pela gravidade das crises políticas internacionais, submetidas à consideração daquele órgão.

Na Assembléia-Geral da ONU, cuja sessão ordinária foi, como no ano anterior, inaugurada pelo Ministro das Relações Exteriores, o Brasil deu seguimento à iniciativa referente ao Atlântico Sul, objeto de nova resolução por

aquele foro. Temos concedido tratamento equilibrado às duas dimensões da iniciativa, a da paz e a da cooperação, pois entendemos que o desenvolvimento econômico e social da região depende diretamente da existência de um clima pacífico e livre de tensões.

Em sua tradição de respaldo ao fortalecimento da OEA, a diplomacia brasileira emprestou particular atenção ao processo de implementação das reformas da Carta da Organização, acordadas em 1985, bem como às iniciativas do sistema interamericano no sentido da cooperação para o desenvolvimento. O Ministro das Relações Exteriores participou da XVII Sessão Ordinária da Assembléia-Geral da OEA.

Em outubro, realizou-se no Rio de Janeiro a XIV Reunião Consultiva do Tratado da Antártida, onde foram reafirmadas pelo Brasil as diretrizes de nossa política em relação ao sexto continente, voltada para a cooperação pacífica e a pesquisa científica e tecnológica.

De interesse especial para a política externa, revestiu-se a Sétima Conferência da UNCTAD, realizada em Genebra, à qual compareceu o Ministro das Relações Exteriores. Tendo propiciado avanços conceituais importantes em matéria de endividamento externo e comércio internacional, aquela reunião reafirmou o papel de grande utilidade da UNCTAD para os países em desenvolvimento.

Outros foros econômicos onde a presença do Brasil permaneceu ativa, inclusive com a participação do Chanceler em suas reuniões, foram a CEPAL, a ALADI e o SELA.

Do ponto de vista da administração do Itamarati, cabe referência às iniciativas que consolidaram a reforma adotada em 1986, com a aprovação da Lei nº 7.501 sobre o Serviço Exterior Brasileiro e que marcou o início de uma nova etapa de sua vida funcional. No ano passado, aprovaram-se atos dispostos sobre a nova organização básica e o regimento interno do Ministério, bem como sobre a remuneração, no Brasil, dos funcionários da Carreira de Diplomata.

Inauguraram-se duas entidades ligadas ao MRE: a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). A ABC passou a

exercer a coordenação das atividades de cooperação técnica internacional, concentradas a partir de 1987, por decisão presidencial, na esfera de competência do Itamarati, enquanto o IPRI terá a função de estimular o estudo e a pesquisa dos temas de interesse para a diplomacia brasileira.

As iniciativas previstas para 1988, no campo da política externa, deverão incidir nas mesmas questões políticas e econômicas que compreendem nossos interesses prioritários no cenário internacional. Os esforços em favor do desarmamento mundial, da consolidação do clima de distensão e da solução pacífica dos conflitos continuarão a ser apoiados e incentivados. No plano econômico, nossos maiores desafios certamente estarão na solução do problema da dívida, na conquista de nossa autonomia científico-tecnológica, na promoção de nossas exportações e no encaminhamento das pendências comerciais com os países industrializados. Continuaremos, dentro de nossa tradição diplomática e de acordo com os interesses mais prementes de nossos dias, a reclamar o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, que atenda de forma justa às aspirações dos países em desenvolvimento.

Nossas relações com a América Latina continuarão a ser intensificadas, com ênfase particular no andamento das iniciativas de integração econômica. A prioridade africana deverá ser reforçada. Buscar-se-á ampliar o nível e a intensidade de nossa cooperação com outros países em desenvolvimento, da mesma forma que trataremos de aperfeiçoar os laços com as nações do mundo desenvolvido. Pretende-se, ademais, explorar possibilidades de maior aproximação com nações do Caribe anglófono e da Escandinávia.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Em 1987, as ações do Ministério da Fazenda voltaram-se para o combate à inflação e o incentivo ao crescimento econômico, através do uso adequado das políticas monetária e creditícia, fiscal, cambial, e de abastecimento e preços.

Abastecimento e Preços

Face à aceleração inflacionária que se seguiu ao Plano Cruzado, acirrada no primeiro semestre de 1987, tornou-se inevitável a implementação, ocorrida em 12 de junho de 1987, de um novo conjunto de medidas objetivando reverter o quadro de decomposição da economia, esboçado, principalmente, nos alarmantes índices inflacionários, na queda dos investimentos, no baixo desempenho do setor externo e no desaquecimento da atividade industrial.

Dentre as medidas então adotadas, vale destacar, pelo impacto imediato no controle da inflação, o congelamento temporário dos preços e o estabelecimento de novas regras para o reajuste dos salários.

Nesse contexto, contudo, o abastecimento interno não esteve sujeito aos problemas verificados em 1986. Além das boas safras agrícolas, a estratégia do Plano de Estabilização e a forma de sua implementação evitaram problemas de desabastecimento e de cobrança de ágios.

As importações de carne, leite e milho limitaram-se a cerca de CZ\$10,4 bilhões e as aquisições de produtos para a formação de estoques reguladores restringiram-se a compras remanescentes do exercício anterior.

A política de preços mínimos foi reformulada de modo a refletir os preços de tendência de mercado. Com isto, visava-se a uma menor participação do Estado na comercialização de produtos agrícolas e, em consequência, menor pressão desses gastos nas contas do setor público.

Em relação à política de preços, no início do primeiro semestre, o Governo submeteu alguns produtos e serviços industriais a um sistema rígido de controle de preços, enquanto acompanhava os demais. Em abril, modificou-se tal sistemática, passando as empresas a apenas apresentarem suas listas de preços ao CIP. No entanto, como os preços começaram a se elevar exageradamente, tornou-se necessário instituir novas regras que pudessem refrear a inflação, tendo sido estabelecido, em 12 de maio, um intervalo mínimo de 30 dias para os reajustes, que não poderiam ultrapassar 80% da variação do INPC.

Apesar dessas tentativas, a inflação em maio alcançou 23,4%, evidenciando a necessidade de serem adotadas medidas mais fortes destinadas ao seu controle.

Assim, foi implementado o Plano de Estabilização (Decreto-lei nº 2.335, de 12.06.87) que consistiu, essencialmente, de um congelamento temporário de preços, após o que os controles seriam gradualmente relaxados, permitindo-se o retorno à livre determinação de preços pelo mercado. Permaneceriam controlados apenas preços de setores oligopolizados, de uns poucos produtos essenciais e de algumas tarifas e preços públicos. O Plano foi concebido para ser implementado em três etapas: congelamento/tabelamento; flexibilização e livre mercado.

Na primeira etapa, todos os preços da economia, inclusive os referentes a mercadorias, serviços e tarifas ficariam congelados por um período de, no máximo, 90 dias, nos níveis dos preços à vista efetivamente praticados até o dia 12 de junho de 1987. Além disso, alguns produtos com peso significativo na cesta básica de consumo tiveram seus preços tabelados. Esta etapa foi formalmente encerrada em 12 de setembro.

Na segunda etapa, teve início o processo de saída do congelamento. O objetivo era definir regras para os reajustes, de sorte a evitar uma explosão dos preços, uma vez terminado o congelamento. Os bens e serviços foram classificados em cinco categorias: bens e serviços de setores competitivos, bens não essenciais e bens não-homogêneos, que tiveram seus preços liberados; bens que compõem a cesta básica do consumidor, tabelados e gradualmente liberados (em dezembro, apenas 3 itens permaneciam nas tabelas: leite, trigo/pão e açúcar); preços públicos, com reajuste mensal pela URP e correções graduais de defasagens existentes em alguns setores, visando a reduzir os aportes do Tesouro e o impacto dessas transferências sobre o déficit público; bens de setores oligopolizados ou monopolizados que permaneceram com seus preços controlados pelo CIP e classificados em quatro categorias — estritamente controlados, controlados, sujeitos à variação da URP e libe-

rados — demais preços, regulados pela variação da URP, observando-se o intervalo mínimo de 30 dias entre os reajustes.

A terceira etapa, iniciada entre os meses de novembro/dezembro, com data final ainda não demarcada, teve por objetivo liberar totalmente os preços, para que o mercado pudesse livremente determinar os seus níveis.

É importante assinalar que o ano de 1987 terminou com os preços sendo estabelecidos praticamente num regime de livre mercado, tanto a nível do produtor quanto a nível do varejo.

A escalada de preços foi contida, muito embora, na etapa de flexibilização, os reajustes salariais (em desacordo com o estabelecido no Decreto-lei nº 2.335) e as expectativas inflacionárias (alimentadas estas, principalmente, por receios infundados de novas medidas de choque para combater a inflação) tenham exercido apreciável influência para que retornássemos a taxas de inflação elevadas, a partir do último trimestre do ano.

Os preços públicos estão quase integralmente alinhados. As defasagens ainda existentes continuarão a ser recuperadas de forma gradual.

A nova política de preços mínimos e o Programa de Estoques Reguladores do Governo estarão calibrados no sentido de minimizar a participação estatal, remunerar adequadamente os produtores, garantir a continuidade do abastecimento e evitar importações.

Política Fiscal

Em 1987, o Governo continuou a se defrontar com dificuldades no déficit público. Ao final do primeiro semestre, apesar de todo o empenho anterior, verificou-se que as necessidades de financiamento do setor público caminhavam para atingir 7% do PIB, incompatível, portanto, com os objetivos da política econômica global, em particular, com o combate à reaceleração inflacionária.

À vista disso, programaram-se medidas drásticas de ajuste, de forma a reduzir aquele percentual pela metade, no contexto do programa de estabilização acima referido.

Como o esforço de contenção se concentrou preponderantemente num semestre, as estimativas já disponíveis apontavam para um resultado ainda acima da meta estabelecida, mas abaixo do déficit potencial identificado inicialmente. Dessa forma, foi possível financiar as necessidades de recursos do setor público, sem pressões sobre as taxas de juros reais, especialmente no segundo semestre.

A forte rigidez das contas públicas deriva da predominância de gastos com pessoal e encargos financeiros, do lado da despesa, e, do lado da receita, da resistência natural da sociedade a aumentos de impostos. Somam-se a isso as implicações naturais da transição política em que vivemos.

Além do esforço de contenção do déficit, foram adotadas medidas da maior importância, estabelecendo-se regras a serem observadas na complementação do processo de unificação orçamentária a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1988, com a inclusão, no Orçamento Geral da União (OGU), dos fundos geridos pelos diversos órgãos do setor público federal, bem como de todas as operações oficiais de crédito de fomento, até então constantes do Orçamento Monetário, e que, portanto, escapavam ao crivo da sociedade, através do Poder Legislativo. A partir de 1988, a política oficial de crédito terá que obedecer as mesmas regras impostas à execução do OGU, não podendo o setor financeiro público federal conceder empréstimos a custos inferiores aos da colocação de títulos públicos federais, salvo se os respectivos subsídios estiverem previstos em lei.

Vale assinalar que o Banco Central do Brasil, após a transferência para o Ministério da Fazenda da gestão da dívida pública, terá sua ação restrita à administração da carteira própria e dos títulos de sua emissão (LBC), não mais podendo suprir recursos para operações de crédito de interesse da União.

A execução financeira do Tesouro Nacional foi realizada de conformidade com a Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, que aprovou o Orçamento da União para 1987.

O Congresso Nacional, entretanto, através de dispositivos legais, autorizou, em diversas oportunidades (Leis nºs

7.602, de 19.5.87, 7.616, de 4.9.87 e 7.634, de 3.12.87), a abertura de créditos suplementares, com recursos oriundos do excesso de arrecadação e da colocação de títulos públicos, para fazer frente ao aumento de despesas de pessoal e ao atendimento de necessidades adicionais com a manutenção e funcionamento dos órgãos federais e andamento de diversos projetos. Dessa forma, o orçamento total para 1987 foi, finalmente, reestimado para CZ\$1.426,6 bilhões.

Ao final do ano, as receitas correntes (tributos, contribuições e outras receitas, exceto aquelas derivadas da colocação de títulos e reempréstimos externos) atingiram o montante de CZ\$1.202,4 bilhões, apresentando crescimento nominal de 205,1% e queda real de 4%, relativamente ao exercício de 1986.

Por sua vez, a despesa do Tesouro (CZ\$1.392,1 bilhões), apesar do grande aumento verificado no último quadrimestre do exercício, apresentou, também, crescimento inferior à inflação (178,3%, contra uma inflação média de 217,8%). Em termos reais, a queda atingiu 12,4%, o que revela, sem dúvida, apreciável esforço de redução dos gastos do setor público.

A propósito, os gastos com pessoal e encargos sociais no período (CZ\$393,0 bilhões) constituíram-se no maior item de despesa a apresentar crescimento real (19%). Esse crescimento deveu-se ao esforço realizado pelo Governo no sentido de reduzir a defasagem verificada nos salários dos funcionários públicos civis e militares, e dos gastos com o pagamento da totalidade do 13º salário do exercício e de 75% relativos ao ano de 1986, com o que se procurou reparar uma grave injustiça até então cometida contra os não-celetistas.

O resultado de caixa (negativo em CZ\$189,7 bilhões) foi financiado através de operações de crédito, via colocação interna de títulos (total de CZ\$380,4 bilhões) e reempréstimos externos (CZ\$89,4 bilhões). Assim, o resultado total de caixa do Tesouro alcançou superávit de CZ\$280,1 bilhões, representando crescimento nominal de 363,0% e real de 45,7%.

No que concerne ao desempenho da receita tributária, é de se ressaltar que o Imposto de Renda, apesar de ter registrado queda real de 22,1% em relação a 1986, ainda se manteve como o tributo de maior arrecadação, contribuindo, com CZ\$ 406,5 bilhões e participando com 37,1% para a formação da receita do exercício. Para esse resultado, contribuíram: a redução da incidência do imposto retido na fonte até meados do ano, o crescimento dos salários em níveis inferiores à inflação até agosto, e por último, a permissão dada às pessoas jurídicas (Decreto-lei nº 2.354/87) para que o imposto fosse calculado mediante a escolha do resultado do exercício de 1986 ou do 1º semestre de 1987.

Quanto ao Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, sua arrecadação elevou-se a CZ\$263,0 bilhões, resultado que, deduzidos os créditos-prêmios concedidos à exportação de produtos manufaturados, situou-se em CZ\$240,3 bilhões, correspondendo ao incremento real de 8,8% sobre o exercício anterior. Tal desempenho deveu-se à elevação, ao final de 1986, da carga tributária incidente sobre veículos e bebidas, com o objetivo de reduzir o excesso de demanda então observado.

Por último, vale assinalar que o Governo Federal, objetivando reverter a tendência de crescimento excessivo do déficit público em 1988, baixou um elenco de medidas (Decretos-leis nºs 2.394 a 2.401, de 21.12.87) abrangendo aumento de arrecadação fiscal, redução de subsídios e contenção de despesas, dentre as quais destacam-se:

a) No âmbito do FINSOCIAL:

— elevação da alíquota, que passa de 0,5 para 0,6%.

b) No âmbito do imposto de renda:

— a alíquota mais elevada foi reduzida de 50% para 45%, com nove faixas de rendimentos;

— aplicação da correção monetária ao saldo do imposto a pagar ou a restituir, apurado na declaração, desde janeiro até o mês de pagamento;

— estabelecimento de recolhimento complementar, trimestralmente, para contribuintes com duas ou mais fontes de renda;

— instituição de multa de 20% para os casos em que o contribuinte deixe de declarar pagamentos feitos a profissionais liberais, alugueis e pensões;

— passam a ser tributados, na cédula «H», os rendimentos produzidos por operações a termo em bolsa de valores, mercadorias e negócios outros de liquidação futura; e

— passam a ser tributados na fonte os rendimentos brutos auferidos nas operações financeiras de curto prazo (até 28 dias), com lastro em qualquer título.

c) No que tange aos incentivos fiscais:

— redução das destinações para o Fiset, Finor e Finam, de 50% para 40% do imposto devido;

— redução das destinações para o Fiset — Reflorestamento, de 37% para 10%;

— eliminação da depreciação acelerada em operações de «leasing»;

— redução para 0,5% da destinação do imposto para aplicação na Embraer;

— limita de 15% para 10% a redução do imposto para dedução em dobro de despesas com programas voltados à formação profissional e treinamento de empregados; e

— para as pessoas físicas, extinguiram-se as reduções do imposto progressivo por investimentos em caderneta de poupança e subscrição de ações de companhias abertas.

d) A contenção de despesas será efetivada através das seguintes ações:

— criação de reserva de contenção orçamentária, constituída de dotações constantes de transferências intra-governamentais (exceção para as transferências constitucionais e as destinadas ao pagamento da dívida, PASEP, pessoal e encargos sociais) e de dotações alocadas em encargos gerais da União; e

— transferência do controle das Centrais de Abastecimento — CEASAs e da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos — CBTU aos estados; observância, pelas esta-

tais, das condições e limites globais estabelecidos pelo CISE, no que se refere à concessão de reajustes salariais; e privatização das operações de compra e venda de açúcar para exportação.

Foi, também, extinto o encargo financeiro de 25% sobre a compra de moeda estrangeira para viagens e passagens internacionais.

Ademais, foram encaminhados ao Congresso Nacional três projetos de lei criando o imposto sobre ganhos de capital, com alíquota de 20%; imposto sobre fortuna, com alíquotas progressivas de 0,1% a 0,5%, incidentes sobre o valor do patrimônio que exceder de 50.000 OTNs e alterando a legislação do Imposto de Renda, de modo que os rendimentos de capital (juros, dividendos, lucros, etc.) passem a ser incluídos na tabela progressiva do imposto das pessoas físicas.

Política Monetária e Creditícia

Dado o quadro vigente, especialmente no primeiro semestre, de aceleração inflacionária e conseqüente desaquecimento da atividade industrial e relativamente elevadas necessidades de financiamento do setor público, procurou-se administrar as taxas de juros dos títulos públicos de forma a não agravar a tendência de desaceleração econômica.

Houve, no início, redução na participação dos meios de pagamento no total dos ativos financeiros, retornando aos níveis verificados anteriormente ao Plano Cruzado. Paralelamente, a recomposição das carteiras dos agentes econômicos se deu, predominantemente, com títulos públicos federais, embora tenha, também, ocorrido um grande incremento na captação de depósitos em caderneta de poupança, em grande parte canalizados para o Banco Central.

Com a decretação do novo congelamento de preços em junho, repetiu-se o fenômeno observado após a deflagração do Plano Cruzado de intensa remonetização da economia, tendo os meios de pagamento, apenas naquele mês, alcançado uma expansão de 32,7%, revertendo a tendência decrescente até então observada.

Nos meses seguintes, com a nova flexibilidade de preços, a expansão da oferta monetária voltou a apresentar taxas mensais menores, porém superiores à média verificada no primeiro semestre de 1987. Para todo o ano, os meios de pagamento registraram a expansão de 116,5% pelo conceito de variação média dos saldos diários e de 135,0%, se comparados os saldos de fim de ano.

No tocante ao crédito do sistema financeiro ao setor privado, houve retração real em 1987, de forma compatível com o fraco desempenho da atividade industrial. As aplicações do Banco do Brasil e dos bancos comerciais tiveram sua participação relativa reduzida frente ao total dos créditos concedidos ao setor privado, não obstante o maior dinamismo imprimido à política creditícia do Banco do Brasil.

Contudo, o direcionamento dos recursos continuou privilegiando as atividades consideradas prioritárias dos setores agrícola, exportador e energético.

Dentre as instituições componentes do sistema financeiro não-monetário, aquelas consideradas de fomento (BNDES, BNCC e bancos estaduais de desenvolvimento) denotaram expansão nominal média superior ao índice de inflação do período, ao contrário dos bancos de investimento, caixas econômicas, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo — APE, que apresentaram fraco desempenho no período, em termos de aplicação de recursos.

Vale destacar, também, que o Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND teve orçados para 1987 recursos da ordem de CZ\$136,0 bilhões, já integralizados em mais de duas terças partes.

Considerando essas metas, o FND já realizou as seguintes operações:

— compra de ações de propriedade da União, emitidas pela TELEBRÁS e ELETROBRÁS, no valor de CZ\$26,2 bilhões, totalmente liberados e destinados ao saneamento da SIDERBRÁS;

— capitalização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A — ELETROBRÁS, no valor de CZ\$45,0 bilhões, já liberados, sendo CZ\$33 bilhões para as controladas e CZ\$12 bilhões para o capital das coligadas;

— de repasse ao BNDES, no valor de CZ\$46,5 bilhões, para aplicação em: Programa de Desenvolvimento Industrial da iniciativa privada (CZ\$19,5 bilhões); Subprograma de Infra-Estrutura Agrícola; Armazenagem (até CZ\$4,0 bilhões); Subprograma de Agroindústria (até CZ\$5,0 bilhões); Subprograma de Infra-Estrutura de Transporte Urbano e de Carga (até CZ\$16,0 bilhões); e CZ\$2,0 bilhões para outros programas. Até 14 de dezembro de 1987, haviam sido repassados CZ\$40,7 bilhões ao BNDES;

— repasse ao Banco do Brasil, no valor de CZ\$3,0 bilhões, para financiamento ao Setor de Armazenamento. Já foi liberado e aplicado cerca de um bilhão de cruzados;

— repasse de recursos à FINEP, no valor de CZ\$4,0 bilhões, totalmente utilizados, para desenvolvimento tecnológico nacional.

Setor Externo

a) Política Cambial

Em 1987, foi mantida a política de desvalorizações diárias do cruzado em relação ao dólar, vigorando, inclusive, no período de congelamento temporário de preços.

Adicionalmente, visando a estimular a recuperação dos saldos comerciais, foram decretadas duas minidesvalorizações do cruzado, nos meses de maio e junho, da ordem de 8,5% e 9,5%, respectivamente.

Ao final de dezembro de 1987, o dólar norte-americano foi fixado em CZ\$71,892 para compra e CZ\$72,251 para venda. A taxa nominal de câmbio acumulou desvalorização de 383,6% durante o ano, índice que possibilitou a recuperação do dinamismo do setor exportador, responsável pela formação do apreciável saldo de US\$11,1 bilhões na balança comercial.

b) Dívida Externa

Estima-se que a dívida externa tenha atingido US\$116,6 bilhões ao final de 1987, com crescimento de 5% sobre dezembro de 1986. No que se refere à dívida registrada, calculada em US\$103,2 bilhões (créditos de longo prazo), a expansão de 1,4% prevista no ano deve-se, exclusivamente, ao efeito da desvalorização internacional do dólar, que eleva o equivalente dos créditos contratados em outras moedas. O fluxo líquido de créditos de longo prazo foi negativo no período, de acordo com dados do Balanço de Pagamentos.

A dívida não registrada, estimada em US\$13,4 bilhões (créditos de curso prazo), ampliou-se de maneira considerável no ano de 1987, com a suspensão dos pagamentos de juros devidos a bancos privados, cujos pagamentos, em cruzados, passaram a ser depositados no BACEN.

Quanto à renegociação da dívida externa, algumas etapas foram parcialmente concretizadas em 1987. Em janeiro, foi concluído o segundo acordo formal junto ao Clube de Paris, com os credores governamentais, sendo refinanciados o principal e juros vencidos em 1985 e 1986, no total de US\$3,3 bilhões, por um período de seis anos, com três de carência. Foi realizado, ainda, um entendimento provisório relativo ao refinanciamento do principal a vencer no primeiro semestre de 1987, que não foi concretizado, sendo o Brasil forçado a suspender o pagamento, para todo o ano de 1987, do principal devido aos seus credores governamentais.

Relativamente à dívida com o sistema bancário, foi alcançado, em novembro, acordo visando um financiamento externo para pagamento de parcela dos juros vencidos em 1987, prevendo-se um aporte de recursos de curto prazo de US\$3 bilhões pelos bancos estrangeiros, enquanto o Brasil deverá arcar com uma despesa de US\$1,5 bilhão. Tal acordo representa um refinanciamento parcial dos juros bancários, devido à impossibilidade de o País arcar com o seu pagamento integral, face à escassez de divisas. Um acordo mais amplo com o sistema bancário, abrangendo possivel-

mente o período 1987/1989, será buscado em seguida, prevendo-se que sejam adotados novos mecanismos, como a securitização parcial da dívida e a inclusão, no acordo, de salvaguardas que protejam o País de situações externas que o afetem negativamente e sobre as quais não tenha qualquer controle.

Em contexto de busca de entendimento, em novas bases, com os credores externos, foram fixadas, em novembro, as normas gerais para conversão de débitos externos em investimentos. Assim, poderão ser objeto de conversão os empréstimos e financiamentos de médio e longo prazos, e seus respectivos encargos, além dos depósitos, no BACEN, do principal e juros vencidos. Os valores depositados junto ao BACEN serão convertidos através de leilões, sendo estipulados tetos de conversão, um dos quais destinado a projetos a serem desenvolvidos nas áreas da SUDENE, SUDAM, Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha.

Foi fixado em 12 anos o prazo de permanência no País dos recursos convertidos, contado a partir da data da capitalização dos recursos.

O fechamento do Balanço de Pagamentos em 1987 prevê um déficit de US\$2.340 milhões. O superávit comercial situou-se em US\$11,1 bilhões, contra uma estimativa anterior de US\$10,2 bilhões. O dispêndio líquido com serviços foi calculado em US\$12,1 bilhões.

O comportamento satisfatório das exportações, que atingiram US\$26,2 bilhões, reflete a recuperação das vendas de produtos industrializados, principalmente material de transporte, produtos metalúrgicos, máquinas e caldeiras e produtos químicos. As importações praticamente confirmaram as projeções (US\$15,0 bilhões).

c) *Mercado de Capitais*

O ano de 1987 foi marcado por relevantes modificações institucionais, destacando-se aquela que determina às empresas de capital aberto a correção integral de seus balanços, usando a OTN em todos os itens de suas demonstrações financeiras, e a que torna mais transparente essas

demonstrações, quando prestadas por empresas que estejam abrindo seu capital ou quando do lançamento de ações, bem como da apresentação periódica de resultados.

Foram adotadas, também, medidas destinadas a evitar práticas irregulares de projeções de resultados enganosos capazes de acarretar prejuízos a investidores e *underwriters* e reduzir a confiança que deve existir no mercado de capitais.

A alta das taxas de juros e a queda dos preços das ações no mercado secundário provocam um clima pouco propício ao surgimento de novos investimentos e a emissões primárias de ações e debêntures.

Assim, ocorreram 52 lançamentos entre janeiro e novembro, em contrapartida aos 156 verificados em igual período de 1986. Das 52 emissões registradas pela Comissão de Valores Mobiliários, 10 foram oriundas do setor financeiro. Nos primeiros onze meses de 1987, o volume de emissão de ações atingiu a cifra de CZ\$9.201,2 milhões e o de debêntures, CZ\$1.037,4 milhões.

O mercado secundário de ações passou por três fases bem caracterizadas em 1987: de janeiro a junho, viveu a depressão pós-Plano Cruzado, com queda dos índices e dos volumes; reagiu de julho a outubro, principalmente, pelos efeitos do Plano de Estabilização e pela expectativa de ingresso de recursos externos destinados à compra de ações; entrou novamente em depressão no final do ano, notadamente, após a crise que se abateu sobre Wall Street, afetando todo o sistema financeiro internacional, comprometendo a possibilidade de captação de capital estrangeiro.

Para o fortalecimento do mercado de valores mobiliários, as autoridades desenvolveram diversos projetos especiais, com destaque para aqueles voltados para a captação de recursos provenientes do exterior. A iniciativa adotada com o objetivo de promover a maior integração do mercado interno de valores mobiliários ao mercado internacional carreou para o País, em 1987, o montante de US\$250 milhões, encontrando-se, ainda, em análise propostas adicionais que atingem a cifra de US\$1 bilhão, cujo ingresso está

previsto para o início de 1988, através da participação de fundos de investimentos, da entrada de dinheiro novo e de fundos de conversão da dívida.

d) Mercado de Seguros

O setor de seguros, em 1987, caracterizou-se pelo grande esforço, desenvolvido a nível dos órgãos governamentais, em conjugação com as sociedades seguradoras, para fixação de normas e princípios visando o fortalecimento e a desburocratização do mercado.

A mais importante decisão de política setorial foi a institucionalização do mecanismo de indexação nas operações de seguros, resseguros e retrocessões. A medida proporciona um instrumento de defesa contra o impacto da inflação sobre os contratos de seguros, capacitando a expansão do mercado, uma vez que possibilita a oferta de um produto com características mais adequadas à obtenção dos níveis de segurança econômica desejados pelo público.

Esse mecanismo, que teve caráter facultativo, demandou implantação gradual, visto que sua adoção exige requisitos complementares indispensáveis à garantia de seu pleno êxito. Para estimular a disseminação de sua prática, o Instituto de Resseguros do Brasil — IRB introduziu em seus planos de resseguros condições que induzem as empresas seguradoras a se engajarem com mais ímpeto na comercialização de apólices indexadas.

Um dos grandes lastros das responsabilidades contraídas pelas empresas seguradoras é a sua previsão técnica que tem de adequar-se ao regime de indexação. Para isso, o Conselho Nacional de Seguros Privados aprovou normas de cálculos para seu melhor embasamento atuarial e o Conselho Monetário Nacional reviu o respectivo regime de inversões para, sem prejuízo dos requisitos de estabilidade e liquidez, tornar mais flexíveis as aplicações de recursos para a obtenção de retornos compatíveis com os ônus crescentes da indexação das responsabilidades contraídas nas operações de seguro.

A Superintendência de Seguros Privados, por seu turno, procurou otimizar seu relacionamento com as instituições do mercado no que diz respeito às exigências normativas e concessões de autorizações, através da simplificação das regras existentes e da revisão e aperfeiçoamento da codificação do acervo normativo e jurisprudencial em vigor.

Estima-se que as receitas das operações de seguro, no exercício sob exame, tenham alcançado CZ\$100 bilhões, com decréscimo real de 12% relativamente ao ano de 1986. Para esse resultado contribuíram, não apenas a redução do nível de atividade econômica e o recrudescimento do processo inflacionário, mas também a recente prática pelas instituições do mercado de vendas com pagamentos parcelados, mantendo-se inalterado, contudo, o regime de caixa na contabilização das receitas. Esse fato coloca sob ressalva a comparação analítica das cifras anuais apuradas contabilmente.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Encontra-se em reformulação, no Ministério dos Transportes, a Política Nacional de Transporte (PNT), em complementação ao Plano Nacional de Viação, objetivando redefinir:

— os princípios e diretrizes setoriais vinculados à política econômico-social do País;

— as correspondentes estratégias e instrumentos de ação política, discriminados por objetivos de política setorial e agente envolvido; e

— as linhas de ação do Ministério dos Transportes, permitindo aos agentes econômicos e usuários do Sistema Nacional de Transportes um melhor planejamento de suas respectivas atuações.

Simultaneamente, prosseguem o aperfeiçoamento e a consolidação do processo contínuo de planejamento coordenado, integrado e participativo, cujo instrumento básico é o Programa de Desenvolvimento do Setor de Transportes

(PRODEST), consoante as diretrizes estabelecidas no Programa de Ação Governamental.

O PRODEST, em sua versão 1987-90, continuou com o tratamento prioritário aos corredores de transportes, ampliando a participação da iniciativa privada e dos usuários no processo e buscando a integração das Unidades da Federação no trabalho conjunto de planejamento.

Cabe destacar, também, os trabalhos em pleno andamento da Comissão de Desenvolvimento Institucional (CDI), dentro do espírito da Reforma Administrativa preconizada pelo Governo Federal, buscando melhor adequar o setor no que diz respeito à sua estrutura organizacional e gerencial, a ser complementado por um intenso programa de capacitação e qualificação de pessoal.

Investimentos em Programas de Transportes em 1987

Aplicaram-se investimentos em rodovias vicinais, para execução de trabalhos de revestimento primário e de pavimentação, em aproximadamente 2 mil quilômetros, além da restauração de 4 mil km de rodovias e de conservação rotineira em mais de 63 mil km.

Quanto à segurança nas estradas, destacam-se as obras de sinalização em 22 mil quilômetros e a correção de «pontos negros» (locais de elevada ocorrência de acidentes), bem como a aquisição de 560 viaturas destinadas ao patrulhamento rodoviário.

Cabe, ainda, registrar as ações encetadas para o fortalecimento institucional do DNER e o início da modernização do setor rodoviário com a avaliação da situação institucional e da capacidade gerencial e financeira dos órgãos rodoviários estaduais.

No setor de transporte ferroviário de cargas, destaca-se a consolidação dos programas de modernização gerencial e institucional da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), cujos resultados, a curto prazo, proporcionarão a

geração de saldos operacionais suficientes para atrair a poupança, via mercado de ações.

No mesmo sentido, deu-se continuidade aos programas de remodelação e restauração do sistema, incluindo a renovação e a recuperação do material rodante.

Os principais instrumentos para a consecução desses objetivos são os recentes empréstimos firmados entre o Governo Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco Mundial (BIRD) e a RFFSA.

Com relação à expansão das vias férreas, sobressai a retomada da construção da Ferrovia do Aço, com a participação da iniciativa privada, bem como o início do projeto final de engenharia para a construção da Ferrovia Transnordestina e o prosseguimento das negociações visando a construção da Ferrovia da Produção.

Ainda, no transporte ferroviário de cargas, as ações da Empresa Engenharia e Construções S.A. (VALEC), em 1987, foram dirigidas para a elaboração de estudos relacionados ao projeto básico e ao detalhamento do traçado da Ferrovia Norte-Sul, em toda a sua extensão, além do projeto executivo para um trecho inicial de 450km.

Na área dos transportes públicos urbanos, a cargo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da RFFSA — ainda responsável pelos sistemas do Nordeste — avultam os investimentos aplicados na modernização dos sistemas de trens urbanos e suburbanos do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre; nas obras de conclusão da implantação do trem metropolitano de Recife e na continuação da implantação do trem metropolitano de Belo Horizonte.

Deu-se prosseguimento à adequação estrutural da CBTU para a absorção dos serviços de trens suburbanos de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife (Linha Sul), Maceió e Salvador, a partir de janeiro de 1988.

No conjunto de ações dispensadas ao setor portuário, foram enfatizados os programas de melhoramento e ampliação dos portos, dirigidos, principalmente, aos terminais

especializados na movimentação de *containers*, com destaque para os portos do Rio de Janeiro, Salvador, Santos, Paranaguá e Recife.

No porto de Santos, iniciaram-se as obras de recuperação e modernização do Cais do Valongo-Paquetá e de melhoramento nos acessos rodoferroviários.

Prosseguiu-se com a construção e recuperação de instalações portuárias para carga geral, sobretudo nos portos de Recife, Itaquí, Itajaí e Natal e procedeu-se, ainda, a um intenso programa de reaparelhamento portuário.

Na área de navegação interior, cabe ressaltar a elaboração de um plano hidroviário nacional, a ser concluído em 1988, e a criação da Comissão Executiva para o Desenvolvimento da Navegação Interior e das Vias Navegáveis (CENAV) que tem a incumbência de formular, até o final de 1988, a política de transporte hidroviário interior e, através da revisão da legislação específica, propor a institucionalização do setor.

Na área de navegação e marinha mercante, destaca-se a conclusão, neste ano, de proposta de política nacional de navegação e marinha mercante, a ser enviada ao Congresso Nacional, que contempla princípios e normas altamente benéficos ao transporte marítimo, caracterizada como resultado da ação conjunta governo/setor privado.

Dentro do propósito de se promover a desconcentração e descentralização administrativas, a Superintendência Nacional de Marinha Mercante (SUNAMAM) iniciou o processo de transferência do controle da navegação de travessias com as Secretarias de Transportes dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Sergipe e Bahia.

O programa de fomento à marinha mercante, com recursos do Fundo de Marinha Mercante (FMM), contratou 40 embarcações, correspondendo a 432 mil toneladas de porte bruto (TPB). Aprovaram-se, ainda, pedidos de prioridade para a obtenção de financiamentos, para um total de 179 embarcações, totalizando 1.415 mil TPB.

No que se refere aos corredores de exportação e de transportes, os trabalhos realizados visaram, principal-

mente, dar continuidade às ações necessárias à ordenação da movimentação da safra de grãos e derivados, bem como de insumos e produtos siderúrgicos.

Na área internacional, registra-se a participação ativa no programa de integração com a América Latina, em especial com os países da Bacia do Prata, através de negociações que resultaram na elaboração de acordos de transportes, facilitando o efetivo incremento do comércio exterior.

Perspectivas para 1988

O PRODEST, em elaboração para o período 1988/91, com apoio da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), firmar-se-á como o resultado de um processo de planejamento que consagra a integração entre as relações do sistema de transportes com o contexto político e sócio-econômico do País.

Para 1988, o DNER dará continuidade aos programas de 1986 e 1987, restaurando 4,8 mil quilômetros e conservando 63 mil quilômetros de rodovias. Serão, também, implantados cerca de 300 quilômetros e pavimentados em torno de 2 mil quilômetros de estradas, em que se inclui a conclusão do trecho Porto Velho-Rio Branco, da BR-364.

Na área de segurança rodoviária, são prioritários os programas de aquisição e instalação de balanças móveis, sinalização de 15 mil quilômetros de rodovias, eliminação de «pontos negros» e de travessias urbanas.

Serão realizados, também, investimentos significativos em rodovias vicinais, com trabalhos de revestimento primário e de pavimentação em cerca de 5 mil quilômetros.

Dar-se-á prosseguimento aos programas em curso na RFFSA, com ênfase para os corredores Paraná-Santa Catarina e Goiás-Minas, para as obras da Ferrovia do Aço, cuja entrada em operação está prevista para dezembro de 1988 e para a recuperação de 69 locomotivas e 1.320 vagões.

Terá continuidade a elaboração do projeto final de engenharia da Ferrovia Transnordestina e iniciar-se-á a construção do trecho Guarapuava-Cascavel, da Ferrovia da Produção, essencialmente pela iniciativa privada.

Espera-se, ainda, concluir, através da VALEC, integralmente o trecho Açailândia-Colinas de Goiás e iniciar as obras de superestrutura do trecho Porangatu-Brasília, da Ferrovia Norte-Sul.

Quanto ao transporte ferroviário urbano, pretende-se a regionalização de seu controle e gestão, o que facilitará a integração da modalidade ferroviária ao sistema de transportes locais, em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano. As disposições do Decreto-lei nº 2.399, de 21 de dezembro de 1987, autorizando a transferência de ações representativas do capital da CBTU aos Estados, marcam o início do processo.

Com relação às demais ações programadas, ressaltam-se: a continuação da modernização dos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo; o início das obras para a implantação do trem metropolitano de Fortaleza; a continuação da implantação em Belo Horizonte; e as obras de melhoria e recuperação dos trens suburbanos do Nordeste.

A Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRÁS — deverá dar continuidade aos programas de ampliação e construção de instalações portuárias especializadas, em oito portos brasileiros, e ao de reaparelhamento portuário em todo o sistema.

Pretende, ainda, concluir os estudos para a implantação de entrepostos comerciais em portos do exterior e para a abertura de capital de algumas empresas controladas para a iniciativa privada.

O transporte hidroviário interior receberá atenção prioritária nas áreas já dotadas de vias navegáveis e em condições de serem utilizadas economicamente para o transporte de grãos.

A SUNAMAM desenvolverá estudos com vistas a identificar as áreas preferenciais para investimentos, com recursos do Fundo de Marinha Mercante, nas navegações marítimas e interior.

Com relação aos incentivos à marinha mercante, os pedidos de prioridade para obtenção de financiamento para

a construção de embarcações poderão significar, em 1988, que sejam alcançados níveis de contratação que garantam um índice elevado de utilização da capacidade dos estaleiros.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

O Ministério da Agricultura, em 1987, buscou estimular o aumento da produção agropecuária, através de um conjunto de ações de apoio à produção, que foram responsáveis pela maior safra de grãos e oleaginosas já registrada na história do País, suplantando 64,1 milhões de toneladas.

Esse conjunto de ações engloba, no campo das políticas agrícolas, fontes e formas de financiamento, juros compatíveis com a atividade rural, política de preços estimuladora da produção e programas de formação de estoques reguladores de produtos agrícolas.

Completam essas medidas de caráter econômico, o apoio à produção através de programas nas áreas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, controle de sanidade animal etc.

A armazenagem adequada de produtos agrícolas, que constitui histórico empecilho ao aumento da oferta cresceu quase 7,5%, entre dezembro de 1986 e dezembro de 1987, tendo a capacidade estática superado, nesse último mês, o nível de 68 milhões de toneladas.

Este incremento foi acompanhado de medida institucional visando à racionalização dos serviços, tendo a CIBRAZEM, em 1987, transferido uma série de armazéns para os governos estaduais e se preparado para o processo futuro de privatização.

Os objetivos sociais do governo na área de abastecimento alimentar, constantes do Programa de Ação Governamental — PAG, tiveram uma atenção especial do Ministério da Agricultura, ao adequar a máquina administrativa às necessidades de implementação de programas e projetos de grande alcance. Destaque deve ser dado ao Programa de

Alimentação Popular — PAP executado pela COBAL, envolvendo recursos da ordem de CZ\$1,46 bilhão, beneficiando a 12,97 milhões de pessoas em todo o País.

Visando incentivar o cooperativismo no País, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC adotou uma série de medidas que resultou no saneamento financeiro da instituição, garantindo a continuidade de suas operações com produtores rurais e suas cooperativas.

A fim de reduzir os efeitos causados pelo endividamento do setor rural, provocado pela alta das taxas de juros, o Governo adotou as seguintes medidas: repactuação de prazos dos encargos financeiros dos produtores rurais mediante a isenção de correção monetária nas operações de custeio, comercialização e investimento para determinadas operações; fixação de novos encargos financeiros para custeio, refletindo a realidade inflacionária; revisão do critério de classificação dos produtores rurais; fixação de novas regras para o financiamento de custeio; elevação das aplicações obrigatórias no crédito rural dos depósitos líquidos à vista das instituições financeiras; e ampliação para até 12 anos dos prazos de financiamento rural para investimento.

Nas operações de compra e financiamento de produtos agrícolas, amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos — PGPM, a Companhia de Financiamento da Produção — CFP aplicou CZ\$31,5 bilhões em Aquisições do Governo Federal — AGF e CZ\$46,2 bilhões em Empréstimos do Governo Federal — EGF. Os produtos prioritários da política de abastecimento, como milho, arroz, feijão e soja, absorveram mais de 90% desses recursos.

Para estimular o aumento da oferta de produtos alimentícios, principalmente feijão e produtos regionais, foram introduzidas as seguintes modificações na sistemática operacional da PGPM na safra 1987 e 1987/88: aprovação antecipada dos Valores Básicos de Custeio (VBCs), propiciando aos produtores melhores condições de decisão sobre o plantio; correção mensal dos VBCs e dos preços mínimos com base na variação das OTNs, e novas regras de comer-

cialização dos estoques governamentais de arroz, milho e feijão, que sinalizam as variações dos preços.

A pesquisa agropecuária contemplou 46 programas nacionais, abrangendo 4.123 projetos. Foram criados, em 1987, o Centro Nacional de Pesquisa do Caju e o Programa Nacional de Pesquisa de Tecnologia de Irrigação. A Unidade Estadual de Pesquisa — UEPAE, localizada em Bagé-RS, foi transformada em Centro Nacional de Pesquisa de Ovinos.

Destacam-se entre os principais resultados obtidos pelo Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária — SCPA: o lançamento de uma nova cultivar de soja (BR 27), indicada para as condições climáticas do Norte e Nordeste; lançamento do primeiro milho híbrido (BR-201), adaptado às condições do cerrado, com produtividade média de 8,5 toneladas por hectare; produção de 200t de lentilha, abrindo a perspectiva de auto-suficiência até 1990; e o lançamento de nova variedade de melão (Eldorado — 300), tolerante à virose e ao oídio.

O Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis — PROVÁRZEAS incorporou durante o ano de 1987 aproximadamente 84 mil hectares, com a implantação de 5.489 projetos, gerando 13,5 mil empregos diretos.

Cabe citar, pela importância para o setor agrícola, as ações e atividades desenvolvidas para a modernização do Sistema de Meteorologia Nacional, com a instalação de microcomputador no Instituto Nacional de Meteorologia — INEMET e nos distritos meteorológicos; o Programa de Apoio à Produção de Sementes e Mudas; o Programa de Defesa Sanitária Agropecuária, com o desenvolvimento de campanhas de erradicação de pragas e doenças; e as ações da EMBRATER, que atuou em 3.225 municípios e beneficiou 1,46 milhão de propriedades, das quais 912,3 mil pequenas e médias.

Para 1988, estão previstos e aprovados no orçamento Geral da União, vários projetos. Destacam-se: o

PROVÁRZEAS, que prevê a incorporação de 250 mil hectares adicionais; a eletrificação rural, com a construção de 2.639 km de rede elétrica; o Programa de Desenvolvimento Integrado em Micro-Bacias Hidrográficas, para a identificação e seleção de mil micro-bacias; a ampliação da rede armazenadora estática de 320.000t em unidades e ambientes naturais, e a construção de 355 armazéns comunitários; implementação de 2.056 projetos de pesquisa agropecuária; assistência técnica compreendendo a extensão rural a 180 mil famílias em áreas de reforma agrária; a difusão tecnológica da energização rural para 54.802 produtores; e atendimento a 2.200 mil produtores rurais e suas famílias, usuários do sistema EMBRATER.

As previsões para 1987/88, baseadas nas primeiras informações da safra de verão do Centro-Sul e Rondônia, indicam uma produção de grãos e oleaginosas superior a 64 milhões de toneladas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

No âmbito do Ministério da Educação, cumpre destacar o desenvolvimento de uma ampla estratégia para efetivar o compromisso de assegurar educação de boa qualidade para todos, conferindo a cada brasileiro condições para o pleno exercício da cidadania. Enfatiza-se o papel aglutinador do Governo Federal para que esforços e recursos dos setores público e privado confluam para tornar mais eficazes os serviços docentes e de apoio ao aluno e à escola — tanto os que se empregam diretamente no processo de ensino-aprendizagem, como os que suprem virtuais carências do educando — e para direcionar os resultados destas ações aos grupos sociais mais vulneráveis aos efeitos da pobreza.

Na área do ensino básico, é fundamental o escopo de universalização do acesso à escola e das oportunidades de avançar a escolaridade até o final da seriação do 1º grau. Tal medida foi iniciada através do Programa de Educação Pré-Escolar, ao qual foram destinados, em 1987, CZ\$737,3

milhões, em apoio a projetos estaduais e, principalmente, municipais que beneficiaram 624 mil crianças em 3.044 municípios.

Deu-se continuidade, também, à cooperação técnica e financeira para ampliar e melhorar a oferta de ensino básico sob responsabilidade das administrações estaduais, que receberam CZ\$2,9 bilhões provenientes do FINSOCIAL e da quota federal do salário-educação. Com estes recursos, foram criadas 476 mil novas vagas em escolas de 1º grau e supridas as necessidades de aperfeiçoamento docente, de disseminação de inovações metodológicas e de materiais didáticos, para alunos e professores.

Outros CZ\$979,5 milhões — inclusive financiamentos do Banco Mundial — foram destinados especificamente aos sistemas de ensino das regiões Norte e Centro-Oeste, através do Programa Monhangara e da região Nordeste, através do Edurural, em localidades com maiores carências sócio-educativas. Como resultado, foram criadas 113 novas unidades escolares e as já existentes poderão contar com mais 7.380 salas de aula. Para operá-las, 38 mil docentes foram treinados e 9,7 milhões de módulos de material escolar distribuídos aos alunos.

Procurou-se, igualmente, estender atenção educativa ao significativo contingente de adultos e adolescentes analfabetos ou subeducados, proporcionando formas apropriadas de recuperação a cerca de um milhão de jovens trabalhadores, por meio de projetos de alfabetização e de educação comunitária, em que foram alocados CZ\$670 milhões.

Conseqüente com os pontos fundamentais de sua estratégia, o MEC mobilizou recursos e meios organizacionais para efetivar o princípio de descentralização, apoio ao CONSED — Conselho de Secretários de Educação e à UNDIME — União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Os êxitos alcançados com a descentralização do programa de merenda escolar, transferindo recursos financeiri-

ros e responsabilidades de gestão às secretarias estaduais de educação e aos órgãos municipais de educação, atestam a correção desta política. Notáveis economias e ganhos de efetividade têm sido obtidos na aquisição e distribuição de gêneros, no atendimento ao educando e nos incentivos aos pequenos produtores locais e à formação de cooperativas.

O Programa Municipal e Intermunicipal de Educação, financiado com recursos da cota federal do salário-educação, foi desenvolvido através de 3.402 projetos, aos quais foram aportados CZ\$4,9 bilhões. Construíram-se novas escolas com 14.443 salas de aulas; ampliaram-se 3.285 salas de aula e 2.241 dependências de apoio nas redes locais e adquiriram-se equipamentos para 14.900 escolas; outras 7.315 escolas foram reformadas; implantaram-se 442 quadras desportivas, além de obras complementares de perfuração, construção e equipamentos de poços em unidades escolares. A distribuição de material didático a 36.283 escolas e a 1.331.219 alunos completa o quadro de resultados dessa ação conjunta.

Este notável esforço representou a criação de 841.937 vagas no ensino regular de 1º grau, a nível municipal, e a criação de condições para resgatar o papel do professor, em termos de sua competência técnico-pedagógica, de sua consciência social e de sua valorização profissional, mediante base salarial condigna. Cerca de 2.620 municípios já dispõem de projetos de estatuto do magistério, que estruturam e regulamentam a carreira em suas respectivas jurisdições, contando com o apoio das secretarias de educação, da UNDIME, do CONSED, além de outras associações voltadas para a educação.

O Programa de Alimentação Escolar, despendendo CZ\$12,3 milhões, procurou alcançar a meta de universalização da merenda escolar, mediante atendimento a 25 milhões de escolares e a 7 milhões de irmãosinhos. Do mesmo modo, o Programa Nacional do Livro Didático, instituído pelo Decreto nº 91.542/85, atendeu à totalidade dos alunos da 1ª a 8ª séries do ensino do 1º Grau, das escolas públicas e comunitárias, mediante a distribuição, a cada

aluno, de 3 livros didáticos, reutilizáveis por um período de, no mínimo, 3 anos, por intermédio do Banco do Livro.

Foram distribuídos 54.810.979 livros didáticos a alunos do 1.º grau das redes federal, estadual e municipal, em cuja ação aplicou-se o montante de recursos da ordem de CZ\$1 bilhão, importando em um total de 100 milhões de livros disponíveis, ao longo de dois anos de existência do Programa. O Programa de Material Escolar, destinando uma dotação básica ao aluno, ao professor e às escolas, atendeu à região Nordeste, tendo beneficiado a 7.314.667 alunos, com a aplicação de CZ\$253,8 milhões, beneficiando 1.387 municípios e 85.148 escolas. Paralelamente, o programa «Salas de Leitura», centrado no estímulo à leitura, nas escolas públicas de 1.º e 2.º graus e desenvolvido com as secretarias de educação e com as prefeituras municipais, proporcionou 243.390 assinaturas de periódicos, com a aplicação de CZ\$48,9 milhões.

Na mesma linha, o Programa de Saúde, enfatizando ações preventivas de educação sanitária e ações terapêuticas nas áreas de odontologia, oftalmologia e clínica geral, atendeu a 3.284.463 alunos, concedeu auxílio financeiro a 191 prefeituras e 17 secretarias estaduais de educação, no valor de CZ\$63,5 milhões.

Avanços consideráveis foram concretizados também no ensino de 2.º grau. Com a criação em fins de 1986 e implantação ao longo de 1987 da nova Secretaria de Ensino de 2.º Grau, obteve-se um instrumento valioso para a articulação e coordenação das várias políticas específicas conduzidas pelo MEC — através de suas redes de escolas agro-técnicas e técnicas industriais — e pelas unidades da federação, pelo SENAI e SENAC e por várias instituições comunitárias e municipais, nos vários ramos deste nível de ensino. Ampliou-se o apoio a projetos de responsabilidade dos sistemas de ensino das unidades federadas, destinando-lhes CZ\$299,6 milhões, para reestruturação curricular do ensino geral de 2.º Grau, ajustando-o às diretrizes da Lei n.º 7.044, e para ampliação de vagas e suprimento de infra-estrutura de escolas e centros de ensino.

O Programa de Expansão e Melhoria de Ensino Técnico Agrícola e Industrial — EDUTEC, que inclui um financiamento do Banco Mundial no valor de US\$20 milhões, deu continuidade à implementação dos projetos de construção e equipamento em 37 escolas técnicas federais e 53 escolas agrotécnicas federais e estaduais. Com os avanços deste ano, já se encontram realizadas, respectivamente, 69% e 41% das metas previstas em cada um destes componentes: 510 mil metros quadrados de edificações e infra-estrutura e cerca de 230 mil unidades de equipamentos e mobiliário.

Também são significativos os índices de desempenho do novo Programa de Expansão do Ensino de 2.º Grau, iniciado em 1986, com o escopo de implantar duzentas unidades de ensino técnico em todo o País. Até o momento, encontram-se em plena execução projetos de implantação de 72 escolas agrícolas de 1.º grau, em convênio com municípios e entidades comunitárias, que já receberam a alocação de CZ\$558,9 milhões para obras e CZ\$185,2 milhões para aquisição de equipamentos e mobiliários.

Com sua conclusão prevista para o final de 1987 e início de 1988, serão criadas 17.300 novas vagas, a que se somarão outras 39.240 novas matrículas, proporcionadas pelos projetos de extensão de escolas técnicas de 2.º grau, agrícolas e industriais, a que foram alocados CZ\$150,2 milhões; e, ainda, mais 9.840 vagas em projetos de apoio a escolas técnicas estaduais e locais, que já receberam CZ\$650,5 milhões.

No ensino superior, o Ministério empenhou-se na superação dos entraves decorrentes do longo período de corrosão dos orçamentos consignados às instituições federais de ensino superior e aos programas de auxílio às instituições não federais de boa qualidade e de contribuição estratégica ao desenvolvimento econômico e social, local ou regional.

Contribuem para essa recuperação a concretização do princípio de isonomia nas carreiras docentes entre as instituições autárquicas e fundacionais, a aprovação de um novo plano único de cargos e empregos e os recursos adicionais alocados a custeio e investimento nas universidades.

Adotando novo posicionamento ante as questões fundamentais do ensino superior, procedeu-se à reformulação do Programa Nova Universidade, de modo a que pudesse atender a proposta de trabalho voltada para a melhoria do desempenho das instituições de ensino superior. Nesse sentido, importantes universidades públicas e particulares vêm se dedicando a empreender esforços de auto-avaliação, como é o caso da USP, UnB, UFSM, UFPa, entre outras.

Foi implantado neste ano o I Plano Nacional de Apoio ao Desenvolvimento dos Hospitais Universitários, com atenção especial ao componente de desenvolvimento de recursos humanos, para o qual foram aplicados recursos da ordem de CZ\$8,4 milhões e ao componente de recuperação da capacidade instalada, onde foram gastos CZ\$770 milhões, atendendo a 32 hospitais universitários.

De especial significado reveste-se o III Plano Nacional de Pós-Graduação — III PNPG-87/90, aprovado pelo Decreto nº 93.668/86, cujo principal objetivo é a institucionalização das atividades de pesquisa científica na universidade e sua integração definitiva aos programas de ensino pós-graduado. O apoio financeiro direto, em 1987, beneficiou 673 cursos de mestrado e doutorado, com recursos da ordem de CZ\$188,2 milhões; outros 386 cursos de aperfeiçoamento e especialização foram apoiados com CZ\$47 milhões.

Concederam-se 10.800 bolsas de estudo no País, para cursos de mestrado e de doutorado, além de 1.457 bolsas para cursos de aperfeiçoamento e especialização, no valor total de CZ\$2,6 bilhões; para formação científica no exterior, foram concedidas 1.100 bolsas de estudo, majoritariamente para cursos de doutorado, representando a aplicação de CZ\$935,3 milhões.

No campo de educação especial, foram ativados processos de integração social do portador de necessidades especiais, em ação conjunta com as áreas de Saúde, Previdência, Assistência Social e Trabalho, na perspectiva de sua inserção no mercado de trabalho. Simultaneamente, têm-se intensificado ações de interiorização do atendimento, tanto aos portadores de necessidades especiais, como

aos educandos potencialmente mais capazes e/ou talentosos. Para tanto, aplicaram-se recursos totais da ordem de CZ\$296,3 milhões durante o exercício de 1987.

Vale observar que o esporte brasileiro encontra-se, pela primeira vez em sua história, alicerçado em claras diretrizes políticas norteadoras, contidas no documento «Uma Nova Política para o Desporto Brasileiro — Questão de Estado», produzido pela Comissão de Reformulação do Desporto Brasileiro, instituída pelo Decreto Presidencial n.º 91.452, de 19 de julho de 1985. Este documento estabelecerá, como formas de exercício do direito do cidadão às práticas desportivas, as manifestações de esporte-educação, esporte-participação e esporte-performance. Nesse contexto, a educação física e o desporto passaram a assumir importante papel na formação integral do aluno, recebendo apoio financeiro do Ministério, no montante de CZ\$910,4 milhões.

Finalmente, o Ministério da Educação realçou, na prática, a tese de que a expansão e a melhoria da educação básica não podem prescindir do avanço da tecnologia educacional e deve promover a veiculação de programas que enriquecerão os conteúdos curriculares, numa perspectiva de multimeios, que elevarão o nível de habilitação e aperfeiçoamento do magistério, especialmente das quatro primeiras séries do ensino de 1.º grau, em âmbito nacional.

Neste sentido, desenvolveram-se os Projetos TVE — ESCOLA, Qualificação Profissional para o Magistério, Oficinas de Arte, no Centro de TV do Nordeste, Ensino Regular, 4 primeiras séries, no Maranhão, entre outros, para cuja execução foram aplicados CZ\$6,8 milhões. A utilização da informática no ensino de 2.º grau também foi estimulada mediante a estruturação dos Centros de Informática na Educação, para os quais foram canalizados recursos no montante de CZ\$30 milhões. No ensino superior, foram implantados os Projetos «Universidade Viva», que apóia as atividades de ensino, pesquisa e extensão e «Informática na Pesquisa», que estabelece redes de comunicação de dados entre as universidades federais, em consonância com o III Plano Nacional de Pós-Graduação, com recursos da ordem de CZ\$10,1 milhões.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

O Ministério do Trabalho, em 1987, desenvolveu suas ações buscando modernizar e consolidar os avanços alcançados, no passado recente, notadamente na área de relações do trabalho.

Destaca-se o expressivo grau de maturidade obtido no campo das negociações coletivas, mecanismo ideal usado nas economias modernas, como a via principal para o equilíbrio dos interesses envolvidos no universo do trabalho.

Por outro lado, a realidade sindical brasileira motivou o Ministério a propor uma reformulação na lei que dispõe sobre a organização sindical, cujas linhas básicas fundamentam-se no reconhecimento da autonomia da organização de trabalhadores e patrões.

Cabe salientar a instituição do seguro-desemprego como uma das mais significativas conquistas da classe trabalhadora nos últimos tempos.

Relações do Trabalho

A meta prioritária do MTb na área de Relações do Trabalho consistiu na valorização da ação sindical, através da implementação da negociação coletiva, do incentivo à organização classista e do apoio aos sindicatos existentes.

Buscando avaliar, difundir e debater as experiências de negociações coletivas, a Secretaria de Relações do Trabalho promoveu um seminário nacional sobre o tema, em sete etapas regionais e uma global e avaliativa. Durante o evento, procurou-se detectar as necessidades dos órgãos regionais do MTb, a fim de tornar mais efetiva a atribuição mediadora da Pasta, instruindo 60 participantes para atuarem como mediadores na solução dos conflitos trabalhistas. Nesse sentido, verifica-se que, no decorrer de 1987, através das Delegacias Regionais, o MTb registrou 3.020 acordos e convenções coletivas.

Cumprindo sua tarefa de fiscalização, foram inspecionadas, em 1987, 452 mil empresas, atingindo um contingente de 25,3 milhões de trabalhadores, com um incremento de 6,5% em relação a 1986. A fiscalização, além de orientar as empresas, efetuou 121 mil autuações, que ascenderam a CZ\$697,5 milhões.

Procurando valorizar a atividade sindical, o MTb reconheceu 331 novas entidades sindicais em 1987, sendo 7 federações, 203 sindicatos urbanos e 121 rurais. Houve processamento de 90 requerimentos de revisão de bases territoriais de sindicatos urbanos e 22 de representação de sindicatos.

Ainda na área sindical, cumpre salientar os deferimentos de 351 pedidos de isenção de contribuição sindical por entidades sem fins lucrativos.

A concessão de anistia, pela Lei nº 6.683/79, beneficiou 82 ex-dirigentes e ex-representantes sindicais punidos por Atos Institucionais e Complementares.

No decorrer de 1987, 5 novas categorias econômicas ou profissionais obtiveram reconhecimento, a saber: secretárias; técnicos industriais de nível médio e técnicos agrícolas de nível médio; trabalhadores na movimentação de mercadorias em geral e auxiliares de administração geral; fotógrafos profissionais autônomos (exceto fotógrafos profissionais e repórteres fotográficos); e indústria de produtos de limpeza e a correspondente categoria profissional, trabalhadores nas indústrias de produtos de limpeza.

Emprego e Salário

O Ministério, preocupado com o poder aquisitivo dos salários em decorrência das flutuações da economia, elaborou uma série de estudos sobre o tema, utilizados nas decisões sobre as políticas específicas.

Quanto à questão salarial, o MTb vem defendendo dois pontos básicos:

— o estímulo à negociação direta entre empregadores e empregados, como via de solução dos conflitos trabalhistas; e

— a recuperação do poder de compra do piso salarial.

Com relação ao primeiro ponto, vale salientar que a perda do poder aquisitivo dos salários e a deterioração das condições de trabalho, durante o período de vigência do regime autoritário, se deram, basicamente, pelo cerceamento aos direitos dos trabalhadores. As mudanças políticas, dirigidas no sentido de democratizar a sociedade brasileira, vêm permitindo à classe trabalhadora recuperar seus direitos.

Ao Ministério do Trabalho coube a função de assegurar esses direitos e assumir uma posição equidistante na mediação entre empregadores e empregados, fomentando a livre negociação.

Os efeitos desta nova postura contribuíram para que os assalariados recuperassem parte significativa de seu poder aquisitivo. De fato, o salário médio da indústria paulista em 1987, por exemplo, apresentou uma elevação real de 23% em relação a 1984, de acordo com as informações da FIESP.

No que diz respeito à recuperação do poder de compra do piso salarial, o MTb empreendeu esforços no sentido de conceder reajustes sempre acima da variação acumulada de preços.

O Decreto-Lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987, pode ser considerado como um marco para recuperação do salário de base, permitindo que o valor pago pela contraprestação mínima de um dia de trabalho fosse utilizado como unidade de correção monetária para outros contratos, garantindo, de acordo com o inciso 3 do art. 1º, a manutenção do poder aquisitivo do Piso Nacional de Salários, bem como o aumento gradual de seu valor, quando do reajuste legal.

Nos anos de 1985 e 1986, a economia brasileira experimentou um dinamismo bastante acentuado no que diz respeito à geração de emprego, notadamente no seu núcleo mais estruturado. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho,

foram criados, nesses dois anos, mais de 1,8 milhão de empregos, representando uma taxa média de crescimento da ordem de 5% ao ano.

No período 1985/87, o comportamento do emprego pode ser definido como satisfatório, tendo possibilitado a ocupação dos novos ingressantes no mercado de trabalho, além de permitir a absorção de parte do contingente de desempregados. Dessa forma, as taxas de desemprego vêm experimentando uma tendência declinante desde 1984.

O Ministério do Trabalho empenhou-se no sentido de ampliar os níveis de formalização dos vínculos empregatícios, mediante campanhas de fornecimento de carteira de trabalho. Durante esses três anos, foram emitidas cerca de 19 milhões de carteiras de trabalho, das quais 7 milhões em 1987.

Com o mesmo objetivo, empreenderam-se esforços para intermediar a mão-de-obra desempregada. Durante o referido triênio, inscreveram-se nos postos de atendimento do Sistema Nacional de Emprego — SINE mais de 2,6 milhões de trabalhadores, dos quais 820 mil foram empregados. Em 1987, esses números somaram 815 mil inscritos e 255 mil empregados.

O Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato — PNDA beneficiou cerca de 59 mil artesãos, através da realização de exposições, cursos e celebração de convênios com diversas instituições públicas e privadas em todo o território nacional.

A concessão do seguro-desemprego significou uma das maiores conquistas da classe trabalhadora. Apesar de estar previsto em nossa atual Constituição (art. 165, item XVI) e na Lei nº 4.923, o seguro-desemprego iniciou sua operacionalização a partir de 1986. Não obstante as limitações quanto à abrangência e ao valor do benefício, o seguro-desemprego no Brasil vem seguindo o padrão dos 57 países onde existe amparo ao trabalhador desempregado, assistindo os trabalhadores do setor formal, dispensados involuntariamente sem justa causa.

O sistema seguro-desemprego emitiu mais de 3,5 milhões de cheques, no valor médio de 1,1 salário mínimo, beneficiando mais de 900 mil trabalhadores, dos quais 745 mil somente em 1987, apontando-o como um dos mais bem sucedidos programas sociais do País.

Além do seguro-desemprego, o Ministério do Trabalho concedeu assistência financeira a cerca de 3,5 mil trabalhadores desempregados despendendo, para isso, CZ\$7,1 milhões.

Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho

A expansão significativa das ações nesta área deveu-se às campanhas de esclarecimento, ao envolvimento dos trabalhadores nas tarefas e programas específicos e ao apoio a estudos e pesquisas.

O Ministério do Trabalho, por intermédio da Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho — SSMT — e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho — FUNDACENTRO — implementou ações fiscalizadoras do cumprimento de normas e controle de riscos de ambientes de trabalho.

As principais ações realizadas em 1987 dirigiram-se a treinamento de pessoal, promoções de eventos e equipagem de centros para prestação de serviços, destacando-se:

- semana de prevenção de acidentes do trabalho, com 32 eventos;

- implantação de um centro epidemiológico;

- equipamento das unidades regionais para avaliações de tecnopatias pulmonares de riscos físicos e químicos, correspondendo a 48 conjuntos de equipamentos;

- treinamento de 202 técnicos nas áreas de engenharia e segurança, controle de radiações ionizantes e avaliação ambiental;

- formação e aperfeiçoamento de mais de 11 mil técnicos, através de 199 cursos;

- cursos de segurança, higiene e medicina do trabalho envolvendo 120 mil trabalhadores;

-
- assistência e assessoramento técnico a 320 órgãos públicos e privados, englobando 66 mil trabalhadores;
 - divulgação de 29 trabalhos técnicos, num total de 103.500 exemplares;
 - confecção de 100 fitas audiovisuais sobre prevenção de acidentes para o trabalhador rural, distribuídas a 100 estações de rádio do País para campanhas educativas;
 - instalação de unidades móveis de prevenção de acidentes na área da construção civil e confecção de audiovisuais destinados a canteiros móveis;
 - estudos estatísticos de acidentes de trabalho na área rural em 8 Unidades Federadas;
 - promoção do I Congresso Nacional de Segurança na Construção Civil, com a participação de 1.300 pessoas, representantes do governo, empresários e trabalhadores; e
 - atividades técnicas relativas aos Programas de Vigilância Epidemiológica, de Prevenção de Envenenamento por Agrotóxico e de Combate à Pneumoconiose.

Formação Profissional

As atividades de qualificação profissional centralizaram-se no apoio às entidades de preparação de mão-de-obra e de qualificação do homem para o trabalho.

O Ministério promoveu encontros com entidades de classe, realizou estudos e levantamentos de informações relativas ao mercado de trabalho e veiculou informações para o planejamento das ações de formação profissional. Estimulou uma maior articulação entre instituições para o desenvolvimento de estudos e propostas de orientação profissional para o mercado de trabalho, adaptando metodologias de treinamento e de apoio às atividades de formação de mão-de-obra.

O Sistema Nacional de Formação Profissional apresentou resultados expressivos, envolvendo os três setores econômicos, beneficiando aproximadamente 4,8 milhões de trabalhadores, sendo 810 mil do SENAI, 1,2 milhão do SENAC, 86,5 mil do SENAR e 2,7 milhões decorrentes da

concessão de incentivos fiscais para treinamento de mão-de-obra previstos na Lei nº 6.297/75.

Cabe ressaltar a execução do Projeto BIRD-II, através do contrato de empréstimo assinado com o Banco Mundial, no valor de US\$74,5 milhões e contrapartida nacional de US\$91,8 milhões. Coordenado pela Secretaria de Mão-de-Obra, beneficiou o SENAC, o SENAI, a FUNDACENTO e o Ministério do Trabalho. Este Projeto visa apoiar a formação profissional e abrange ações de aperfeiçoamento, construção, reaparelhamento e modernização de Centros de Formação Profissional para desenvolvimento de estudos e recursos instrucionais.

Em relação à preparação de mão-de-obra rural, o SENAR promoveu o aperfeiçoamento de instrutores e a produção de recursos instrucionais, mobilizando 356 unidades operativas interiorizadas (Delegacias, Centros, Agências e Fazendas Didáticas), beneficiando 59,2 mil trabalhadores rurais autônomos e 27,4 mil trabalhadores rurais assalariados.

Promoção Social

Nesta área, desenvolveu-se atividades relacionadas à assistência ao trabalhador e órgãos de classe, a estudos e pesquisas sociais, cultura, esporte e lazer do trabalhador.

O Ministério realizou competições esportivas, jogos estaduais, torneios intersindicais, campeonatos de integração de sindicatos e atividades culturais, apresentação de peças teatrais e concurso nacional de contos.

O Programa de Alimentação do Trabalhador beneficiou cerca de 4;0 milhões de trabalhadores, abrangendo 16 mil empresas.

Com a preocupação de assistir o trabalhador e seus órgãos de classe, foi dado apoio a 239 sindicatos, envolvendo recursos de CZ\$40,4 milhões destinados a modernizar a infra-estrutura física dessas entidades por meio de doação de ambulatórios médicos, aparelhos de raios X odontológico, ambulâncias e equipamentos de escritório, entre outros.

O Serviço Especial de Bolsas de Estudo — SEBE propiciou apoio ao ensino de trabalhadores sindicalizados e dependentes, através da concessão de 55.854 bolsas de estudo, no valor de CZ\$30,4 milhões.

Mão-de-obra Estrangeira

O Ministério do Trabalho, atento aos movimentos do mercado de trabalho, procurou proteger a mão-de-obra nacional, promovendo a adequação dos trabalhadores estrangeiros às reais necessidades do País, fornecendo 385 autorizações de trabalho permanente e 5,8 mil autorizações para trabalho temporário.

Ações Previstas para 1988

A ação básica do Ministério do Trabalho, em 1988, será a busca permanente de mecanismos eficazes que possam contribuir para a solução das complexas questões decorrentes das relações de trabalho.

Neste mister, procurar-se-á, cada vez mais, dar autonomia às entidades sindicais e estimular, decisivamente, a prática da negociação coletiva.

Releva destacar que o Ministério do Trabalho procurará tornar mais ágil e abrangente o benefício do seguro-desemprego, principalmente através da redução do número de meses de contribuição para a previdência social, requisito configurado como principal óbice para sua concessão.

Na área de valorização e promoção do trabalhador, buscar-se-á expandir a abrangência dos Programas de Incentivos Fiscais para a Formação Profissional e Alimentação do Trabalhador, atendendo maior número de trabalhadores, assim como implementar estudos sociais de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

No cumprimento de sua destinação constitucional, o Ministério da Aeronáutica procurou fortalecer o poder aé-

roespacial, através da implementação de políticas em cinco grandes segmentos prioritários: o reequipamento da Força Aérea, a política de aviação civil, a modernização e ampliação do sistema de proteção ao vôo, o desenvolvimento da indústria aeronáutica e um esforço concentrado na área de ciência e tecnologia.

O reequipamento da Força Aérea Brasileira, destinado a elevar sua capacidade de emprego, realizou-se através da aquisição das seguintes aeronaves: dez «Bandeirantes» para patrulhamento, seis aviões «Mirage», dois «Xingu», dois «Brasília», três «Hércules», seis «Bandeirantes» tipo cargueiro e nove aparelhos «Learjeat». Por outro lado, continuam os estudos para a aquisição de aeronaves F5 «Tiger».

No tocante à Política de Aviação Civil, foram atingidas várias metas e desenvolvidos estudos, destacando-se os seguintes:

— instruções sobre a distribuição de linhas aéreas regulares, estendendo-as a outras concessionárias;

— reestruturação da Comissão de Coordenação de Transporte Aéreo Civil;

— estudos para atualizar a Regulamentação da Lei do Aeronauta;

— ampliação da participação de Estados e Municípios na administração e exploração de aeroportos;

— criação da Comissão Permanente para elaboração de normas e estudos sobre operação e emprego de helicópteros civis no Brasil;

— preparação das bases para criação dos Centros Regionais de Aviação Civil e da Escola Nacional de Aviação Civil.

Prosseguem, por outro lado, os trabalhos de implantação do Sistema de Controle do Tráfego Aéreo (SINDACTA) visando, sobretudo, a modernização e ampliação do sistema de proteção ao vôo.

No campo da indústria aeronáutica, a EMBRAER ocupa posição de destaque que lhe possibilita participar efetivamente do mercado mundial de aeronaves, incluindo o Bra-

sil como um dos poucos países capazes de projetar, fabricar e comercializar, com sucesso, um produto do mais elevado gabarito tecnológico.

Cumprе destacar:

— o amplo sucesso de comercialização da aeronave «Brasília», turboélice, pressurizada, cujas vendas já suplantaram 128 unidades, com opções de compra de adicionais 129 aparelhos.

— o destaque das vendas do avião «Tucano» que o coloca em primeiro lugar em sua categoria, empregado com sucesso em forças aéreas de diversos países;

— o programa binacional com a Fábrica Argentina de Material Aeroespacial para a produção do avião «CBA-123», que se encontra em ritmo acelerado;

— a aeronave de combate «AMX», em consórcio com a Itália, já em estágio de ensaios de vôo.

Cabe, ainda, mencionar no campo da indústria aeronáutica o aumento da capacitação tecnológica da Cia. Eletromecânica — CELMA, transformando-a em moderna indústria de fabricação de motores aeronáuticos.

No setor de ciência e tecnologia, diversas atividades foram desenvolvidas, cabendo enfatizar, pela importância que possuem: a consolidação das bases tecnológicas do Programa Espacial Brasileiro e a instalação, em São José dos Campos, da empresa Órbita — Sistemas Aeroespaciais, para desenvolvimento, fabricação e comercialização de mísseis, lançadores de satélites, foguetes de sondagem e sistemas bélicos.

Principais ações para 1988

O Ministério da Aeronáutica orientar-se-á para:

— assegurar a continuidade da renovação do material aeronáutico;

— elevar a capacidade de combate e de pronta-resposta, através de prontidão operacional e do aumento da capacidade de duração em combate das unidades aéreas.

Prosseguirá com a implantação dos Sistemas de Defesa Aérea e de Controle do Tráfego Aéreo com a execução do plano binacional da aeronave de combate «AMX», a construção, reaparelhamento e melhoramento de diversos aeroportos e a implantação do centro de lançamento de Alcântara e do Campo de Provas de Caximbo.

Ainda, entre as funções que lhe são inerentes, o Ministério da Aeronáutica procurará:

— intensificar, no complexo científico-tecnológico, a pesquisa, o desenvolvimento e a incorporação do máximo de tecnologia aeroespacial, para diminuir o nível de dependência externa;

— aumentar a produção da indústria aeronáutica através da EMBRAER e do engajamento da indústria nacional no atendimento das necessidades aeronáuticas;

— incentivar a expansão ordenada da aviação civil;

— zelar pelo crescimento da aviação comercial, preservando o atual regime social das empresas aéreas, visando o melhor serviço para o usuário e a adoção de tarifas compatíveis com a realidade econômica do País;

— intensificar o transporte aéreo com o objetivo de atender às pequenas comunidades e às regiões mais longínquas do País.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

O Ministério da Saúde — MS, em consonância com as diretrizes governamentais, apresentou, em 1987, um desempenho voltado para o resgate dos compromissos assumidos com a reformulação do sistema de saúde e o fortalecimento dos seus principais programas e ações, presentes em todo o território nacional, despendendo um total de cerca de CZ\$51,2 bilhões.

Entre esses compromissos, tem particular relevo a institucionalização da reforma sanitária. No ano de 1987, o setor saúde demonstrou dinamismo singular, especialmente

no que diz respeito ao debate dos problemas que o afetam com mais intensidade e cuja solução depende de ampla e profunda reformulação.

Para a correção de históricas distorções do sistema de saúde, entre as quais destacam-se a centralização, o paralelismo e superposição de ações, foi promulgado o Decreto nº 94.657/87, de 20 de julho de 1987, criando o Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde — SUDS. A implantação desse novo arranjo organizacional para as ações e serviços públicos de saúde já foi iniciada em várias unidades federadas.

Em um setor onde são mais sensíveis os benefícios dos dispêndios governamentais, as atividades do MS atingem mais diretamente as populações carentes, possibilitando-lhes melhores condições de vida e contribuindo para uma expectativa de vida mais prolongada.

Em 1987, o MS prosseguiu na execução das atividades sob sua responsabilidade direta e no esforço de programas e ações que, sob sua coordenação, são executados pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. No campo de ação direta, o MS, através da Fundação Serviços de Saúde Pública — FSESP, administra 145 sistemas autônomos de água e esgoto e presta assistência técnica a outros 630 localizados em pequenas comunidades, beneficiando cerca de 4,5 milhões de pessoas. A FSESP atua, ainda, no campo médico-sanitário, operando 165 unidades de saúde e 1.800 leitos hospitalares nas regiões mais carentes e distantes do País.

No âmbito da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM, deve ser ressaltado o Programa de Controle de Endemias, grupo de doenças que constitui um dos mais sérios problemas nacionais de saúde pública, dadas as condições precárias de vida de grandes contingentes da população.

A incidência da malária continuou em ascensão, porém o incremento da doença em 1987 não suplantou o crescimento demográfico das zonas de alta transmissibilidade da Amazônia onde a moléstia se faz mais presente.

A doença de Chagas apresentou redução da transmissão vetorial, graças ao combate aos transmissores domiciliares e à vigilância sistemática nos municípios das áreas endêmicas. As perspectivas para 1988 são otimistas, conquanto recursos nacionais e do Banco Mundial permitirão a expansão do programa para as áreas endêmicas nos Estados da Bahia e de Minas Gerais.

A SUCAM enfrentou, também, o desafio das epidemias de dengue e do risco potencial da febre amarela urbana, doenças cujos vetores são o *Aedes Aegypti* e o *Aedes Albopictus*. O primeiro é encontrado em 4 macroregiões brasileiras, infestando 362 municípios em 16 estados. O segundo está presente em 137 municípios de todos os estados da região sudeste.

Embora não tenham ocorrido casos de febre amarela urbana, registraram-se, em 1987, 15 casos de forma selvática, doença que vem sendo combatida mediante vacinação nas áreas de risco. Por outro lado, em todo o País, foram notificados 90 mil casos de dengue, problema que ainda continua afetando a população brasileira a despeito de todos os esforços para seu combate.

Em 1987, teve prosseguimento o combate à esquistossomose e as endemias focais (peste, leishmaniose, tracoma e filariose). As ações de vigilância impediram a ocorrência de surtos como o de peste que grassou na Paraíba em 1986.

Para o desenvolvimento de suas atividades, em 1987, a SUCAM mobilizou 37 mil pessoas, das quais mais de 82% estiveram diretamente empenhadas em trabalho de campo e em contato com as populações das regiões mais remotas e carentes.

Foram intensificados, também, os esforços de vigilância sanitária, sobretudo em portos, aeroportos e fronteiras, tendo sido enfatizado o aperfeiçoamento de fiscalização das instalações médicas que utilizam radiações ionizantes.

Cerca de 66 mil ampolas de soro antitetânico e antidiftérico e perto de 90 milhões de doses de vacina contra difteria, tétano, coqueluche (DPT), sarampo, poliomielite e rai-

va foram destinadas às Secretarias de Saúde, conforme o programa de controle de doenças evitáveis por imunizantes, coordenado pelo MS.

Nesse programa, os resultados alcançados seriam ainda mais encorajadores não fossem as dificuldades gerenciais de algumas Secretarias Estaduais de Saúde, as deficiências no suprimento de seringas descartáveis e, por fim, a resistência de parcela de população às vacinas injetáveis diante do temor infundado de inoculação pelo vírus da AIDS.

A vacinação contra difteria, tétano e coqueluche alcançou percentuais de cobertura ao redor de 60% entre a população infantil. As campanhas contra poliomielite beneficiaram mais de 80% das crianças com menos de 5 anos de idade, em todas as regiões do País. A ocorrência em 1986 de epidemia causada pelo poliovírus tipo 3, no Nordeste, induziu a mudança para uma nova formulação da vacina oral trivalente, com o dobro da concentração anterior.

As principais medidas tomadas em 1987, para controle da AIDS, uma das grandes preocupações do MS, incluem a aquisição da droga AZT para uso nos centros de tratamento de doentes e de 956 mil testes para triagem de doadores, bem como de equipamentos sorológicos anti-HIV. Foi intensificada a campanha educativa, principalmente pela televisão, e o treinamento de recursos humanos, sobretudo de médicos, enfermeiros, psicólogos e de técnicos de laboratório.

Ainda na luta contra a AIDS, há de salientar o Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados — PROSANGUE, instrumento estratégico da mais alta importância no controle das doenças veiculadas pelo sangue. Desde a criação do programa, no início desta década, foram colocados em pleno funcionamento 21 hemocentros em 19 cidades de todo o País. Seis núcleos de hemoterapia serão, em 1988, convertidos em hemocentros nos Estados de Goiás, Acre, Espírito Santo, Minas Gerais (Montes Claros), Pernambuco (Caruaru) e Pará (Castanhal). Em 1988, pelo menos mais

quatro núcleos de hemoterapia a serem instalados em Rondônia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Paraíba começarão a funcionar.

A proteção à mulher e à criança em 1987 intensificou-se mediante duas linhas de ação. Na primeira, as atividades de assistência técnica aos estados envolveram a capacitação de 5,6 mil profissionais, dos quais 82% de nível superior, a publicação de seis manuais de normas e a agilização das ações no campo de planejamento familiar. Na segunda, deu-se continuidade ao Programa de Suplementação Alimentar — PSA que, através de unidades de saúde da rede oficial, forneceu cesta básica de alimentos a nutrízes, gestantes e crianças de até 36 meses de idade, pertencentes a famílias de renda inferior a 2 salários mínimos. Coordenado pelo Instituto Nacional de Alimentação — INAN, o PSA atendeu a 9,3 milhões de beneficiários, correspondendo a 77,5% da meta prevista.

A população de baixa renda beneficiou-se também de dois outros programas do Ministério da Saúde, a saber: o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda — PROAB e o Programa de Assistência Farmacêutica.

O PROAB, coordenado pelo INAN, consiste na venda em áreas carentes de cesta básica de 14 produtos, a preços subsidiados e controlados. O Programa atendeu em 1987 a 3,4 milhões de pessoas, através de mais de 4 mil varejistas em 9 capitais do Nordeste.

A assistência farmacêutica, coordenada pela Central de Medicamentos — CEME promoveu a distribuição de 22 mil farmácias básicas, módulo-padrão de suprimento composto por 63 apresentações, capaz de atender as necessidades de 3 milhões de pessoas durante 6 meses.

A área de ciência e tecnologia tem na estrutura do MS duas instituições de ponta: o Instituto Evandro Chagas da FSESP e a Fundação Osvaldo Cruz. Entre os trabalhos desta última instituição, merece destaque o desenvolvimento de materiais de laboratório para diagnóstico da AIDS e a ação de acompanhamento de hospitais e centros de tratamento

da doença. Em decorrência do nível de qualidade alcançado nos seus trabalhos, o laboratório de AIDS da FIOCRUZ foi designado pela OMS como Centro de Referência para a América Latina.

Sob coordenação da Secretaria de Ciência e Tecnologia, encontram-se em andamento 45 projetos de pesquisa nas seguintes áreas: política de saúde, com o financiamento do BIRD, pesquisa tecnológica envolvendo produtos biotecnológicos, controle de qualidade de fármacos e tecnologia para saneamento.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Em 1987, o Ministério da Indústria e do Comércio assegurou a participação dos empresários nas principais decisões relativas às atividades sob sua supervisão, resultando numa estreita e profícua colaboração entre o Governo e a iniciativa privada.

Ademais, tratou-se de reduzir os excessos de exigências e controles governamentais sobre as atividades industriais e comerciais, ao mesmo tempo em que se promoveu a diminuição do aparato burocrático e de pessoal, em vários órgãos e entidades do Ministério.

Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI

O Conselho de Desenvolvimento Industrial aprovou, em 1987, 200 projetos, com investimentos da ordem de US\$2,5 bilhões. Ao final do ano, encontravam-se em análise outros 200 projetos, com previsão de investimentos de cerca de US\$4,5 bilhões, principalmente nos gêneros de indústria química, petroquímica, farmacêutica, cimento, e papel e celulose.

O Programa Nacional de Petroquímica, que já conta com 20 projetos aprovados, além de 32 projetos em aná-

lise, prevê investimentos de US\$4,7 bilhões. Esses projetos objetivam a implantação do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro e a ampliação dos Pólos da Bahia, São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Destacaram-se, ainda, o Programa de Papel e Celulose, cujos investimentos ascendem a US\$6,0 bilhões e já conta com um projeto aprovado de US\$1,0 bilhão, e o Programa Nacional de Fertilizantes com investimentos de US\$1,3 bilhão.

Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas de Exportação — BEFIEX

A BEFIEX aprovou, em 1987, 71 projetos que prevêem novas exportações de US\$8,7 bilhões. Ao final de 1987, estavam em execução 397 projetos, no valor de US\$98,8 bilhões, cujos compromissos de exportação, nos próximos 8 anos, totalizam US\$63,0 bilhões.

As exportações decorrentes dos projetos aprovados pela BEFIEX representaram, em 1987, 48% do total brasileiro de manufaturados.

Mencione-se o apoio prestado pela BEFIEX à pequena e média empresa através do Programa CIEX que, ao final de 1987, contava com 101 projetos, compreendendo exportações de US\$1,5 bilhão.

Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia — CONSIDER

A produção brasileira de aço atingiu, em 1987, 22 milhões de toneladas, com crescimento de 3,8% em relação a 1986. A produção de 15,7 milhões de toneladas de laminados não apenas atendeu ao consumo interno de 12,0 milhões, como também permitiu a exportação desses produtos.

O CONSIDER elaborou, com a participação da iniciativa privada, o II Plano Siderúrgico Nacional, o II Plano

Nacional da Indústria de Metais Não-Ferrosos, o I Plano Nacional de Indústria de Fundição e o II Plano Nacional de Indústria de Ferro-Ligas.

Foram concluídos, ainda, os estudos de viabilidade do Projeto USIMAR, visando à instalação de uma usina siderúrgica no Porto de Itaqui, no Maranhão, com capacidade de produção de 3 milhões de toneladas/ano, de responsabilidade da iniciativa privada.

Conselho de Desenvolvimento Comercial — CDC

As atividades do Conselho de Desenvolvimento Comercial compreenderam, basicamente, a promoção comercial e o acompanhamento do desempenho do setor.

Em 1987, foram aperfeiçoados os procedimentos de coleta e a metodologia do Índice Nacional de Consumo — INC, que afere o comportamento do comércio varejista em 15 áreas metropolitanas. Além disso, o CDC realizou estudos e acompanhou o desenvolvimento de processos de automação das atividades comerciais, particularmente no tocante à leitura ótica de códigos de barras, que deverá ter início de implantação a partir de 1988.

Com referência à promoção comercial, o CDC autorizou o funcionamento de 389 feiras e exposições, que geraram negócios estimados em US\$15 bilhões.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI

Foram recebidos no INPI, em 1987, 86.632 pedidos de marca e 13.925 de patente, com substancial incremento em relação ao ano anterior. Esse resultado é decorrência da estratégia de descentralização adotada que credenciou os governos estaduais e entidades de classe a receber tais pedidos.

Na área da informação tecnológica, incentivou-se a utilização e ampliou-se o acervo do banco de patentes, que reúne mais de 18 milhões de documentos, 707 mil dos quais incorporados em 1987.

*Instituto Nacional de Metrologia,
Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO*

O INMETRO atuou junto aos empresários, promovendo a utilização de normas técnicas e de controle de qualidade, com vistas ao aumento da produtividade e à melhoria da qualidade dos produtos nacionais. Particularmente, foi expandido o uso da marca nacional «de conformidade do INMETRO», com benefícios para as empresas e, sobretudo, para os consumidores.

*Centro Brasileiro de Apoio à
Pequena e Média Empresa — CEBRAE*

Dentre as atividades desenvolvidas pelo CEBRAE, em 1987, destaca-se o equacionamento da questão do endividamento da pequena e média empresa, que assumia situação crítica a partir da elevação nas taxas de juros observadas no início do ano. Graças ao trabalho do CEBRAE, o Conselho Monetário Nacional autorizou a rolagem da dívida, nos termos das Resoluções n.ºs 1.335 e 1.337 do Banco Central.

No que concerne ao atendimento ao empresário, cabe mencionar as mais de 100 mil consultas atendidas através do Balcão do Empresário, além da implantação de 5 novos centros de documentação e informação.

Com vistas a promover o intercâmbio internacional de informações e experiências no tocante ao fomento à pequena e média empresa, foram firmados convênios com diversos países, assim como foi realizada pesquisa sobre o assunto, a partir de entendimentos com a Comunidade Econômica Européia.

Instituto Brasileiro do Café — IBC

Em 1987, foi registrada uma das maiores safras brasileiras de café, com a colheita de 35 milhões de sacas. As exportações somaram 18,5 milhões de sacas, com crescimento quantitativo da ordem de 87% em relação ao ano anterior.

Foi negociada a reintrodução das quotas do Acordo Internacional do Café, tendo o Brasil preservado sua parcela no mercado dos países-membros da Organização Internacional do Café — OIC. Tal providência provocou recuperação imediata nas cotações do produto.

A política cafeeira foi respaldada pelas recomendações do Conselho Nacional da Política Cafeeira, colegiado que congrega representantes de todos os segmentos da cafeicultura. Dentre as decisões de política, destaca-se a regulamentação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira — FUNCAFÊ.

Instituto do Açúcar e do Alcool — IAA

Foram produzidas, em 1987, 8,9 milhões de toneladas de açúcar e 12,3 bilhões de litros de álcool, com crescimento de 18,3% e 23,0%, respectivamente, em relação a 1986. As exportações de açúcar atingiram 2,5 milhões de toneladas, correspondentes a US\$380 milhões.

Tendo em vista reduzir a intervenção do estado na economia, o Governo está estudando a privatização das exportações de açúcar.

No final de 1987, o MIC decretou intervenção no IAA, com o objetivo de apurar denúncias de irregularidades administrativas e avaliar a situação administrativa e financeira da Autarquia.

Superintendência da Borracha — SUDHEVEA

A principal atividade desenvolvida pela SUDHEVEA, em 1987, foi a manutenção de 4.141 projetos de seringais de cultivo, envolvendo recursos da ordem de CZ\$628.212 milhões.

Em sua ação social, a Superintendência firmou convênio com os Governos estaduais do Acre, do Amazonas e de Rondônia, nas áreas de saúde e educação, e com a COBAL, na área de abastecimento, com vistas ao atendimento das populações residentes nas áreas dos seringais.

Do ponto de vista da reforma administrativa, destaca-se a grande redução no quadro de pessoal da SUDHEVEA que, em 1987, passou de 640 para 120 servidores.

Siderurgia Brasileira S.A. — SIDERBRÁS

A produção de aço bruto do Sistema SIDERBRÁS atingiu, em 1987, cerca de 15 milhões de toneladas, com crescimento de 14,2%, em relação ao ano anterior. Merece destaque a AÇOMINAS que, atingindo sua capacidade nominal de produção de 2 milhões de toneladas anuais de aço líquido, alcançou seu equilíbrio operacional.

As exportações de produtos finais alcançaram 5,6 milhões de toneladas, gerando divisas de US\$1,1 bilhão, representando um crescimento de 15%, em relação a 1986.

O mercado interno foi plenamente abastecido, absorvendo 8,4 milhões de toneladas.

Foram investidos US\$620 milhões em projetos de manutenção, otimização e expansão da produção em diversas usinas integrantes do Sistema.

Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR

Foram aprovados, em 1987, pelo Conselho Nacional de Turismo, 42 projetos de empreendimentos turísticos, com investimentos previstos de CZ\$5,9 bilhões, oriundos do FUNGETUR, FINOR e Fiset. A implantação desses projetos propiciará a construção de 1.644 aposentos hoteleiros, além da criação de 6.340 empregos diretos e indiretos.

A EMBRATUR promoveu, com recursos da iniciativa privada, várias campanhas de promoção das atrações turísticas brasileiras no exterior, de que resultou o aumento no fluxo de turistas estrangeiros para o Brasil. O Brasil participou, ainda, de 19 feiras internacionais de turismo, com o patrocínio da iniciativa privada.

De acordo com a orientação do MIC, no sentido de um trabalho integrado entre Governo e setor privado, foi criada por entidades privadas de turismo a Fundação Nacional de Turismo — FUNTUR, que doravante manterá escritórios de promoção turística do Brasil no exterior.

No que concerne ao turismo interno, cabe destacar o início de implantação do Programa de Albergues para a Juventude, que já instalou 60 albergues, em 16 Estados, oferecendo hospedagem de baixo custo para jovens brasileiros ou estrangeiros.

Iniciativa igualmente relevante foi a instalação dos clubes de terceira idade, para facilitar o lazer e o turismo de pessoas de baixa renda, com mais de 55 anos de idade.

Importante passo no sentido da diminuição da intervenção do estado na economia foi dado com a eliminação do requisito de autorização governamental para a instalação de agências de viagem e turismo. Consagra-se, assim, o livre acesso das firmas a este mercado, cabendo ao Governo sua fiscalização, através da EMBRATUR.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

O Ministério das Minas e Energia — MME teve, em 1987, atuação em duas grandes linhas: as de médio e longo prazos que procuraram equacionar a demanda e o suprimento futuro das várias formas de energia e as de curto prazo, que visaram minimizar as conseqüências do atraso no cronograma de algumas obras do setor elétrico e enfrentar a insuficiência conjuntural da oferta.

Paralelamente às providências de ampliação das fontes de geração, priorizaram-se as medidas e projetos de conservação de energia como o Programa de Conservação de Energia Elétrica — (PROCEL), de grande significado para a economicidade na promoção e sustentação do desenvolvimento econômico.

Na parte mineral, o desenvolvimento do Programa de Mapeamento Geológico/Geoquímico foi considerado prioritário, através da ação dos órgãos da administração direta e indireta do Ministério.

O equilíbrio entre as iniciativas empresariais na área e os aspectos sociais da atividade garimpeira foi considerado

de fundamental importância. O desenvolvimento do setor minerador em áreas indígenas mereceu cuidado especial, de maneira a respeitar o território, os costumes e a cultura indígena.

No que se refere ao meio ambiente, o Ministério executou ações preventivas e corretivas nos projetos de mineração, energia e petroquímica.

Petróleo e Gás Natural

O abastecimento de petróleo e derivados custou ao País, em 1987, cerca de US\$3,1 bilhões de dispêndio líquido, representando um acréscimo de 4% em relação a 1986. Este crescimento se deveu à expansão da demanda, ao aumento do preço do petróleo bruto nos mercados internacionais e à pequena queda na produção nacional, de 595 mil barris/dia médios em 1986 para 593 mil barris/dia médios em 1987. A produção de gás natural, por outro lado, cresceu 8% em relação a 1986, atingindo 16,2 milhões de metros cúbicos/dia.

O consumo interno aparente de derivados, de 1.114 mil barris/dia, resultou de um incremento de 3,1% em relação a 1986. O consumo de óleo diesel expandiu-se em 6,1% e sua participação relativa na demanda global passou de 35,6% em 1986 para 36,6% em 1987, enquanto que o óleo combustível teve seu consumo praticamente estabilizado ao nível de 1986, participando com 18% da demanda global. Os combustíveis do ciclo Otto (gasolina e álcool carburantes) apresentaram o seguinte quadro: queda de 10,2% no consumo de gasolina; crescimento de 1,8% no consumo de álcool. O gás liquefeito de petróleo apresentou um aumento no consumo de 8,3%, correspondendo a 12% da demanda global.

Foi necessária a importação, em 1987, de 630,7 mil barris/dia de petróleo. As divergências crescentes entre as estruturas de refino e a demanda de derivados exigiram a importação complementar de alguns derivados, no total de 50 mil barris/dia, correspondendo a US\$269 milhões, com destaque para o óleo diesel e gás liquefeito de petróleo. Por

outro lado, a exportação de gasolinas automotivas e óleos combustíveis para navios, num total de 146,5 mil barris/dia, gerou receitas de US\$1,1 bilhão.

Os investimentos na atividade de produção de hidrocarbonetos alcançaram CZ\$76,4 bilhões.

A continuação das atividades de exploração elevou as reservas de óleo e líquidos de gás natural para 2.550 bilhões de barris ao final de 1987, com um acréscimo de 8% no ano. As reservas de gás natural cresceram de 100 para 105,3 bilhões de metros cúbicos.

Os resultados mais significativos alcançados pela PETROBRÁS nas atividades de exploração foram os seguintes: perfuração de 445 mil metros, sendo 230 mil no mar e 213 mil em terra; descoberta de jazidas de óleo e gás natural na Bacia de Campos, especialmente em águas profundas, ratificando a potencialidade desta província petrolífera; e a conclusão, com êxito, da perfuração de poço em 1965 metros de lâmina d'água, sendo o mais profundo em termos mundiais, confirmando a extensão do Campo de Albacora.

Dentre as potencialidades no campo petrolífero, destacam-se: ao sul do Campo de Marlim, em águas de 600 a 2.000 metros, um novo reservatório com perspectivas de reservas superiores a 1 bilhão de barris de petróleo; descobertas no Alto Amazonas, na região do rio Urucu, de importantes ocorrências de óleo de qualidade superior ao Árabe leve, de condensados e de gás natural; na plataforma continental de Sergipe, a 32 quilômetros da costa, registro de ocorrência de petróleo leve, em lâmina d'água de 1.111 metros, constatando a avaliação preliminar potencial da produção de 3 a 4 mil barris diários; e descoberta de óleo leve e gás natural, na área terrestre da Bacia Potiguar, e aumento das reservas de gás natural, condensado e óleo leve na área de Pescada.

Para 1988, prevê-se uma produção de 630 mil barris/dia de petróleo, com um crescimento estimado de 6,4% em relação a 1987. A expansão será obtida principalmente a partir da contribuição dos novos sistemas da Bacia de Campos, como o Pólo Nordeste (Campos de Carapeba,

Pargo e Vermelho), o sistema definitivo de produção de Bocado e os sistemas flutuantes de produção de Badejo, Trilha, Viola e Piraúna.

O programa de investimentos da PETROBRÁS, para 1988, está orçado em CZ\$110 bilhões.

As atividades exploratórias continuarão a se concentrar na Bacia de Campos, onde vem sendo alcançado alto índice de sucesso, especialmente em águas profundas.

Prevê-se, para 1988, a intensificação dos trabalhos nas áreas das bacias de Tucutu, em Roraima, São Luís e Barreirinha, no Maranhão, e Tucano, na Bahia, que estão entre aquelas que poderão vir a se tornar produtoras.

Energia Elétrica

Durante o ano de 1987, foram investidos US\$2,3 bilhões no setor de energia elétrica, sendo 56% em geração e os restantes em transmissão, distribuição e instalações gerais. Esses desembolsos concentraram-se nas regiões Norte e Nordeste. Apesar de todos os esforços governamentais, não foi possível evitar a insuficiência de oferta na região Nordeste, decorrente de condições hidrológicas adversas, sofrendo a oferta racionamento em boa parte do ano.

O mercado consumidor do País apresentou um crescimento de apenas 3% no ano de 1987, devido à expansão menos acelerada da economia, à interrupção dos fornecimentos de Energia Garantida por Tempo Determinado (EGTD) e ao racionamento na região nordestina.

Apesar do crescimento médio do consumo ter sido relativamente pequeno, o consumo residencial demonstrou, em 1987, taxa de acréscimo, em torno de 7,5%. Este setor é responsável por 21% da demanda global.

A produção bruta de energia elétrica foi de 210 terawatts/hora (TWh), dos quais 93% de origem hidráulica. A potência instalada alcançou 47.310 megawatts (MW), com o aumento de 4.450MW, 10,4% em relação a 1986, proveniente da entrada em operação de novas unidades geradoras. Destacam-se os acréscimos ocorridos nas usinas hidre-

létricas de Itaipu (3.550MW), Tucuruí (700MW), Rosana (80MW) e na termelétrica de Presidente Médici (160MW).

Além das obras de geração, devem ser ressaltadas as de transmissão destinadas ao escoamento da energia de Itaipu: linha de transmissão em corrente contínua de Foz do Iguaçu a São Roque (2º circuito) em 600kV, com 805km de extensão; e linha de transmissão Foz do Iguaçu a Ivaiporã em 750kV, com 310km de extensão.

Como consequência das ações executadas e dos investimentos já realizados no setor elétrico, está prevista para 1988 a entrada em operação dos projetos abaixo discriminados, que elevarão a potência instalada em quase 5 gigawatts (GW):

— Região Norte

2 unidades de 50MW da Usina Hidrelétrica de Balbina

— 100MW:

2 unidades de 330MW da Usina Hidrelétrica de Tucuruí

— 660MW;

3 unidades de 20MW da Usina Termelétrica Rio Madeira — 60MW; e

2 unidades de 26MW da Usina Termelétrica de Manaus

I — 52MW.

— Região Nordeste

4 unidades de 250MW da Usina Hidrelétrica de Itaparica

ca — 1000MW;

6 unidades termelétricas de 20MW — 120MW.

— Região Sul

2 unidades de 700MW, 60HZ da Usina Hidrelétrica de Itaipu — 1400MW; e

2 unidades de 700MW, 50HZ da Usina Hidrelétrica de Itaipu — 1400MW.

— Região Centro-Oeste

2 unidades de 95MW da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada — 190MW.

Diversas linhas de transmissão (LT) deverão completar o sistema de suprimento, destacando-se:

— LT em 500kV de Tucuruí a Presidente Dutra (2º circuito), com 795km;

— LT em 500kV de Sobradinho a Itaparica, com 389km; e

— LT em 230kV de Balbina a Manaus, com 190km.

Energia Nuclear

Dentre as atividades desenvolvidas pela NUCLEBRÁS no ano de 1987, os eventos mais significativos foram:

— produção de 113,6 toneladas de concentrado de urânio (U_3O_8) para a recarga da usina de Angra I;

— fabricação de 28 elementos combustíveis, correspondendo a 70% da segunda recarga de Angra I;

— inauguração, em 31 de agosto de 1987, da Fábrica de Elementos de Separação, localizada em Resende, tendo como finalidade a fabricação de equipamentos para a usina de enriquecimento de urânio pelo processo de jato centrífugo; e

— realização de negociações com a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) da Argentina com vistas ao estabelecimento de um programa binacional de fornecimento de combustível nuclear.

Os atrasos nos cronogramas de obras das usinas de Angra II e III comprometeram a previsão de entrada em funcionamento dessas unidades. Dessa forma, o plano de atividades do Grupo NUCLEBRÁS para 1988 dará prioridade à reprogramação das medidas para viabilizar o início da operação comercial das usinas para 1993 e 1995. Além disso, devem ser destacadas as seguintes metas para esse ano:

— processamento de 300 mil toneladas de minério e produção de 120 toneladas de concentrado de urânio (U_3O_8) em Poços de Caldas;

— conclusão da fabricação da segunda recarga de combustível da Usina de Angra I e início da fabricação da terceira;

— início da implantação da segunda etapa da fábrica de elementos combustíveis (fabricação de pastilha); e

— início das obras civis da usina de Angra III.

Mineração

A produção física da indústria extrativa mineral, excluído o petróleo, cresceu 10,0% em 1987. Destaca-se o incremento na produção de ouro, de 41,5%, totalizando 35 toneladas. A produção dos outros minérios mais importantes expandiu-se como discriminado: minério de ferro, 5,4%; estanho (cassiterita), 3,7%; concentrado fosfático, 8,9% e bauxita, 2,4%. Para 1988, espera-se duplicar a produção de ouro, através de adoção mais intensa de processos extrativos industriais e do maior controle do volume produzido nos garimpos.

O incremento da produção para os demais minérios, em 1988, está discriminado a seguir:

- minério de ferro — 6,6%, em função do término do Projeto Carajás e da possibilidade de ampliação da Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), que colocará em operação a planta de beneficiamento da mina de Motuca;

- concentrado fosfático, 10,2%; bauxita, 9,0%;

- estanho (cassiterita) — produção estabilizada em 2,7 mil toneladas em consequência dos acordos firmados entre os produtores nacionais e a *Association of Tin Producing Countries* (ATPC) no sentido de normalizar o mercado internacional do produto.

Em relação à pesquisa mineral, as atividades do Programa de Levantamentos Geológicos Sistemáticos (Básicos), em 1987, compreenderam: mapeamento geológico/geoquímico de 216,8 mil km² nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul e no Estado de Rondônia; cartografia de previsão de recursos hídricos subterrâneos no Rio Grande do Norte e Minas Gerais em 12 mil km²; cartografias de previsão de recursos minerais em cerca de 2,7 milhões km² nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul; e mapeamento de cerca de 126 mil km² na área do Programa Grande Carajás.

O mapeamento metalogenético é de previsão de recursos minerais, realizado em 1987, permitiu a conclusão de 11 (onze) folhas, na escala 1:250 mil.

Finalizaram-se os levantamentos aerogeofísicos na área I, da Província Aurífera do Tapajós e em toda a área do extremo Noroeste do Brasil.

Encontra-se em fase de conclusão o mapeamento do Distrito Federal, a cargo da Universidade de Brasília — UnB.

Consolidou-se a implantação do Sistema de Informações Geológicas do Brasil, em rede pública nacional computadorizada, com treinamento para mais de 3.000 técnicos.

Celebraram-se acordos com o Japão para execução dos Projetos Palmeirópolis e Centro Nacional de Treinamento para o controle da poluição na mineração. O primeiro objetiva o dimensionamento da jazida de sulfetos máçios na região de Palmeirópolis, em Goiás. O segundo, sediado em São Paulo, almeja o treinamento de 80 técnicos brasileiros por ano.

Na área de Geologia e Mineralogia, em 1988, pretende-se dar continuidade ao Programa de Levantamentos Geológicos Sistemáticos do Brasil, em cerca de 350 mil km², em todo o País, bem como ao levantamento aerogeofísico do norte de Mato Grosso.

Os trabalhos geológicos nas regiões Norte e Nordeste continuarão prioritários.

Os investimentos da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1987, atingiram o valor equivalente a cerca de US\$270 milhões.

Listam-se a seguir os eventos mais significativos do ano:

— as vendas totais de minério de ferro e pelotas de 86 milhões de toneladas (12% superior a 1986), com exportações de 59 milhões de toneladas (12% superior a 1986), gerando cerca de US\$950 milhões de divisas;

— investimentos da ordem de US\$103 milhões no projeto de minério de ferro de Carajás para a conclusão da mina e infra-estrutura operacional;

— a produção da ALBRÁS de 159,5 mil toneladas de alumínio, com faturamento de US\$220,5 milhões;

— manufatura e comercialização pela VALESUL de 91,9 mil toneladas de alumínio, gerando uma receita de US\$144 milhões;

— produção pela CENIBRA de 356 mil toneladas de celulose, com um faturamento bruto de US\$163 milhões.

Para o ano de 1988, prevê-se para a CVRD um investimento da ordem de US\$296 milhões. Ademais, a companhia deverá alocar US\$30,6 milhões para a expansão da capacidade da planta da ALBRÁS.

As metas de produção e vendas da companhia estão discriminadas a seguir:

— minério de ferro e pelotas — espera-se um pequeno acréscimo em relação a 1987, estimando-se as vendas totais em 87,6 milhões de toneladas. As exportações deverão manter o mesmo nível de 1987. A demanda interna, no entanto, deverá ter pequena expansão;

— alumínio — espera-se atingir o mesmo nível de produção de 1987; e

— ouro — produção e venda de 1.665kg.

A empresa planeja investir US\$36 milhões em pesquisas tecnológicas/geológicas e desenvolvimento nas seguintes áreas: pesquisa de minério de ferro, titânio, manganês, nióbio/etc; prospecção de ouro e metais nobres fertilizantes; metais não-ferrosos; e dimensionamento, ampliação e delimitação de novas reservas de ouro.

Meio Ambiente

O Ministério das Minas e Energia vem exercitando ações preventivas e corretivas nas atividades modificadoras do meio ambiente, nos campos da mineração, energia e petroquímica.

Um dos instrumentos utilizados para consubstanciar estas ações foi a realização de inúmeros cursos, seminários e palestras entre profissionais da comunidade ambiental em todo o território nacional. A criação deste mecanismo de conscientização catalizou os órgãos e empresas do Ministério das Minas e Energia, ensejando o desenvolvimento de

ações em monitoramento da qualidade ambiental; reabilitação de áreas degradadas com reposição topográfica e vegetal com espécies nativas; construção de barragens para retenção de rejeitos da mineração; tratamento das águas residuárias industriais; controle de poluentes atmosféricos em refinarias e termelétricas; desenvolvimento de medidas para proteção da fauna e flora; criação de projeto de Centro de Pesquisa Ambiental pela ELETRONORTE; construção, manutenção e operação pela PETROBRÁS do Centro de Prevenção, Controle e Combate à Poluição do Mar por óleo; e inúmeros convênios de apoio tecnológico com instituições científicas.

Para 1988, destacamos as seguintes previsões para as ações de controle ambiental:

— implementação de medidas de defesa do meio ambiente relacionadas com o Plano 2010 do setor elétrico;

— realização de cursos sobre impacto ambiental de represas e mineração na Amazônia;

— criação de núcleos de gerenciamento ambiental na administração centralizada e descentralizada; e

— estudos para construção de mais cinco centros de combate à poluição do mar, por óleo, nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

O Ministério do Interior, em 1987, desempenhou atividades de apoio à correção das desigualdades regionais e sociais prevalentes na sociedade brasileira.

Para cumprimento de suas atividades e alcance dos objetivos colimados, o Ministério, incluindo seus órgãos vinculados, contou com recursos financeiros da ordem de CZ\$242,4 bilhões.

Nordeste

A região Nordeste, enquanto prioridade na execução da política sócio-econômica definida pelo Governo, foi ob-

jeto de ações concretizadas pelos organismos do Ministério que atuam na área: a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE e o Banco do Nordeste do Brasil — BNB.

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor — PAPP, principal instrumento de atuação do Governo Federal no Nordeste Rural, alcançou os seguintes resultados, com a aplicação de CZ\$4,9 bilhões, sendo CZ\$1,0 bilhão oriundo de fontes externas:

- participação na Reforma Agrária, assentando um significativo número de famílias nos estados do Maranhão e da Bahia;

- consolidação da linha de financiamento à comercialização;

- fomento à irrigação, em articulação com o Programa de Irrigação do Nordeste — PROINE, promovendo a irrigação de 1070ha;

- elaboração de estudo em conjunto com o Banco Mundial, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Empresa Brasileira de Extensão Rural, para melhoria do desenvolvimento da pesquisa agropecuária e da extensão rural;

- implantação de 328 unidades de abastecimento de água;

- assistência técnica a 171 mil pequenos produtores;

- elaboração de 798 projetos para apoio às pequenas comunidades.

Foram efetivamente aplicados, através do sistema de incentivos fiscais, CZ\$12,8 bilhões, aprovados 107 novos projetos, com compromisso de aportes do Fundo de Investimentos do Nordeste — FINOR de CZ\$36,0 bilhões. Destacam-se também a implantação de 50 projetos e a aprovação de 231 projetos de reinvestimentos no valor de CZ\$454,5 milhões.

O Programa de Apoio à Organização de Pequenos Produtores Rurais do Nordeste (Programa São Vicente),

cuja execução iniciou-se em 1986, aplicou CZ\$654,0 milhões em 1.806 projetos, beneficiando 43,9 mil famílias.

O Programa de Recuperação de Áreas Atingidas pelas Enchentes do Nordeste — PROENE, instituído em 1985, proporcionou, desde o início de sua implantação, o atendimento a 769 municípios e ao Território Federal de Fernando de Noronha, através de obras de recuperação da infraestrutura econômica e social atingida pelas enchentes de 1985, tendo sido liberados, no exercício de 1987, recursos da ordem de CZ\$2,4 bilhões, permitindo a captação de US\$75,3 milhões de contrapartida externa.

O Banco do Nordeste do Brasil — BNB teve seu capital social aumentado para CZ\$5,1 bilhões, através da colocação de 112 milhões de ações no mercado. O saldo das aplicações superaram CZ\$115,5 bilhões, com incremento de 320% sobre o saldo final de 1986. Em crédito rural foram aplicados CZ\$8,4 bilhões; em crédito industrial CZ\$24,8 bilhões; e em crédito à infra-estrutura CZ\$42,4 bilhões.

Houve considerável esforço na recuperação de créditos inadimplentes, sendo regularizadas operações em valor superior a CZ\$5,0 bilhões, e iniciado o processo de rolagem de dívidas contratadas por prefeituras de capitais nordestinas. Iniciou-se gestões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para aprovação de novo empréstimo de US\$100 milhões para aplicação no Programa de Crédito Industrial.

Foram contratados, para o custeio agrícola, empréstimos no montante de CZ\$1,1 bilhão, expandindo-se, também, o crédito no âmbito do PAPP e do Programa Nacional de Agricultura — PRONAGRI.

Amazônia

A definição de políticas que visam à ocupação ordenada e racional da Amazônia Legal, conjugada à preocupação permanente com a preservação do equilíbrio ecológico, foram as diretrizes que orientaram as ações dos organismos que atuam na área: a Superintendência do Desenvolvimento

to da Amazônia — SUDAM; a Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA; o Banco da Amazônia S.A. — BASA; a Cia. Siderúrgica da Amazônia — SIDERAMA, e a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena — CODEBAR.

A SUDAM desenvolveu suas atividades nos seguintes campos:

- início dos trabalhos do Programa de Estudos e Pesquisas nas bacias dos rios Madeira, Trombetas, Branco, Araguari e Acará;

- ampliação da participação nos acordos do Pacto Amazônico, através do Tratado de Cooperação Amazônica com a Colômbia e o Peru; e

- continuação das publicações dos indicadores conjunturais da Amazônia.

No campo tecnológico, as principais ações desenvolvidas pela SUDAM foram:

- monitoramento florestal e a demarcação de áreas minerais de cobre e molibdênio;

- prosseguimento dos estudos e pesquisas sobre manejo sustentado da floresta tropical úmida; e

- implantação do Centro de Sensoreamento Remoto da Amazônia.

No campo dos setores produtivos, a SUDAM prosseguiu a execução do Programa de Produção de Alimentos, implantou projetos básicos de desenvolvimento da agropecuária, de estudos das potencialidades turísticas regionais, e de diagnóstico e prognóstico do setor terciário.

No sistema de incentivos fiscais, foram aprovados 46 projetos, 9 foram reformulados e 21 entraram em análise, sendo cancelados os benefícios concedidos, anteriormente, a 23 outros projetos. Dos resultados obtidos, registrou-se a geração de 6203 novos empregos diretos, com investimentos totais previstos da ordem de CZ\$30 bilhões.

A SUFRAMA, em 1987, aprovou 185 projetos industriais, dos quais 102 são de implantação e 83 de ampliação/modernização/diversificação. Os investimentos totais

somam aproximadamente CZ\$20 bilhões, prevendo-se a geração de 6070 novos empregos.

A quota de importação, inicialmente estimada em US\$600 milhões, foi ampliada para US\$705 milhões. Desse total, US\$580 milhões destinaram-se à indústria e US\$110 milhões ao comércio.

Em continuidade ao Programa de Desenvolvimento Regional, foram aplicados nos estados cerca de CZ\$500 milhões em convênios assinados para beneficiar a pesquisa e cooperação técnica, a agropecuária e a infra-estrutura.

O BASA, em 1987, ampliou seu esforço visando maior participação junto aos mercados financeiros. Como resultado, atingiu um saldo de aplicações de CZ\$44,2 bilhões, registrando um crescimento nominal de 281,7% em relação ao ano anterior. Destaca-se o ingresso de CZ\$510,0 milhões destinados ao aumento do capital social, com incremento da ordem de 370% sobre o saldo anterior.

Região Sudeste

Em 1987, a Secretaria Especial da Região Sudeste — SERSE deu continuidade ao trabalho de sua consolidação como órgão de desenvolvimento regional, destacando-se as atividades de ampliação das áreas abrangidas pela programação executada, através de convênios com prefeituras, associações microrregionais e estados; a consolidação da reorientação dos programas de desenvolvimento pre-existentes; e a manutenção da linha de trabalho complementar às ações de reforma agrária.

Entre as ações desenvolvidas pela SERSE, destacam-se: o Programa de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha — PROVALE; o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Norte Fluminense — PRODENOR; o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO; e a Programação de Organização Comunitária e Migrações Internas. A expansão para novas áreas abrange ações para o desenvolvimento regional da bacia do Paraíba do Sul, a programação para o desenvolvimento do Pontal do Paranapanema e a Ação Regional no Estado do Espírito Santo.

Região Sul

As ações do MINTER na região, coordenadas pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, contaram com recursos da ordem de CZ\$792 milhões.

Através do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE foram executadas obras de construção de galerias pluviais, emissários, barragens e poços de quedas, em 14 municípios. Foram beneficiados 2450 produtores com serviços de extensão e motomecanização.

O Programa Especial da Lagoa Mirim (PROMIRIM) possibilitou a construção de 13km de canais principais e obras complementares, favorecendo a irrigação de 330ha de lavouras.

O Programa Litoral Sul de Santa Catarina — PROLITORAL reiniciou as obras das barragens dos rios Leão e Bonito e executou a escavação de 140 mil m³ de canais de macro e microdrenagem.

Região Centro-Oeste

As ações desenvolvidas, coordenadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECÔ, contaram com recursos da ordem de CZ\$3,4 bilhões que financiaram os seguintes programas prioritários: Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil POLONOROESTE; Programa de Ecodesenvolvimento do Pantanal; Programa de Integração e Ampliação das Agroindústrias; Programa de Apoio a Projetos de Desenvolvimento Econômico e Social; Programa do Entorno do Distrito Federal; e Programa de Desenvolvimento Municipal.

O Programa de Ecodesenvolvimento do Pantanal contou, em 1987, com recursos de CZ\$664,8 milhões, aplicados nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, visando deflagrar medidas de conservação ambiental para assegurar a sobrevivência do ecossistema pantaneiro.

Foram repassados CZ\$41,0 milhões aos estados da área de atuação da SUDECO, através do Programa de Integração e Ampliação das Agroindústrias, para identificação de oportunidades agroindustriais e desenvolvimento de empresas comunitárias.

No Programa de Apoio a Projetos de Desenvolvimento Econômico e Social aplicaram-se CZ\$795,5 milhões na implantação de rodovias vicinais, construção e reforma de unidades escolares e saneamento.

O Programa de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal contou com CZ\$400,0 milhões, aplicados em 12 municípios de Minas Gerais e Goiás.

O Programa de Desenvolvimento Municipal aplicou recursos no valor de CZ\$84,7 milhões nas ações de apoio à infra-estrutura social, econômica e de administração local, em municípios de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

O POLONOROESTE contou com CZ\$1,4 bilhão destinado ao Programa de Desenvolvimento Rural Integrado — PDRI, de Rondônia; preservação do sistema ecológico; apoio a comunidades indígenas; PDRI, de Mato Grosso; estradas vicinais; e colonização de novas áreas.

Mobilização Estudantil

A Fundação Projeto Rondon atuou em 950 municípios, beneficiando cerca de 6 milhões de pessoas, com a participação de 20 mil estudantes de nível superior e médio, envolvendo 500 instituições de ensino.

Dentre as ações desenvolvidas, com recursos no valor de CZ\$552,5 milhões, destacam-se: execução do Projeto Brigadas Estudantis para Trabalhos Comunitários; execução do Projeto Saúde Básica junto às comunidades ribeirinhas do Alto Solimões; participação no Programa de Apoio Social Especial Integrado; acompanhamento do Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes; acompanhamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar; e participação no Programa de Alfabetização e Educação Física de Jovens e Adultos.

Administração de Territórios

Em 1987, o Governo do Território do Amapá, contando com recursos no valor de CZ\$5,8 bilhões, executou as seguintes obras: asfaltamento de 132km da BR-156; pavimentação urbana de Macapá; abertura de agrovias; recuperação e implantação de pontes; e a ampliação do sistema de distribuição de energia elétrica.

O Governo do Território de Roraima, dispondo de recursos no valor de CZ\$5,5 bilhões, desenvolveu em 1987, entre outras: as atividades de assentamento de 461 famílias; assistência técnica a cerca de 7 mil produtores e organizações rurais; o apoio à pequena e média empresas; e suporte ao escoamento agrícola e abastecimento ao consumidor. Além da continuação da pesquisa mineral para ouro e diamante, atendeu a 48 mil educandos em 356 escolas; construiu 15 novas escolas; forneceu 500 bolsas de estudo; e distribuiu material escolar. Iniciou a construção do prédio do Hospital Geral de Boa Vista.

O Banco de Roraima S.A — BANRORAIMA, em 1987, apresentou um saldo de aplicações da ordem de CZ\$1,5 bilhão, 235,3% superior a 1986, assim distribuídos: crédito geral, CZ\$377 milhões; crédito rural, CZ\$110 milhões; crédito industrial, CZ\$285 milhões; e, crédito infra-estrutural, CZ\$760 milhões. O capital social do Banco evoluiu de CZ\$28,9 milhões para CZ\$49,0 milhões pela incorporação de reservas de correção monetária no balanço de 31.12.86.

Defesa Civil

A Secretaria Especial de Defesa Civil — SEDEC coordenou, em 1987, as providências necessárias ao pronto atendimento das populações atingidas por calamidades.

Para o atendimento à seca nordestina destinou-se CZ\$11 bilhões, sendo que CZ\$7,3 bilhões canalizados através da SUDENE. Foram incluídos na área de emergência 1.263 municípios nos 10 estados que compõem o Polígono das Secas, mais 20 municípios do estado do Espírito Santo. Cerca de 800 mil trabalhadores rurais foram atendidos pelas frentes de trabalho.

Além do atendimento à seca, a Defesa Civil destinou cerca de CZ\$328 milhões para o combate aos efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso; CZ\$63,8 milhões foram destinados ao atendimento de outras calamidades.

Assistência ao Índio

A FUNAI tem por prioridade o equacionamento da questão das terras indígenas. Nesse campo, em 1987, foram delimitadas 47 áreas; demarcadas 36 áreas, com 980,1 mil ha; regularizadas em Cartório de Registro de Imóveis 22 áreas, abrangendo 9,6 milhões ha; regularizadas no Serviço de Patrimônio da União 25 áreas, num total de 11,1 milhões ha; e, homologadas 11 áreas, somando 189,8 mil ha. Desenvolveu, ainda, através de convênios com diversas instituições, atividades de apoio ao índio no campo da educação, saúde e ações produtivas.

Para o financiamento dessas realizações foram mobilizados recursos da ordem de CZ\$2,6 bilhões.

CODEBAR

A CODEBAR, criada com o objetivo de implantar a infra-estrutura do complexo industrial de Barcarema, executou, em 1987, projetos e obras no sistema viário, nas redes de distribuição de água, na área de energia elétrica e no tratamento de esgotos com a construção de 3 subestações, dependendo para tanto CZ\$188,2 milhões.

Principais Ações Previstas para 1988

Para o desenvolvimento de suas atividades para 1988, o MINTER dispõe de um orçamento inicial previsto no valor de CZ\$438,4 bilhões, incluindo todos os seus organismos vinculados.

Além da continuidade de execução dos programas, projetos e atividades, são as seguintes as principais ações previstas:

a) *Nordeste*

A execução de programas regionais especiais; o estímulo aos setores produtivos, mediante incentivos fiscais e financeiros; e a promoção de programas e projetos em caráter complementar à ação setorial serão beneficiados com recursos que totalizam CZ\$79,4 bilhões.

Merece destaque, entre as ações previstas para 1988, o início da execução do Projeto Padre Cícero a ser implantado no semi-árido nordestino, objetivando dotar a região de infra-estrutura hídrica permanente. Para essas ações, prevêem-se recursos de cerca de US\$1,0 bilhão entre dotações do Banco Mundial e contrapartida nacional.

A prioridade de expansão da fronteira agrícola no Nordeste está consubstanciada no início da execução do Programa de Ocupação de Novas Áreas do Nordeste — PRONAR, que deverá dar suporte à dimensão regional do Programa Brasil-Central. Tem recursos orçados em CZ\$600,0 milhões e atuará preponderantemente na implantação de infra-estrutura básica.

b) *Amazônia*

A SUDAM envidará esforços para a consolidação dos Projetos «Apoio ao Desenvolvimento Regional» e «Desenvolvimento da Amazônia», implementando programas prioritários como «Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia» e «Estudos e Pesquisas nos Vales Amazônicos — PROVAM.»

Para esses programas, a Autarquia conta com recursos previstos de CZ\$3,5 bilhões.

A SUFRAMA continuará desenvolvendo suas atividades tradicionais, para os quais conta com um orçamento inicial de CZ\$1,5 bilhão.

O BASA consignou em seu orçamento, para 1988, a mobilização de recursos da ordem de CZ\$56,8 bilhões, que deverão dar suporte a sua ação para desenvolvimento da Região.

c) *Sudeste*

Em 1988, serão privilegiadas nos 4 estados da região Sudeste, através dos programas em andamento, as seguintes ações: a valorização econômica e social de pequenas comunidades rurais e urbanas; aumento da produção e da produtividade agrícola; apoio às iniciativas de implantação de pequenas indústrias e agroindústrias; e elaboração de estudos e pesquisas para expandir o conhecimento sistemático.

Para o financiamento dessas atividades está previsto orçamento de CZ\$1,6 bilhão, aproximadamente.

d) *Sul*

A SUDESUL continuará a execução dos programas em andamento, para os quais estão previstos recursos iniciais da ordem de CZ\$2,0 bilhões.

e) *Centro-Oeste*

A SUDECO dará continuidade à programação de 1987 e iniciará a execução dos programas de Desenvolvimento do Vale do Araguaia, Desenvolvimento dos Cerrados, Nova Fronteira e Brasil-Central.

Para essas atividades estão previstos recursos que montam a CZ\$17 bilhões.

f) *Outras Atividades*

— A Fundação Projeto Rondon continuará sua contribuição ao processo de desenvolvimento social brasileiro, bem como a mobilização e participação efetiva das comunidades. Os recursos orçamentários previstos alcançam CZ\$529,4 milhões.

— O Governo do Território do Amapá dará continuidade às ações no campo econômico e social e de construção e manutenção da infra-estrutura, aplicando recursos no montante de CZ\$9,8 bilhões.

— O Governo do Território de Roraima contará com um orçamento inicial de CZ\$7,8 bilhões para execução de suas atividades no campo sócio-econômico e infra-estrutural.

— O BANRORAIMA continuará a desenvolver suas atividades, obedecendo as prioridades definidas e contará, para tal, com orçamento de CZ\$8,4 bilhões.

— A FUNAI perseguirá seu objetivo maior de demarcação das áreas indígenas, bem como continuará desenvolvendo suas atividades de apoio no campo da educação, saúde e produção agropecuária. Para tal, conta com recursos de CZ\$2,6 bilhões.

— A CODEBAR dispõe de orçamento inicial de CZ\$419,9 milhões para financiar suas atividades.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

As ações do Ministério das Comunicações, em 1987, visaram ao atendimento de parcelas crescentes da população brasileira com serviços eficientes e adequados. Ênfase particular foi dada ao papel social das telecomunicações, dos serviços postais e da radiodifusão, pelos benefícios gerados e pela sua conotação distributiva.

Além do atendimento à crescente demanda pelos serviços, também o incremento da capacidade industrial do setor e a busca da plena capacitação tecnológica nacional foram objeto de atenção constante. Esta orientação deverá prosseguir em 1988, buscando-se permanentemente ampliar os níveis de produtividade já alcançados pelas empresas vinculadas e garantir o atingimento das metas fixadas.

Sistema Telebrás

a) Principais realizações de 1987

Em 1987, o Sistema Telebrás investiu cerca de CZ\$ 56,3 bilhões no Sistema Nacional de Telecomunicações, representando crescimento real de 4,5% em relação aos investimentos de 1986.

Esses investimentos foram aplicados, basicamente, na expansão e melhoria dos sistemas telefônicos local e interurbano, dos sistemas rurais e das facilidades para comunicações internacionais, comunicações de dados e textos, bem como em programas de desenvolvimento científico e tecnológico.

O número de telefones em serviço passou a 12,1 milhões, representando crescimento de 5,3% no ano, enquanto a demanda cresceu 7,7%, o que corresponde a 15,6 milhões de telefones.

A carência de 3,5 milhões de telefones em 1987, aliada ao crescimento mais rápido da demanda, evidencia a possibilidade da realização de investimentos a taxas mais elevadas nos próximos anos, considerando que o Sistema Telebrás depende virtualmente de seus próprios recursos para aplicação no crescimento do Sistema Nacional de Telecomunicações.

Em 1987, cerca de 1.200 novas localidades passaram também a dispor de serviço telefônico, com um crescimento de 13,7% no ano, beneficiando uma população superior a 1,2 milhão de brasileiros.

Foram contratados cerca de 700 mil terminais telefônicos e o número de terminais de telex instalados aumentou em 12,6 mil unidades, atingindo ao final do ano 100 mil terminais.

Foram ainda implantados 28,7 mil novos telefones de uso público, aumentando-se em 20,5% o número de unidades instaladas, que passaram a 168,4 mil.

b) Destaque de 1987

Entre os destaques de 1987, ressalta-se a interligação de 10 mil localidades brasileiras ao Sistema Nacional de Telecomunicações — TELEBRÁS, parte da meta prioritária definida pelo Governo de levar as telecomunicações às regiões mais distantes do País, integrando-as a todo o Brasil.

Na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), localizada a 1.016 quilômetros de Manaus por via fluvial, foi instalada central telefônica de fabricação nacional, com ca-

pacidade para 300 terminais (DDD e DDI), investindo-se CZ\$21 milhões em equipamentos e na instalação da rede. Além disso, foi também implantada, na mesma localidade, uma estação terrena de comunicações por satélite com o objetivo de interligar o município de São Gabriel da Cachoeira ao Sistema Nacional de Telecomunicações.

Outro destaque do ano foi a inauguração, em julho, da Estação Terrena de Mosqueiro — localizada a 83 quilômetros de Belém (PA) —, a maior do Sistema de Comunicações por Satélite instalada na Amazônia. Com capacidade para realizar até 2.400 ligações simultâneas, a Estação de Mosqueiro vem proporcionando o descongestionamento do tráfego telefônico terrestre nas rotas Rio de Janeiro/Brasília/Belém, a ampliação do acesso às telecomunicações na Amazônia Oriental, bem como maior confiabilidade e melhor qualidade dos serviços de telecomunicações na região.

Com o objetivo de integrar as telecomunicações brasileiras à Europa e às Américas foi implantada, em 1987, a Estação Terrena de Morungaba, no Estado de São Paulo, permitindo ampliação de 50% na capacidade de escoamento do tráfego internacional do Brasil, anteriormente cursado pela estação terrena de Tanguá (RJ), que já se encontrava próxima à saturação.

Vale ainda assinalar a inauguração oficial do DDI entre Brasil e Cuba, ocasião em que foi assinado com as autoridades cubanas do setor de comunicações um protocolo de cooperação técnica entre os governos dos dois países referente à área de bens e serviços de telecomunicações, incluindo fornecimento de tecnologia brasileira, com destaque para centrais telefônicas, estações terrenas para comunicações por satélite, aparelhos telefônicos residenciais e públicos, sistemas rádio de multiacesso, sistemas rádio analógico e digital e equipamentos multiplex.

No campo da ciência e tecnologia, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD) lançou os três primeiros circuitos integrados desenvolvidos com «software» inteiramente nacional.

Tais circuitos integrados («chips») têm aplicação nas centrais digitais da família Trópico RA e em equipamentos multiplex PCM, produtos estes também desenvolvidos pelo Centro.

Vale ressaltar que esses circuitos eram importados ao custo unitário médio de 15 dólares. Os circuitos ora produzidos no Brasil custam, em média, três dólares.

c) Metas para 1988

Os investimentos do Sistema Telebrás, aprovados para 1988, montam a CZ\$180 bilhões, correspondendo a um crescimento real, com relação a 1987, de 24,4%.

Estima-se, para 1988, um crescimento de 9% no número de telefones em serviço, com instalação de cerca de 1 milhão de novos aparelhos, chegando a 13,1 milhões de telefones. As empresas do Sistema Telebrás estão sendo orientadas, segundo um planejamento de médio e longo prazos, com o objetivo de dotar o País de 17 milhões de telefones até 1990.

Em 1988, deverão ser contratados 840 mil terminais telefônicos e implantados mais de 45 mil telefones de uso público, devendo ser também instalados 18,9 mil novos terminais de telex.

No período, mais de 1.700 novas localidades estarão sendo integradas ao Sistema Nacional de Telecomunicações, beneficiando cerca de 2 milhões de brasileiros que passarão a dispor do serviço telefônico.

Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos — ECT

a) Principais realizações e destaques de 1987

O ano de 1987 foi marcado pela obtenção do mais elevado nível de eficiência e confiabilidade já alcançado pela ECT em toda sua história. No decorrer do exercício, pesquisa de opinião pública, realizada por entidade especializada, revelou que mais de 90% das correspondências foram en-

tregues no dia seguinte à postagem, evidenciando o extraordinário dinamismo da Empresa na consecução de seus objetivos e no atendimento às necessidades da sociedade brasileira.

No que se refere ao atendimento ao usuário, o serviço postal permaneceu presente em todos os municípios do País. A quantidade de Agências e Postos de Correio passou de 11.381 para 11.715, apresentando variação absoluta de mais 334 unidades. O número de Postos de Correio Rural foi estendido a mais 324 localidades da zona rural.

A infra-estrutura de tratamento e distribuição foi ampliada através da criação de mais de 12 centros operacionais, instalados em 11 estados, destinados à triagem e à distribuição de objetos postais.

Como suporte indispensável à manutenção do elevado padrão de entrega de cartas e malotes no dia seguinte à postagem, a Rede Postal Aérea Noturna — RPN vem sendo reformulada e ampliada a cada ano. Diariamente 40 aeronaves, fretadas exclusivamente pela ECT para o transporte noturno das correspondências, percorrem cerca de 50 mil km, atingindo tanto as capitais e principais cidades brasileiras como, também, os municípios do interior do Estado do Amazonas, que compõem a Rede Postal Aérea da Amazônia.

A perfeita integração da RPN com as Linhas-Tronco Nacionais tem permitido a entrega das correspondências nas localidades do interior dos estados no prazo estabelecido de até dois dias após a postagem. Durante 1987 foram percorridos, por via de superfície, aproximadamente 40 milhões de quilômetros, utilizando 10.800 veículos próprios e contratados.

O serviço telegráfico foi implantado em 24 novas localidades. As medidas, visando ao aprimoramento do serviço, têm favorecido o aparecimento de demanda crescente, onde se destaca a modalidade Telegrama Fonado, responsável por 50% do tráfego. Em outubro, verificou-se que o tempo médio de transmissão das mensagens reduziu-se em 24 minutos com relação ao ano anterior, fixando-se em 1:40 hora.

b) Metas para 1988

As principais metas programadas para 1988 incluem a instalação de 115 Agências, 500 Postos de Correio Rural e a extensão do serviço telegráfico a mais de 150 localidades.

Será iniciada, ainda, a construção do Centro de Triagem Principal da Diretoria Regional de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Finalmente, o Projeto de Automação da Triagem de Cartas e Encomendas Postais será expandido, em sua segunda etapa, em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e implantado em Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Curitiba e Recife.

Empresa Brasileira de Radiodifusão — RADIOBRÁS

a) Realizações e destaques em 1987

No decorrer de 1987, a RADIOBRÁS buscou aprimorar a programação de suas emissoras, visando a ampliar sua audiência, com ênfase na prestação de serviços de caráter social e na divulgação dos atos governamentais.

Esteve presente na cobertura das principais atividades da Presidência da República, gravando informações ao vivo tanto para suas emissoras como para as emissoras privadas de rádio e televisão. Produziu os boletins «Diário da Constituinte», dando ampla divulgação dos trabalhos parlamentares para veiculação por parte das emissoras de televisão de todo o País.

Em 1987, o Jornal Nacional continuou sendo transmitido por mais de uma centena de emissoras de rádio, obtendo-se maior audiência como resultado de uma produção mais dinâmica.

Foram ainda melhoradas as condições operacionais das emissoras de Macapá (AP), Boa Vista (RR) e Cruzeiro do Sul (AC), com a recuperação de seus transmissores.

b) *Metas para 1988*

Para o ano de 1988, a Radiobrás prosseguirá em seus esforços buscando melhoria continuada de sua programação, orientando seus investimentos para manutenção das condições técnicas e operacionais de suas emissoras.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Ministério da Previdência e Assistência Social — MPAS, em 1987, prosseguiu seu trabalho dentro das diretrizes governamentais que visam assegurar a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Dentro desse objetivo, o MPAS aprofundou o processo de racionalização, modernização e descentralização de suas atividades, buscando assegurar o equilíbrio financeiro entre suas despesas e receitas.

O Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social — SINPAS apresentou, no encerramento do exercício de 1987, superávit orçamentário de CZ\$30,8 bilhões e saldo positivo de caixa de CZ\$96,1 bilhões. Este saldo de caixa foi apurado através da comparação entre as receitas totais, no valor de CZ\$702,2 bilhões, e as despesas totais, no valor de CZ\$606,1 bilhões.

Os resultados apresentados em 1987, comparados com os de 1986, demonstram, do lado da receita, acréscimo real de 4% e, do lado da despesa, decréscimo real de 0,6%.

Quando se examina, no entanto, os resultados do SINPAS pelo conceito «operacional», registra-se um déficit da ordem de CZ\$33,5 bilhões. Este valor é obtido de duas formas: pela comparação entre a arrecadação bancária e a despesa global, não se levando em conta a receita financeira, e pela dedução da correção monetária do rendimento financeiro obtido pelo SINPAS em suas aplicações junto às autoridades financeiras.

A ocorrência de déficit operacional deveu-se particularmente ao balanço negativo do mês de dezembro, pois

até novembro o resultado acumulado no ano era positivo. Tal fato decorreu de um aumento significativo na conta de benefícios, explicado pelo ciclo de pagamentos. No último mês do ano se procede não apenas ao pagamento do próprio período, mas também do abono anual, de valor igual ao benefício do próprio mês de competência. Em 1987, este montante foi acrescido dos atrasados dos meses de setembro, outubro e novembro, todos pagos de uma só vez.

Do ponto de vista de avaliação do desempenho global da Previdência, vale observar que, em 1987, apesar da significativa retração das Transferências da União ao SINPAS e do decréscimo verificado na Arrecadação das Contribuições Previdenciárias sobre a folha de salários, todos os compromissos assumidos pelo Governo, traduzidos em programas sob a responsabilidade da Previdência Social, foram cumpridos, cabendo destaque para aqueles destinados à melhoria da Assistência Médica e da Assistência Social à população, que registraram ampla expansão.

A atuação do MPAS se faz em três grandes áreas, que são:

- Previdência Social;
- Saúde e Assistência Médica; e
- Assistência Social.

As ações do MPAS na área da Previdência Social, realizadas através do Instituto Nacional da Previdência Social — INPS, tiveram como principais objetivos estender os benefícios do seguro social a um universo cada vez mais abrangente de trabalhadores, dando-lhes também melhores condições de atendimento; introduzir o princípio da seletividade, em função da renda, na concessão de benefícios (salário-família, auxílio-natalidade e auxílio-funeral), como instrumento de justiça social; e recuperar o valor real das aposentadorias e pensões.

O total de benefícios, entre aposentadorias e pensões, atingiu a 11,5 milhões de pessoas, dos quais aproximadamente 10% foram concedidos em 1987, com um desembolso global de CZ\$292,3 bilhões. As aposentadorias pagas pelo INPS beneficiariam 5,8 milhões de pessoas, com um

dispêndio total de CZ\$166,2 bilhões, sendo que 2,5 milhões de aposentadorias foram por velhice e receberam CZ\$38,5 bilhões (23,2% do total), 1,3 milhão por tempo de serviço, que receberam CZ\$83,7 bilhões (50,4% do total) e 1,9 milhão por invalidez, com dispêndios de CZ\$44 bilhões (26,4% do total).

O custo *per capita* das aposentadorias por tempo de serviço, em 1987, atingiu a CZ\$63,2 mil, quatro vezes superior à aposentadoria por velhice e três vezes o valor pago aos aposentados por invalidez.

A concessão de aposentadorias na área rural, em 1987, beneficiou a 135,8 mil trabalhadores, dos quais aproximadamente 6% da região Norte do País, 46% da Nordeste, 7% da Centro-Oeste, 23% da Sudeste e 18% da região Sul. A concessão de benefícios por acidentes de trabalho na área rural atingiu a 129,6 mil trabalhadores em 1987, concentrados (88% desse total) nos seguintes estados: São Paulo (38.252), Rio Grande do Sul (34.907), Santa Catarina (13.658), Pernambuco (10.285), Paraná (8.768) e Minas Gerais (8.530).

Os benefícios reajustáveis pela política salarial e aqueles vinculados ao Salário Mínimo de Referência registraram um ganho real de 4,53%, dentro do objetivo governamental da recuperação gradativa de seu valor real. Além disso, na área rural os trabalhadores passaram a fazer jus à concessão do auxílio-reclusão e auxílio-doença comum, dentro do princípio de isonomia com os trabalhadores urbanos, e também à concessão da pensão por morte aos dependentes do trabalhador rural falecido em data anterior a 26 de maio de 1971 (anterior à data da Lei Complementar nº 11, de 29 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL — Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), no valor de meio Salário Mínimo de Referência.

A redução do tempo de resposta ao público e a eliminação de filas tornaram-se reais com a implantação de modernos equipamentos computadorizados e reforma nas instalações de 24 postos de atendimento da Previdência.

Na área de Saúde e Assistência Médica, as ações do Ministério da Previdência Social, executadas através do

Instituto Nacional de Assistência Médica — INAMPS, buscaram garantir o acesso universal e igualitário aos seus serviços, dentro do objetivo de melhorar o nível de saúde da população brasileira.

O INAMPS/MPAS despendeu, em 1987, recursos da ordem de CZ\$231,6 bilhões para o desenvolvimento dos seus diversos programas, dentre os quais destaca-se a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde — SUDS, que se realiza através de um processo de descentralização e co-gestão, via convênios entre o INAMPS/MPAS e os Ministérios da Saúde, Trabalho e Educação e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Os recursos do INAMPS/MPAS alocados e transferidos aos estados e municípios destinaram-se não só ao custeio das práticas médicas (consultas, internações, exames etc), como também ao financiamento da recuperação da rede física (hospitais, postos de saúde), viabilizando, assim, o fortalecimento e melhoria dos serviços prestados pelo Setor Público nos níveis estadual e municipal.

Em 1987, foram assinados convênios com 22 estados e com o Distrito Federal para a implantação dos SUDS, envolvendo recursos do INAMPS/MPAS da ordem de CZ\$56,8 bilhões.

Dentre os principais serviços prestados na área médica, em 1987, destacam-se: 194,5 milhões de atendimentos básicos; 236,8 milhões de consultas médicas ambulatoriais; 91,2 milhões de atendimentos odontológicos; 11,3 milhões de internações; 13 milhões de radiodiagnósticos (Raios X); e 65,8 milhões de exames de patologia clínica.

O Programa de Investimentos do INAMPS/MPAS buscou melhorar as condições de funcionamento de suas unidades assistenciais e de maior utilização de sua capacidade instalada, através da reforma, ampliação e reequipamento das unidades existentes, construção de novas unidades e pesquisa e cooperação técnica, com a aplicação de recursos da ordem de CZ\$8,1 bilhões.

Na área de assistência social, o MPAS vem viabilizando meios e condições para a efetiva promoção dos beneficiá-

rios de seus programas, de forma a compensar os efeitos adversos da pobreza existente em substancial parcela da população brasileira, através da ação da Fundação Legião Brasileira de Assistência — LBA e da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor — FUNABEM.

A atuação da LBA deu ênfase, em 1987, ao atendimento ao menor carente e à promoção social do indivíduo e da família, em termos de melhoria da renda.

As creches-casulo atendem de forma mais completa crianças de três meses a seis anos de idade, proporcionando alimentação, assistência na área de saúde, atividades psicopedagógicas e recreação, funcionando também como centro irradiador de ações dirigidas à família e à comunidade, tendo beneficiado cerca de 2.016 mil crianças. Para atender ao custeio das creches-casulo, a LBA despendeu, em 1987, CZ\$7,0 bilhões. Em 1987, foram reformadas e/ou ampliadas 14 mil creches, com dispêndios da ordem de CZ\$2,7 bilhões.

O Programa de Complementação Alimentar — PCA, que atende crianças de até três anos, gestantes e nutrizes com a distribuição de complementos alimentares beneficiava, em dezembro de 1987, cerca de 1,5 milhão de pessoas/mês, com um dispêndio de CZ\$2,8 bilhões ao longo de 1987. As ações do PCA não se limitam à distribuição de alimentos, pois também incluem o controle da imunização, incentivo ao aleitamento materno, terapia de reidratação oral e acompanhamento do crescimento das crianças.

Dentro do objetivo de promoção do indivíduo e da família, cerca de 40 mil unidades de produção — microempresas sociais — estavam em funcionamento em dezembro de 1987, desenvolvendo atividades que elevaram o rendimento das pessoas na faixa de renda familiar de até dois salários mínimos, tendo sido despendidos CZ\$3,7 bilhões.

O Programa de Saúde e Reabilitação Física e Mental, que visa ao atendimento ambulatorial nos Centros Sociais, atendeu a 4 milhões de pessoas em ações de saúde. No que se refere à reabilitação física e mental, atingiu-se, em dezembro de 1987, o atendimento de 150 mil pessoas/mês

portadoras de algum tipo de deficiência. Os recursos despendidos nesse programa, em 1987, alcançaram CZ\$1,8 bilhão.

O atendimento aos idosos, com ênfase no aproveitamento de seu potencial e sua inserção/manutenção no meio familiar e comunitário, beneficiou 142 mil pessoas em 1987.

A reinserção dos menores no contexto sócio-familiar, através de formação cívica, cultural e religiosa, realizada pela FUNABEM, alcançou 609 mil pessoas/mês em dezembro de 1987, tendo sido despendidos nesse programa, ao longo do ano, CZ\$4,6 bilhões.

Em 1987, a FUNABEM, dentro de sua estratégia de descentralização, implantou 15 Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor — CRIAM, com o objetivo de atender às crianças e adolescentes em situação de risco, tendo despendido, para isso, CZ\$508 milhões.

A programação de atividades do MPAS para 1988 prevê a manutenção das linhas que orientaram sua ação em 1987, com ênfase na modernização do aparelho previdenciário. Para isso, será dada continuidade e aprofundada a informatização dos serviços no sistema previdenciário, com formação apropriada de seus recursos humanos e prosseguimento do aperfeiçoamento da legislação previdenciária, a partir dos parâmetros que estão sendo reformulados pela Assembléia Nacional Constituinte.

Em 1988, espera-se completar a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde — SUDS, com a assinatura de convênios com os estados do Maranhão e Piauí.

O atendimento básico de saúde deverá atingir a quase 400 milhões de consultas, enquanto as consultas médicas ambulatoriais devem ficar próximas a 335 milhões e as internações a 13 milhões.

No final de 1988 as creches-casulo deverão estar atendendo a 4,4 milhões de crianças/mês e o Programa de Complementação Alimentar — PCA beneficiando a 2,5 milhões de pessoas/mês.

Com relação ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência física, as metas para 1988 são de 186 mil pessoas/mês em ações preventivas e 164 mil pessoas/mês no tratamento de reabilitação.

Os idosos atendidos ao final do corrente ano deverão estar ao redor de 1 milhão/mês e o atendimento ao menor, de forma direta e indireta, próximo a 734 mil/mês.

Na área de Previdência estima-se que o número total de aposentados alcançará a 6.105 mil, ou seja, 274 mil pessoas serão beneficiadas com a concessão de novas aposentadorias em 1988, sendo 120 mil por velhice, 63 mil por tempo de serviço e 91 mil por invalidez.

O programa de modernização da Previdência prevê o treinamento de 5 mil servidores e a instalação de 250 postos, já tendo sido iniciado o recadastramento dos beneficiários da Previdência, estimados em 7 milhões de pessoas.

MINISTÉRIO DA CULTURA

A atuação do Ministério da Cultura esteve voltada, em 1987, para a preservação do patrimônio e da memória cultural do País, o estímulo à criatividade artística do nosso povo, a defesa da identidade cultural brasileira e a divulgação e democratização do acesso aos bens culturais.

Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico nacional

A ação do Ministério, neste campo, centra-se, precisamente, na conservação e preservação do patrimônio cultural do País, assim considerados o conjunto de bens culturais móveis e imóveis, e os acervos museológicos, bibliográficos e arquivísticos.

O ano de 1987 assinalou o cinquentenário de criação do antigo Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A celebração do evento, aliada ao incentivo estabelecido pela Lei Sarney, propiciou que a iniciativa privada se

associasse ao Ministério da Cultura, na tarefa de preservação e valorização de bens culturais.

Buscando expandir sua atuação, o Ministério da Cultura instalou, em 1987, na região Amazônica, a Delegacia Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Difusão e Intercâmbio

No campo da difusão e intercâmbio de bens e serviços culturais, o Ministério buscou a abertura de vias de acesso a tais bens e serviços, promovendo e difundindo os valores da cultura nacional.

Dentre as programações desenvolvidas em 1987, destacam-se, nas artes plásticas, o apoio a XIX Bienal Internacional de São Paulo, a realização de exposições itinerantes do XIX Salão Nacional de Artes Plásticas e edições sobre artes plásticas em geral.

Na música erudita e popular, destacam-se a realização da VII Bienal da Música Brasileira Contemporânea e as homenagens e comemorações de datas festivas de artistas brasileiros, edição de partituras, livros e discos.

Nas artes cênicas, foi intensamente apoiada a realização de festivais, encontros e seminários, abrangendo atividades de circo, dança, ópera e teatro. Destaca-se, em 1987, a participação do Instituto Nacional de Artes Cênicas — INACEN na II Conferência Ibero-Americana de Teatro, realizada em Buenos Aires, onde ficou estabelecido ser o INACEN o centro de discussão de toda informação e difusão da didática teatral e das diferentes escolas de teatro da América Latina.

O intercâmbio externo, considerado como uma forma a mais de enriquecimento da nossa cultura e de afirmação da nossa presença no cenário internacional, também mereceu a atenção do Ministério, principalmente através do Projeto Brasil/França. Resultado de Acordo entre os dois países, este Projeto proporcionou duas exposições de relevo em Paris sobre Arte Popular Brasileira, no Grand Palais, e

Modernidade — Arte Brasileira do Século XX, no Museu de Arte Moderna, além da vinda de grupos franceses ao Brasil.

Especial ênfase foi dada às comemorações do centenário de Villa Lobos, celebrado em todo País e no exterior com o apoio do Ministério.

Apoio à Produção no Campo da Cultura em Geral

Ao Estado cabe apoiar seletivamente as distintas formas de produção cultural, sem interferir na criatividade artística. Neste sentido, a ação do Ministério tem sido a de incentivo e apoio, exercida de preferência através de instituições da própria sociedade.

Atento a este princípio tem o Ministério, nesta área, exercido ações de estímulo, quer através da concessão de recursos financeiros, quer através da concessão de bens e serviços de assistência técnica. Ressalte-se o apoio concedido às orquestras sinfônicas e a criação do Banco de Partituras da Música Sinfônica Brasileira; a instituição do Programa Nacional de Apoio às Bandas de Música, com a realização de 8 cursos e distribuição de 620 instrumentos a 89 bandas; ao Projeto Piloto de Apoio ao Artesão; e ao Concurso Ivan Serpa, de apoio à produção na área das Artes Plásticas.

No que concerne ao teatro, o Serviço Brasileiro de Teatro vem atuando na valorização da qualidade artística e cultural da atividade teatral em todo o País. Especial ênfase foi concedida à produção, à recuperação e adequação de espaços cênicos, à ampliação das oportunidades de veiculação de espetáculos, como também a programas de formação e informação técnica e artística, incluindo cursos, oficinas, publicação de textos e livros técnicos e culturais.

A Dimensão Cultural do Cotidiano

O Ministério atuou nas periferias urbanas através de projetos que envolvem a recuperação da memória social, o

desenvolvimento de experiências educacionais alternativas, a criação de espaços culturais móveis em bairros de baixa renda e a criação de oficinas artesanais.

Através do Projeto Teatro e Questão Agrária, em convênio com o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário — MIRAD, promoveu-se a discussão e divulgação do tema por intermédio do teatro, tanto através da encenação de espetáculos já existentes sobre a questão da terra, como pela realização de debates sobre o assunto, e a promoção de exposições itinerantes pelos diversos estados brasileiros. Participaram deste Projeto instituições estaduais e municipais, universidades e entidades de classe.

O Ministério da Cultura desenvolveu, em 1987, vários projetos de manutenção, preservação e difusão de acervos de museus e casas históricas, bibliotecas, entre as quais a Biblioteca Nacional, que vem executando o Programa de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, em articulação com estados e municípios.

Através do Pró-Documento, programa de iniciativa da Fundação Nacional Pró-Memória, foram realizadas pesquisas relacionadas com a guarda e conservação de documentos. Foi iniciado, em 1987, o Programa de Preservação dos Acervos dos Presidentes da República, que envolve, inclusive, pesquisas em conjuntos documentais privados relativos à sua vida e à sua obra.

Apoio à Produção Audiovisual

O Ministério tem atuado com vistas a estimular e apoiar a produção brasileira no campo audiovisual, em particular de filmes.

Com este propósito, foi reestruturado, em 1987, o Conselho Nacional de Cinema — CONCINE, de modo a permitir desempenho adequado na área da normatização e fiscalização das atividades cinematográficas e de vídeo, bem como de apoio e estímulo ao filme brasileiro de curta-metragem.

A Empresa Brasileira de Filmes — EMBRAFILME recebeu aporte adicional de recursos a fim de possibilitar a execu-

ção do Programa de Produção de Filmes Nacionais, resultando no aumento de um quarto da produção de filmes de longa-metragem.

Apoio a Projetos e Atividades Culturais — Lei Sarney

O ano de 1987 assinalou importante mudança nas relações entre a sociedade civil, os agentes culturais e o Estado. Graças aos incentivos fiscais instituídos pela Lei nº 7.505 — a Lei Sarney — foram destinados a cerca de 2.500 instituições culturais, cadastradas no Ministério da Cultura, mais de CZ\$1 bilhão, incrementando significativamente os recursos alocados pelo Governo em atividades culturais.

O universo das iniciativas beneficiadas pela Lei Sarney abrange grande variedade de projetos e atividades, incluindo prêmios à criação cultural e artística, parques ecológicos, doações de milhares de livros e bibliotecas, construção de teatros e museus, financiamento de filmes de longa-metragem e a instalação de espaços culturais integrados.

Ademais, o Ministério da Cultura tem aplicado diretamente, através do Fundo de Promoção Cultural, recursos oriundos dos incentivos fiscais, que beneficiaram municípios e instituições de menor porte, sem condições de receberem diretamente os recursos da Lei Sarney. Com este propósito foram assinados, em 1987, convênios que permitirão a instalação de espaços culturais em 32 cidades das regiões menos desenvolvidas do País.

Ações para 1988

Dentro do programa de consolidação do Ministério, 1988 caracterizar-se-á pelo aprimoramento institucional, mediante a criação de três novas fundações, já autorizada pela Lei nº 7.624, de 5 de novembro de 1987: Fundação Nacional Pró-Leitura — PRÓ-LEITURA, Fundação Nacional de Artes Cênicas — FUNDACEN e a Fundação do Cinema Brasileiro — FCB.

Dentre as ações programadas para 1988, destacam-se:

— as comemorações relativas ao centenário da abolição da escravatura, compreendendo eventos sob responsabilidade de unidades do próprio Ministério e apoio a atividades correlatas nas unidades da Federação e nos municípios;

— a conclusão das obras de restauração do Museu da República, prevendo-se sua reabertura em 1989, como parte das comemorações do Centenário da República;

— a continuidade ao Programa de Preservação dos Acervos Documentais dos Presidentes da República, compreendendo a criação de dois centros de documentação e a realização de pesquisas em 28 conjuntos documentais, inclusive privados, relativos à vida e obra dos presidentes;

— o aperfeiçoamento do sistema de arrecadação de recursos próprios do Ministério, assim como os decorrentes da Lei Sarney;

— a recuperação da Aldeia de Arcozelo, antiga Escola de Teatro, fundada por Pascoal Carlos Magno, assegurando o funcionamento de um espaço cultural destinado ao desenvolvimento de atividades ligadas às artes cênicas; e

— finalmente, dará continuidade à preservação do nosso patrimônio histórico, artístico e natural, à ampla difusão dos nossos valores culturais, dentro e fora do País, prestará apoio à produção cultural e buscará o fortalecimento das áreas relativas ao livro, às artes cênicas e ao cinema.

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE

O Decreto-Lei nº 95.075, de 22 de outubro de 1987, transformou o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente — MDU em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente — MHU, com as competências de formulação e execução das políticas habitacional, de sanea-

mento básico, de desenvolvimento urbano, de meio ambiente e de transporte urbano. O mesmo decreto-lei a ele transferiu a Caixa Econômica Federal — CEF.

O Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente tem conferido prioridade à população de baixa renda na execução de programas de saneamento (água, esgoto, drenagem, limpeza urbana), habitação (construção, reforma e infra-estrutura de moradia), transporte urbano e proteção ao meio ambiente. Além desses investimentos setoriais, o MHU prossegue na implantação dos Programas de Desenvolvimento Urbano Integrado que beneficiam os habitantes das regiões metropolitanas e das cidades médias, apoiando, ainda, as administrações municipais.

Através da Portaria MHU nº 186, de 6 de novembro de 1987, foi criado um grupo de trabalho com a incumbência de propor medidas para que fossem efetuados ajustes necessários na política então vigente do Sistema Financeiro da Habitação — SFH, bem como atender um dos principais anseios da sociedade brasileira que é a aquisição de moradia própria, favorecendo as classes de menor renda. Nesse sentido, foram estabelecidas novas condições de juros e níveis de comprometimento de renda para os financiamentos do SFH.

Em 1987, no âmbito de atuação do MHU e dos órgãos sob sua gestão, foram investidos recursos da ordem de CZ\$131.276,4 milhões. Desses, 90% foram efetuados pela CEF.

O programa de ação do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente — MHU está baseado, fundamentalmente, na definição das prioridades sociais específicas aos projetos de sua competência, concentrando esforços naqueles que apresentam como características básicas a descompressão urbana, a geração de empregos, a redistribuição de renda e o uso de materiais locais, visando, principalmente, o atendimento da população de baixa renda.

Dessa forma, o Ministério destinou, em 1987, nos seus programas-fim, recursos no valor de CZ\$11.642,5 milhões, sendo CZ\$3.742,5 milhões para habitação, CZ\$4.486,1 mi-

lhões para saneamento, CZ\$2.593,2 milhões para infraestrutura urbana e CZ\$820,7 milhões para os demais programas geridos diretamente pelo MHU.

Habitação

A política habitacional do MHU, em 1987, teve como principais diretrizes: a ampliação do atendimento às áreas empobrecidas, beneficiando em especial a população com renda familiar inferior a três salários mínimos; a melhoria das condições de habitabilidade nas favelas, mediante a implantação de infra-estrutura urbana; e o incentivo à redução de custo de habitação através do apoio à tecnologia e à produção de materiais de construção.

Os contratos assinados no âmbito da CEF e os convênios realizados pelo MHU permitirão a construção de cerca de 275 mil moradias, sendo 130 mil financiadas com recursos oriundos do FGTS, 95 mil provenientes das cadernetas de poupança e cerca de 50 mil do Tesouro Nacional.

Esta programação envolve CZ\$211 bilhões, dos quais CZ\$153 bilhões relacionados ao seguimento da CEF que opera com captação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE, CZ\$51 bilhões do FGTS e CZ\$2 bilhões dos programas geridos diretamente pelo MHU com recursos do Tesouro Nacional.

Saneamento

Os principais programas executados diretamente pelo MHU envolveram recursos de CZ\$4.486,1 milhões assim discriminados: abastecimento de água — contemplando 200 mil pessoas (40 mil ligações) com investimento de cerca de CZ\$319,6 milhões; esgotamento sanitário — beneficiando 240 mil pessoas (48 mil ligações) com investimentos de CZ\$1.241,7 milhão; limpeza urbana — aplicação de CZ\$161,5 milhões; drenagem fluvial e canalização de cursos d'água — envolvendo CZ\$2.763,3 milhões, mediante convênios com estados, prefeituras e com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS.

Os investimentos no campo de saneamento, contratados pela Caixa Econômica Federal, atingiram CZ\$64.341,7 milhões, assim distribuídos: abastecimento de água — beneficiando 4,0 milhões de pessoas (771 mil ligações), referentes à contratação de obras no valor de CZ\$35.100,0 milhões; esgotamento sanitário — contratados CZ\$23.341,7 milhões com o objetivo de atender a 1,6 milhão de pessoas (317 mil ligações); drenagem pluvial e outras melhorias sanitárias — contratados CZ\$5,9 bilhões incluindo-se a drenagem de 1,2 milhão de metros.

Desenvolvimento Urbano Integrado

As ações de desenvolvimento urbano integrado voltadas para as regiões metropolitanas e as cidades de porte médio contemplaram a implantação de obras de infraestrutura urbana e social, geração de emprego e renda e melhoria dos sistemas de gestão.

O Programa Regiões Metropolitanas contemplou, em 1987, Recife, Salvador e Curitiba. Para Recife, a dotação orçamentária, em 1987, foi CZ\$1.124,41 milhão, aplicados em 14 municípios, para urbanização de favelas, construção de moradias de baixo custo, saneamento básico, melhoria do sistema viário, além de aperfeiçoamento institucional.

Para a região metropolitana de Salvador, a dotação orçamentária foi CZ\$191,4 milhões, dos quais CZ\$168,2 milhões liberados para ações de fortalecimento institucional, aquisição de equipamentos e serviço de limpeza urbana e aprimoramento dos serviços de manutenção da infraestrutura urbana.

A região metropolitana de Curitiba prepara atualmente a sua proposta de investimentos para financiamento do BIRD. No ano de 1987 foram aplicados CZ\$ 30 milhões na preparação de estudos de pré-projeto.

No âmbito da Caixa Econômica Federal — CEF, a área de desenvolvimento urbano desembolsou, em 1987, recursos de CZ\$6,4 bilhões, dos quais 55% destinaram-se à recuperação acelerada de comunidades urbanas de pequeno porte — Projeto CURA.

Ação Municipal

O Ministério vem atuando em diversas atividades tais como a melhoria das bases cartográfica e cadastral, aperfeiçoamento organizacional e de planejamento, além de aperfeiçoamento institucional e melhoria administrativa, no valor de CZ\$157,0 milhões.

Dentro da área de atuação da Caixa Econômica Federal — CEF, foram firmados, em 1987, convênios no valor de CZ\$35,7 bilhões, beneficiando 520 municípios brasileiros. Tais ações permitiram, entre outros, a pavimentação de 48 milhões de metros quadrados de vias públicas e a drenagem de 2,6 milhões de metros.

Transportes Urbanos

Em 1987, as ações do Ministério na área de transportes urbanos concentraram-se em segurança de tráfego, conservação de energia, evolução tecnológica e gerenciamento setorial.

A atuação do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente — MHU objetivou:

- a transformação do «vale-transporte» em instrumento obrigatório; e
- a superação das crises financeiras que atingiram o setor, face à manutenção de tarifas irrealistas, colocando para isso, em prática, diversas medidas: a venda de óleo diesel às transportadoras urbanas, a preços de revendedor, e a dilatação no prazo de pagamento e abertura de crédito para aquisição de veículos.

Cerca de 120 cidades participaram desse esforço conjunto que reuniu o poder federal, o poder municipal local e a iniciativa privada, com resultados sociais relevantes.

A Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU desenvolveu ações significativas, tais como investimentos e apoio técnico e operacional através de convênios com 147 municípios, atendendo um total de 49 grandes áreas urbanas, com a seguinte distribuição regional:

-
- Norte: 2 áreas urbanas com 3 municípios;
 - Nordeste: 21 áreas urbanas com 56 municípios;
 - Centro-Oeste: 6 áreas urbanas com 6 municípios;
 - Sudeste: 10 áreas urbanas com 44 municípios; e
 - Sul: 10 áreas urbanas com 38 municípios.

Especificamente a EBTU, sob a orientação do MHU, conduziu os seguintes programas:

— Programa de Investimentos em Transportes Urbanos — PITU que aplicou CZ\$438 milhões em pavimentação de vias, sinalização e apoio institucional, beneficiando cerca de 18 milhões de pessoas em 63 municípios;

— Programa de Apoio aos Sistemas Locais e Transportes em Aglomerados Urbanos e Cidades de Porte Médio — PROURB, que visa realizar investimentos de baixo custo em infra-estrutura, gerenciamento e na operação dos transportes urbanos. Foram realizados convênios para atendimento a 17 cidades, beneficiando 3 milhões de habitantes, com recursos da ordem de CZ\$655 milhões. Para o próximo ano, as previsões são de que esses números atinjam 100 cidades e 20 milhões de habitantes;

— O IV Acordo EBTU/Banco Mundial — BIRD IV — com investimentos previstos de US\$400 milhões em quatro anos, nas nove regiões metropolitanas, dos quais 75% sob a responsabilidade do Governo Federal. Esse programa pretende reduzir os custos totais das viagens urbanas, tendo destinado para 1988 a importância de CZ\$578 milhões.

O MHU desenvolve, ainda, em relação ao transporte urbano, um conjunto de programas específicos, tais como: Renovação de Frota, Programa Nacional de Transporte de Massa, Estudo de Segurança de Tráfego e Utilização de Gás Natural, entre outros.

Meio Ambiente

O Governo, através da Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA buscou promover a utilização racional

dos recursos naturais e a manutenção e melhoria da qualidade do meio ambiente pela implantação de um processo contínuo de gestão ambiental e do controle dos vários tipos de poluição.

No exercício de 1987, o Conselho Nacional de Meio Ambiente — CONAMA firmou-se como órgão atuante na discussão e controle das questões ecológicas. Nesse período, foram criadas e aprovadas as seguintes Câmaras Técnicas de Acompanhamento à Assembléia Nacional Constituinte; Saneamento Básico; Zoneamento Ecológico-Econômico; Recursos Hídricos; Poluição Industrial; Agro-tóxicos; Mineração; e Flora e Fauna.

Foram programas prioritários, em 1987: Sistema Nacional de Meio Ambiente; Controle da Poluição Industrial; e Implantação e Ampliação de Estações Ecológicas e de Unidades de Conservação.

O Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores — PROCONVE, com a finalidade de reduzir, significativamente, a poluição produzida por veículos automotores, concedeu, em 1987, a grande parte dos fabricantes nacionais de veículos, as primeiras licenças para uso da Configuração de Veículos ou Motos — LCVM.

Em 1987, foram repassados pela SEMA aos estados do Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e Rondônia recursos de CZ\$6,2 milhões, destinados a estudos de avaliação e controle nas áreas em que existam atividades de garimpagem de ouro, para evitar a contaminação pelo uso indiscriminado de mercúrio metálico.

A SEMA, dando continuidade a sua política de proteção ao meio ambiente, repassou, em 1987, aos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, recursos que ultrapassaram CZ\$6,8 milhões.

Convém citar, ainda, o convênio assinado com a Secretaria de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, no valor de CZ\$6 milhões, para implantação de escritórios regionais de política ambiental.

Em 1987, a SEMA, visando a negociação de financiamento externo, desenvolveu estudos para a elaboração do Programa Nacional do Meio Ambiente, objetivando o estabelecimento de uma política compatível com a melhoria da qualidade do meio ambiente e da própria vida da população.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em 1987, continuou o Ministério da Ciência e Tecnologia o esforço de constituição de estrutura institucional administrativa para formular e implementar a política de desenvolvimento científico e tecnológico do País. Destacam-se, neste ano, a criação das Secretarias de Novos Materiais, Química Fina e Mecânica de Precisão e a consolidação da Secretaria de Biotecnologia. Merece referência, ainda, a estruturação do Conselho Científico e Tecnológico — CCT, recentemente implantado, que passando a dispor de poder deliberatório, deverá constituir-se no principal instrumento institucional de articulação e operação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

Investimentos em Ciências e Pesquisa

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq procurou ampliar a capacitação nacional, incentivando a pesquisa e apoiando e estimulando a formação de recursos humanos.

Houve, em 1987, um substancial acréscimo na concessão de bolsas de estudo no país e no exterior, que passaram, respectivamente, de 12 para 20 mil e de 900 para 1.300. O apoio aos cursos de mestrado, doutoramento, pesquisa, aperfeiçoamento e iniciação científica deverá se intensificar, ainda mais, em 1988, quando deverão ser beneficiados 37 mil pesquisadores que desenvolverão seus trabalhos no Brasil, e 10 mil no exterior.

Não somente o número, mas também o valor real das bolsas, no Brasil, cresceu substancialmente em 1987, enquanto aquela, destinada ao bolsista no exterior, dobrou em relação ao ano anterior.

Dentro dos programas federais de incentivo ao desenvolvimento econômico e social, de âmbito regional, o CNPq vem contribuindo com três importantes iniciativas: o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste — PDCT/NE, o Programa do Trópico Semi-Árido — PTSA e o Programa do Trópico Úmido — PTU.

O CNPq possui, também, unidades próprias de pesquisa que vêm recebendo apoio financeiro crescente nos últimos anos, chegando a representar, em 1987, a quinta parte dos recursos orçamentários do Conselho. Neste ano, teve continuidade a implementação do Laboratório Nacional de Luz Síctron — LNLS, em Campinas (SP).

Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP

A Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP tem por objetivo fomentar, técnica e financeiramente, estudos, pesquisas, programas e projetos na área de ciência e tecnologia, de instituições acadêmicas e empresas, segundo prioridades definidas pelo Governo Federal. Os recursos aplicados pela FINEP, em 1987, cresceram, em termos reais, aproximadamente 44% em relação a 1986.

A FINEP atua seguindo quatro linhas principais: o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional — ADTEN, o Programa de Apoio a Usuários de Serviços de Consultoria — AUSC, o Programa de Apoio à Consultoria Nacional — ACN e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT.

Em 1987, foram contratados cerca de 250 projetos das linhas ADTEN, AUSC e ACN, concentrados em mais de 80% nas áreas de mineração, metalurgia e mecânica, material elétrico, eletrônico e de comunicações, química, plásticos e álcool, além de construção civil, engenharia e consultoria.

As operações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT significaram 650 proje-

tos nas áreas de ciências sociais, química e agropecuária, informação científica e tecnológica, e eletrônica e informática, com recursos a fundo perdido.

Biotechnologia

Para o Programa de Ação em Biotechnologia, foram considerados prioritários, em 1987, os setores de saúde, agropecuária, alimento e energia. Apoiando as ações dirigidas ao crescimento da capacitação científica e tecnológica no País, para viabilizar a incorporação de processos biotecnológicos no setor produtivo, o Sistema Integrado de Biotechnologia — SIB tem concentrado esforços na formação de recursos humanos nos diversos graus de ensino e na montagem de infra-estrutura compatível.

O SIB consiste em uma rede de cooperação a nível nacional que une, por área temática, os núcleos de produção científica e tecnológica dedicados a uma mesma linha de pesquisa. Pretende-se estruturar o SIB a partir da criação de Centros Integrados em Biotechnologia — CIB para cada uma das regiões do Brasil.

Criada através do Decreto nº 95.177, de 10 de novembro de 1987, a Comissão Interministerial de Biotechnologia — CIBT, coordenada pelo MCT, tem o objetivo de integrar e ordenar as ações desenvolvidas pelos segmentos institucionais ligados à área.

Por outro lado, a implantação efetiva de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico depende de uma estreita cooperação internacional, inclusive ao nível do setor produtivo. Para a realização desse objetivo, foram firmados acordos com a Argentina e Portugal, ressaltando-se a aprovação e o início, em 1987, das atividades relacionadas aos projetos binacionais do Centro Brasileiro/Argentino de Biotechnologia.

Informática

A ação da Secretaria Especial de Informática — SEI buscou consolidar, em 1987, os objetivos indicados pela Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984. Esta Lei passou a

ser conhecida como Lei de Informática dentro do I Plano Nacional de Informática — PLANIN, elaborado pelo Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN e aprovado pelo Congresso Nacional, em 17 de abril de 1986.

As ações técnicas e administrativas da SEI envolveram a anuência prévia para importação de cerca de US\$750 milhões de bens de informática, a análise e aprovação de aproximadamente 600 projetos de desenvolvimento e produção em diversos segmentos do setor e a aprovação de planos anuais de capitalização de empresas e concessão de incentivos fiscais a projetos de pesquisa e desenvolvimento e produção.

Objetivando a aplicação coordenada de recursos financeiros públicos, destinados ao fomento das atividades de informática, a SEI buscou encetar, na análise de projetos empresariais, ações conjuntas com o BNDES, a FINEP e o FIPEC.

Foi implantado, em 1987, o Sistema de Informações — SISEI, dotando a Secretaria de meios adequados à execução das crescentes atividades sob sua responsabilidade. Trata-se de sistema de apoio à decisão, sob os pontos de vista operacional e gerencial, agilizando o fluxo de documentos que tramitam no órgão e servindo de suporte à sua atividade-fim.

Inúmeros projetos e programas vêm sendo desenvolvidos através do Centro Tecnológico para Informática — CTI, que tem por finalidade promover o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, destacando-se: acompanhamento de programas de nacionalização de produtos fabricados por empresas estrangeiras; compatibilização de diversos programas de pesquisa em microeletrônica, realizados em universidades e no próprio CTI; atividades de desenvolvimento e disseminação de tecnologia de interesse do setor produtivo, realizadas mediante contratos e convênios; e programas de interesse estratégico, como os projetos Fábrica de Máscaras e Fábrica de *Software*.

Com o Projeto Fábrica de Máscaras, busca-se o domínio do ciclo completo da produção de componentes semicondutores, visando atenuar a dependência tecnológica

hoje existente e melhorar a competitividade internacional dos produtos brasileiros. O MCT tem incentivado o crescimento das atividades produtivas no setor da microeletrônica e o desenvolvimento da capacidade tecnológica própria. No momento atual, pretende-se implantar a litografia e difusão de circuitos integrados, etapas que, juntamente com as de projeto e encapsulamento, já praticadas no Brasil, constituem a cadeia básica de produção de componentes.

Já o Projeto Fábrica de *Software* baseia-se, presentemente, no treinamento, no exterior, de técnicos brasileiros que deverão absorver o estado da arte internacional em metodologias e processos para a especificação, desenvolvimento e testes de *software*.

Pesquisa Espacial

A pesquisa espacial no Brasil apóia-se, principalmente, nas atividades do Instituto de Pesquisas Espaciais — INPE. Durante o ano de 1987, o INPE deu continuidade ao seu trabalho nos campos básico e aplicado das ciências espaciais e atmosféricas, dedicando-se a atividades e projetos de suporte aos programas espaciais e de desenvolvimento de sistemas de engenharia e tecnologia espacial. As informações sobre alvos à distância, propiciadas por sensoriamento remoto, vêm possibilitando o conhecimento do território brasileiro e o acompanhamento das modificações de seu meio ambiente.

A aquisição de dados no Brasil, à qual foi dada continuidade em 1987, teve seu início quando do rastreamento do satélite Landsat através da instalação, pelo INPE, de um complexo sistema de coleta, processamento e geração de imagens, cobrindo todo o País e grande parte da América do Sul.

Os trabalhos do projeto de desenvolvimento de satélites vêm-se constituindo em fator decisivo para a aquisição de capacidade tecnológica nacional, necessária para que se atinja os objetivos da Missão Espacial Completa Brasileira — MECB. O lançamento do primeiro satélite brasileiro está programado para 1989.

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

O ano de 1987 foi marcado pela necessidade de se revisar as metas estabelecidas no Plano Nacional de Reforma Agrária — PNRA e pela elaboração da estratégia de ação para alcançá-las. Medidas de caráter administrativo foram adotadas, visando unificar as estruturas responsáveis pela condução do processo de reforma agrária, através da incorporação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — MIRAD.

O Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987, introduziu modificações no sistema de obtenção de terras para a reforma agrária, com a exclusão do processo desapropriatório da pequena e média propriedade rural. Com base nesse decreto não podem ser desapropriadas propriedades rurais com área contínua de até 1.500 hectares na Amazônia legal, de até mil hectares no Centro-Oeste, de até 500 hectares no Nordeste e de até 250 hectares no restante do País. Ao proprietário do imóvel desapropriado concedeu-se o direito de manter em seu poder 25% dessa área até o limite de 2.500 hectares.

Com o objetivo de ampliar a disponibilidade de recursos para implantação do programa, foi solicitado ao Congresso Nacional, através de Mensagem Presidencial nº 53/87, autorização para emissão adicional de 100 milhões de títulos da dívida agrária, no valor de 500 milhões de OTNs. Quando aprovada, essa medida propiciará ao governo um aumento na sua capacidade de emissão de títulos para desapropriação de novas terras.

Foram declarados de interesse social e desapropriados para fins de reforma agrária 854.518 hectares assim distribuídos: Norte, 321.026ha; Nordeste, 306.471ha; Centro-Oeste, 154.160ha; Sudeste, 56.868ha; e Sul, 15.993ha; perfazendo pelo governo da Nova República, em pouco mais de dois anos, 2.266.688 hectares, ou seja, quase a metade do realizado durante os últimos 20 anos.

Com a aceleração do processo de desapropriação, foi possível, em 1987, ampliar consideravelmente o número de projetos para assentamento. Os 198 projetos criados têm a capacidade de atender 33.011 famílias, representando meta três vezes superior a alcançada em 1986. A distribuição espacial das famílias é a seguinte: Norte, 11.868; Nordeste, 11.271; Centro-Oeste, 6.341; Sudeste, 1.516; e Sul, 2.015.

Paralelamente, mantiveram-se entendimentos com os estados e ministérios para a execução de ações complementares ao Programa de Reforma Agrária. Dentre estas, cabe destacar:

- assinatura de convênios com os governos de 18 estados para participação na implantação da reforma agrária;

- criação de comissões do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária — PROCERA, em 22 estados da Federação. Através destas, será agilizado o processamento da concessão do crédito de custeio e investimento às famílias assentadas, permitindo, já neste ano, aplicação de recursos da ordem de CZ\$1,7 bilhão; e

- destaque de recursos específicos para ações complementares de reforma agrária, nos orçamentos dos outros ministérios, através das articulações no âmbito da Comissão Interministerial de Desenvolvimento Rural — CIDR, da qual participam 14 ministérios.

Dada a complexidade que envolve a implantação dos projetos de assentamento e a curta experiência do MIRAD, tem-se verificado uma permanente defasagem entre as metas fixadas e as efetivamente alcançadas.

Para 1988, objetiva-se assentar 200.000 famílias em área de 6 milhões de hectares. As novas medidas estabelecidas pelo governo garantem as condições necessárias para o atingimento das metas estabelecidas.

Com a edição do Decreto-Lei nº 2.363/87, que exclui os pequenos e médios produtores rurais do processo de desapropriação e dá ao proprietário o direito de manter a posse de parte da área desapropriada, espera-se que sejam superadas as resistências políticas ao processo de implantação de reforma agrária.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

O Estado-Maior das Forças Armadas, como órgão de coordenação superior, encarregado do preparo e emprego da estratégia nacional referente à expressão militar, fixou sua atuação, no ano de 1987, na formulação de políticas no campo militar com abrangência social.

Suas principais atividades compreenderam:

— conclusão do texto básico da Política Militar Brasileira, documento essencial para o estabelecimento das diretrizes que permitirão às Forças Armadas disporem de um suporte para seus documentos de Políticas Setoriais;

— compatibilização do texto da Doutrina Militar Brasileira a fim de submetê-lo à aprovação do Conselho de Chefes de Estado-Maior;

— confecção de documento visando à implantação e operação da defesa aeroespacial no País;

— entendimento com a República Popular da China visando à cooperação no desenvolvimento conjunto de um satélite de sensoriamento remoto, a cargo do Instituto de Pesquisas Espaciais — INPE.

— prosseguimento das atividades da Escola Superior de Guerra — ESG na formação de assessores militares e civis de alto nível;

— continuidade do projeto do Sistema Militar de Comando e Controle — SISMBC, do Simulador Estratégico do EMFA — SIEMFA, em fase de utilização e aperfeiçoamento, e do Projeto Missão Espacial Completa Brasileira, da ativação simulada da estrutura militar de guerra com a realização das fases de planejamento operacionais e conclusão dos estudos preliminares de logística e mobilização.

Entre as constantes preocupações do EMFA com os aspectos envolvendo os componentes das Forças Armadas, para possibilitar adequadas condições ao desempenho eficiente de suas missões, destacam-se:

— atualização das rações operacionais e esforços na área de alimentação, como o aprimoramento dos princípios gerais de higiene, noções de nutrição e hábitos alimentares;

— execução de várias competições esportivas entre as Forças Singulares, permitindo a participação de representações das Forças Armadas em eventos desportivos militares internacionais; e

— atenção e melhoria do atendimento médico-hospitalar realizado pelo Hospital das Forças Armadas.

Merece, ainda, citação a participação ativa do EMFA em programas de apoio social às populações carentes dos municípios de Benjamim Constant, São Paulo do Oliveira, Amaturá e Santo Antonio do Içá, através de projetos integrados com os Ministérios da Previdência e Assistência Social, Saúde, Interior e governo do Estado do Amazonas.

Para o ano de 1988, as atividades prioritárias a serem desenvolvidas são:

— trabalho Interforças visando ao acerto final do texto do documento de Política Militar Brasileira;

— reformulação e atualização da Lei de Segurança Nacional, compatibilizando-a com o novo texto constitucional; e

— expansão do Programa de Apoio Social Especial Integrado.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

A atuação da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República e suas entidades vinculadas compreendeu, em 1987, um conjunto de atividades nas áreas de planejamento, orçamento, financiamento de longo prazo, articulação com estados e municípios, administração de fundos e programas especiais de desenvolvimento e de assistência social, produção de estatísticas, privatização de empresas sob controle do setor público e administração do Programa Grande Carajás.

Planejamento

As atividades de planejamento concentraram-se no Programa de Ação Governamental-1987/91, oficializado pelo Decreto n.º 94.991, de 30 de setembro de 1987, cuja elaboração esteve a cargo do Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA desta Secretaria.

O Programa de Ação Governamental tem como objetivos principais:

— a promoção do crescimento econômico, buscando otimizar a taxa de incremento do PIB;

— o desenvolvimento do mercado interno, com a crescente geração de novas oportunidades de empregos;

— a ampliação das exportações, para fazer face às necessidades de importações e aos compromissos do País; e

— a priorização da área social na alocação dos recursos públicos.

Contendo uma programação tipicamente de médio e longo prazos, o Programa de Ação Governamental detalha metas setoriais e espaciais, através de um conjunto de programas e projetos, definidos em função das prioridades para o desenvolvimento brasileiro.

Do ponto de vista do gasto público, a grande ênfase do Programa recai na área social, contemplada, no período 1987/91, com 54% dos dispêndios. Nessa área, destacam-se como ações prioritárias a previdência e a assistência social, os projetos de mutirão contra a pobreza, a habitação, educação, a reforma agrária, alimentação e a nutrição, além dos programas de desenvolvimento regional e urbano.

Também realizados no IPEA e assessorias da SEPLAN, tiveram prosseguimento os estudos e pesquisas de natureza econômica e social para o planejamento; a análise de projetos; documentos e pleitos encaminhados à SEPLAN com vistas à alocação de recursos; o exame de problemas setoriais específicos; e o acompanhamento da conjuntura econômico-social e das políticas fiscal e monetária. Ao mesmo tempo, deu-se continuidade à capacitação de recursos

humanos nas áreas de planejamento e orçamento, através do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico — CENDEC e do Instituto de Orçamento — INOR, órgãos integrantes do IPEA.

Orçamento

Destacou-se, como principal atividade na área de orçamento em 1987, a elaboração pela Secretaria de Orçamento e Finanças da proposta orçamentária da União para 1988, aprovada pelo Congresso Nacional e que, sancionada pelo Poder Executivo, converteu-se na Lei n.º 7.632, de 3 de dezembro de 1987.

Referida lei complementa o processo de unificação orçamentária do Governo Federal, reunindo pela primeira vez, em um único documento, a programação da despesa dos órgãos e entidades da administração direta e indireta e dos fundos especiais, assim como as operações oficiais de crédito, abrangendo, portanto, os gastos públicos até então financiados pelo chamado orçamento monetário.

Nele incluem-se, pois, além das rubricas tradicionais, os desembolsos relacionados com os programas de crédito anteriormente criados pelo Conselho Monetário, tais como subsídios, aquisição de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos, formação de estoques reguladores, saneamento, financiamento às exportações, entre outros programas prioritários.

O orçamento da União para 1988 foi ainda elaborado de acordo com os objetivos e metas do Programa de Ação Governamental observando-se, ao mesmo tempo, as restrições quanto ao déficit público, os limites de investimentos e o nível de endividamento do setor público.

Assim, a partir da implementação dessa medida, todos os gastos e receitas da União, considerados em seu mais amplo conceito, passaram a subordinar-se ao rito orçamentário, o que enseja as seguintes vantagens:

— conhecimento antecipado, pela sociedade, do montante global das receitas e despesas do Governo, bem como do desequilíbrio delas resultantes;

— submissão ao Congresso Nacional da decisão quanto aos montantes e finalidades dos gastos públicos;

— eliminação de fontes autônomas de criação de despesas; e

— realização dessas despesas segundo processo seguro e consagrado de execução orçamentária.

Visando à melhoria dos processos de elaboração e administração orçamentária, está prevista para 1988 a implantação de novos sistemas de acompanhamento físico-financeiro dos principais projetos e atividades integrantes do orçamento, assim como de processamento de créditos adicionais. Prevê-se, também, o início da implantação de um sistema de teleprocessamento de dados entre a Secretaria de Orçamento e Finanças e os órgãos setoriais do sistema orçamentário, além da capacitação de recursos humanos para a administração orçamentária e financeira.

Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário

Ação Comunitária

As atividades da Secretaria Especial de Ação Comunitária — SEAC compreenderam, em 1987, a administração do Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes — PNLCC e do Programa Nacional de Ação Comunitária — PAC, além de 5 novos programas confiados à Secretaria a partir da oficialização do Programa de Ação Governamental — PAG: o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais; o Programa de Apoio ao Pequeno Agricultor — PARURAL; o Sistema de Atividades Comunitárias Integradas — SACI; o Programa de Escolas Rurais Comunitárias — PERC; e o Programa de Apoio às Comunidades Faveladas — Fala Favela.

O PNLCC ultrapassou, em 1987, a meta programada, ao registrar, em dezembro, o atendimento diário a 6 milhões de crianças carentes, com até 7 anos de idade, filhos de famílias com renda mensal de até 2 salários mínimos.

Resultados igualmente expressivos foram registrados com relação ao Programa de Ação Comunitária — PAC.

Ao final de 1987, haviam sido implantados 45 mil projetos comunitários, em 2.800 municípios, graças ao trabalho de 830 mil voluntários, que beneficiaram diretamente 30 milhões de brasileiros. Mencionados projetos compreendem: 2.331 hortas e pomares comunitários; 1.044 serviços de mecanização comunitária; 689 instalações de telefonia comunitária; 1.141 projetos de teatro amador; 2.588 bibliotecas comunitárias; 6.088 reparos em escolas primárias; 3.492 projetos de hortas para alimentação escolar; 1.642 cursos pré-profissionalizantes; 7.398 centros esportivos comunitários; 1.131 mutirões habitacionais; 3.137 obras comunitárias de saneamento; 2.774 creches comunitárias; 3.141 campanhas de roupas e agasalhos; 3.473 postos médicos comunitários; 2.807 pontes; e 2.128 projetos especiais de ação comunitária.

Dentre os novos programas cometidos à SEAC, a partir da oficialização do PAG, em setembro de 1987, merece destaque o Programa de Mutirões Habitacionais que lançou a construção de 500.000 moradias de baixo custo.

Cabe salientar o baixo custo de administração dos projetos a cargo da SEAC, que representou, em relação ao custo total, 2,1%, no caso do Programa do Leite, e 3%, no caso do Programa de Ação Comunitária.

Para o ano de 1988, está previsto o atendimento, através do PNLCC, a 9,6 milhões de crianças carentes, filhos de 3,6 milhões de famílias de baixa renda, estendendo-se a cobertura do Programa a um total de 1.000 municípios brasileiros.

FINSOCIAL e FAS

A destinação dos recursos do FINSOCIAL, segundo setores prioritários, manteve em 1987 o mesmo perfil observado no ano anterior, incorporando-se à programação, no entanto, uma nova área, a de Justiça, em virtude da Lei n.º 7.611, de 8 de julho de 1987.

As alocações globais do Fundo somaram CZ\$74,8 bilhões, dos quais CZ\$2,0 bilhões provenientes do saldo do exercício anterior, e tiveram a seguinte distribuição: Ali-

mentação, CZ\$25,2 bilhões (33,7%), aplicados em programas de suplementação alimentar de grupos vulneráveis e carentes, a cargo dos Ministérios da Saúde e da Educação e da SEAC—SEPLAN, e no Programa Abastecimento Popular, executado pelo INAN, COBAL e governos dos estados do Nordeste; Saúde, CZ\$12,6 bilhões (16,8%), contemplando programas de controle de doenças transmissíveis, distribuição de medicamentos, infra-estrutura de serviços de saúde e saneamento básico; Habitação Popular, CZ\$10,8 bilhões (14,4%), alocados a programas de construção de moradias de baixo custo e urbanização de lotes e de favelas; Apoio ao Pequeno Agricultor, CZ\$10,5 bilhões (14,0%); Programação Integrada, CZ\$8,8 bilhões (11,0%), destinados a programas de apoio à criança, administrados pela LBA, ao sistema de defesa civil, às atividades da SEAC—SEPLAN e a programas de infra-estrutura urbana para a população carente, sob responsabilidade do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; e Educação, exclusive merenda escolar, CZ\$6,1 bilhões (8,2%).

No que concerne ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, foram alocados, em 1987, CZ\$14,2 bilhões a programas e projetos de educação, saúde, desenvolvimento urbano e segurança pública, dos quais CZ\$13,7 bilhões através de operações de financiamento da Caixa Econômica Federal e CZ\$500 milhões com recursos a fundo perdido.

Financiamento do Desenvolvimento

Sistema BNDES

O financiamento de longo prazo, a projetos de infraestrutura e industriais, continuou a ser feito basicamente com os recursos aplicados através do Sistema BNDES, integrado pelo BNDES, BNDESPAR e FINAME.

As operações aprovadas pelo sistema BNDES, em 1987, totalizaram CZ\$309 bilhões, sendo que aquelas financiadas com recursos ordinários somaram CZ\$281 bilhões, com crescimento real de 50% em relação a 1986.

Os desembolsos dos recursos ordinários atingiram CZ\$272 bilhões, com crescimento real de 24% em relação ao ano anterior.

O apoio financeiro à indústria continuou predominante, respondendo por 74% dos desembolsos. Merece destaque, todavia, a ênfase concedida pelo sistema aos projetos de energia, com crescimento real de 181%, e às pequenas e médias empresas, com expansão real de 82%, ambos em relação a 1986. Os desembolsos às pequenas e médias empresas representaram 20% do total efetuado pelo Sistema.

No que concerne ao apoio a setores novos enfatizou-se, pelo terceiro ano consecutivo, a implantação de projetos de informática, microeletrônica, química fina e biotecnologia.

Nos setores de siderurgia, papel e celulose, química e petroquímica, metalurgia de não-ferrosos, cimento e bens de capital, o Sistema BNDES priorizou a modernização e a expansão de empresas, com vistas ao aumento da produtividade e crescimento das exportações.

O orçamento de investimento do Sistema BNDES prevê para 1988 aplicações totais da ordem de CZ\$492 bilhões. Estima-se que 40% desses recursos deverão ser desembolsados pela FINAME, beneficiando a comercialização de bens de capital fabricados no Brasil.

Quanto à destinação setorial, prevê-se a seguinte distribuição: indústria, 48%; infra-estrutura, 29%, sendo 12% para energia; agricultura, 14%; demais setores, 9%. As pequenas e médias empresas continuarão a receber tratamento prioritário, beneficiando-se com cerca de 23% dos desembolsos.

PIN/PROTERRA

Foram alocados, através do Programa de Integração Nacional — PIN e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA, em 1987, recursos no valor de CZ\$28,3 bilhões, que beneficiaram projetos de desenvolvimento, a cargo do

setor público, localizados nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM.

Esses recursos tiveram as seguintes destinações principais: Programas de Desenvolvimento Regional, CZ\$11,1 bilhões; Programa de Irrigação do Nordeste, CZ\$7,1 bilhões; transportes, CZ\$6,6 bilhões; saúde e saneamento, CZ\$2,5 bilhões; e reforma agrária, CZ\$1,0 bilhão.

O orçamento inicial do PIN e do PROTERRA prevê, para 1988, aplicações globais de CZ\$82,0 bilhões, alocados nas seguintes áreas: programas de desenvolvimento regional, CZ\$68,0 bilhões; transportes, CZ\$6,0 bilhões; programas de desenvolvimento urbano, CZ\$8,0 bilhões.

Transferências aos Estados e Municípios

Foram transferidos aos estados e municípios, em 1987, CZ\$216,6 bilhões, através da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios — SAREM.

Essas transferências correram, basicamente, à conta do Fundo de Participação dos Estados — FPE (CZ\$75,0 bilhões), do Fundo de Participação dos Municípios — FPM (CZ\$91,1 bilhões), das cotas-partes dos impostos únicos sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos (CZ\$7,6 bilhões), energia elétrica (CZ\$7,4 bilhões), minerais (CZ\$4,6 bilhões) e salário-educação (CZ\$11,6 bilhões).

Estatísticas e Informações para o Desenvolvimento

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE manteve, em 1987, as suas atividades regulamentares de coleta, análise, processamento e publicação de estatísticas, elaboração e cálculo de índices e indicadores econômicos e sociais, além da realização de estudos e pesquisas nas áreas de estatística e geografia.

Dentre essas atividades, cabe destacar, em 1987: o aperfeiçoamento do sistema de índices de preços ao consumidor; o desenvolvimento de um sistema de contabilidade nacional e de estatísticas econômicas; a ampliação e o aperfeiçoamento de estatísticas sociais; a implantação de

um sistema de informações para o planejamento; o aperfeiçoamento das informações geográficas, nos níveis regional e nacional; o levantamento e sistematização de dados sobre recursos naturais e meio ambiente; e o planejamento do Censo de 1990.

Para 1988, estão previstas as seguintes atividades: realização de um censo experimental, com vistas à preparação do recenseamento geral de 1990; publicação dos resultados finais dos censos econômicos de 1985 e do novo relatório de indicadores sociais; publicação sistemática e em bases trimestrais das contas nacionais do Brasil; apuração e crítica dos resultados da pesquisa de orçamentos familiares; e divulgação dos primeiros resultados das contas nacionais, baseadas em nova metodologia, incluindo a divulgação da matriz de relações intersetoriais de 1980.

Programa Grande Carajás

Em 1987, foram aprovados 13 projetos, no âmbito do Programa Grande Carajás, com investimentos previstos de US\$174 milhões, que, somados aos 45 projetos aprovados no período 1980/86, totalizaram investimentos da ordem de US\$14,4 bilhões.

A Secretaria-Executiva do Conselho Interministerial do Programa coordenou, ainda, vários estudos com vistas ao desenvolvimento da região, cabendo destacar aqueles relativos ao plano-diretor do corredor da Estrada de Ferro Carajás, à produção de carvão vegetal para siderurgia, ao plano siderúrgico do Estado do Maranhão, aos planos de desenvolvimento urbano das cidades de Marabá—PA e Açailândia — MA, além do levantamento de recursos naturais e seu respectivo mapeamento.

Foram, também, executadas várias ações de assistência à população residente na área do Programa, especialmente nos setores de educação, saúde e trabalho, assim como foi prestado apoio a prefeituras de municípios situados na região de influência do Programa Grande Carajás.

Para o ano de 1988, prevê-se a análise e aprovação de novos projetos e o prosseguimento dos estudos de interesse para o desenvolvimento da região, além da assistência às prefeituras e à população da área.

Privatização

As atividades do Conselho Interministerial de Privatização propiciaram a conclusão, em 1987, dos seguintes projetos:

— alienação da Companhia Nacional de Tecidos Nova América ao Grupo Cataguases — Leopoldina, em 9.6.87;

— alienação da Máquinas Piratininga do Nordeste S.A. à Companhia de Cimento Portland Poty (Grupo Votorantim), em 23.7.87;

— alienação da Máquinas Piratininga S.A. à Wuppertal — Indústria de Máquinas Ltda., em 15.9.87;

— alienação da Ferritas Magnéticas S.A. — FERMAG à Araldi Participações S.A.; e

— encerramento das atividades da Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais — ECEX (30.3.87), da Refinaria Ramiro (5.5.87), da Companhia de Incentivo a Atividades Agrícolas e Industriais (24.7.87), e da ENGEMATIC — Engenharia Hidráulica e Instrumentação S.A. (18.11.87).

Ademais, foram aprovados os seguintes projetos de privatização: Companhia Usinas Nacionais, Companhia Guatapará de Celulose e Papel — CELPAG, Companhia Ferro e Aço de Vitória — COFAVI, Eletrosiderúrgica Brasileira S.A. — SIBRA e das 18 Centrais de Abastecimento — CEASA.

Finalmente, foram aprovadas a liquidação da Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes, a desativação parcial da Companhia Brasileira de Dragagem e incorporação do remanescente à PORTOBRÁS, e a reformulação dos objetivos sociais da Companhia Brasileira de Projetos Industriais — COBRAPI.

Para o ano de 1988, prevê-se a conclusão do processo de privatização das empresas cujos projetos foram aprovados em 1987, além da aprovação dos projetos das seguintes empresas: Mafersa Sociedade Anônima, Caraíba Metais S.A. e suas coligadas e controladas, no total de 8 empresas, Usina Siderúrgica da Bahia S.A. — USIBA, Aços Finos Piratini S.A., Companhia Siderúrgica da Amazônia — SIDERAMA, Forjas Acesita S.A. — FASA, Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A. — SNBT, Companhia de Navegação do São Francisco — FRANAVE e Cimetal Siderurgia S.A.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A Secretaria de Administração Pública — SEDAP — deu seqüência, em 1987, às medidas que, traduzidas em documentos legais e procedimentos operacionais, representaram um avanço no processo de reforma administrativa idealizado pela Nova República.

Atenção especial foi dedicada ao estabelecimento de uma nova política de recursos humanos, voltada para uma melhor estruturação da carreira, na perspectiva de profissionalização do funcionalismo público. A partir da consideração de dois aspectos essenciais — qualificação e ascensão por mérito — a SEDAP elaborou propostas que resultaram no Decreto nº 95.808, de 27 de outubro de 1987, que dispõe sobre a capacitação do pessoal civil da Administração Federal, e no Decreto-Lei nº 2.403, que fixa as diretrizes do sistema de carreira do serviço civil da União e dos Territórios Federais.

O citado decreto trata de estruturação e competência dos órgãos integrantes do subsistema de capacitação do pessoal civil, bem como da execução de programas de capacitação e valorização do servidor público e melhoria da eficiência da máquina administrativa. As atividades de

qualificação dos servidores foram atribuídas ao Centro de Desenvolvimento da Administração Pública — CEDAM, e à Escola Nacional de Administração Pública — ENAP, ambos órgãos integrantes da estrutura da Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP.

O CEDAM tem como atividade principal a realização de cursos de aperfeiçoamento, especialização, atualização e reciclagem, destinados a servidores de nível gerencial e técnico-operacional. Em 1987, foram oferecidos 104 cursos para uma clientela de 3.714 funcionários. Além disso, o CEDAM participou de reuniões internacionais e recebeu diversas missões estrangeiras da Venezuela, França, Moçambique e Cabo Verde.

A ENAP lançou o edital do concurso público para admissão ao primeiro Curso de Políticas Públicas e Gestão Governamental, que visa à capacitação de técnicos de alto nível a serem aproveitados na carreira de Gestor Governamental, cujo anteprojeto de criação encontra-se em exame pelo Congresso Nacional.

O Decreto-Lei nº 2.403, de 21 de dezembro de 1987, trata da instituição de carreira para os servidores da administração direta e autárquica, com previsão de ingresso e desenvolvimento com base no mérito pessoal e capacitação, em caráter geral e permanente, objetivando a valorização e a profissionalização do servidor, bem como a eficiência e a continuidade da ação administrativa.

O interesse do Governo Federal de utilizar, na administração pública brasileira, a experiência de outras nações levou a SEDAP a iniciar contatos e acordos de cooperação técnica internacional, resultando na assinatura, pelos Chanceleres do Brasil e da Argentina, do Protocolo nº 19 e no projeto de cooperação técnica com o Governo Francês para assistência à instalação e funcionamento da ENAP.

Como linha auxiliar à Reforma Administrativa, a SEDAP criou, em 1987, o Grupo de Estudos de Políticas Públicas — GEPP, que tem como principal objetivo a implantação de um processo de análise e de avaliação dos programas e das políticas do Governo. O GEPP promoveu dois Seminários Internacionais, um sobre Parlamentarismo e

Presidencialismo e outro sobre Os Limites da Intervenção do Estado, que contaram com a participação de conferencistas de diversos países, além de um seminário nacional sobre a região Nordeste.

De acordo com o Plano de Trabalho da SEDAP, estabelecido para 1987, foram ainda desenvolvidas as seguintes atividades:

— implantação do Serviço Nacional de Protocolo — SENAPRO, que informatizou o acompanhamento de processos, permitindo que os usuários possam obter informações através do telefone ou de outros meios. Em 1987, o SENAPRO acompanhou mais de 5,5 milhões de processos que deram entrada na SEDAP ou no Ministério da Fazenda; além disso, foi concluída a elaboração e distribuição do Catálogo Nacional de Protocolos;

— implantação do Cadastro Nacional de Veículos Oficiais;

— criação da Central de Veículos Oficiais, para futuro atendimento a todos os órgãos da Administração Federal sediados em Brasília;

— implantação da Central de Mala Oficial, com a finalidade de planejar e promover a execução das atividades de circulação de documentos e expedientes entre os órgãos da Administração Federal Direta e Autárquica, localizados em Brasília. Atuando inicialmente em caráter experimental, estima-se que este serviço possa produzir uma economia anual da ordem de CZ\$96 milhões;

— implantação e emissão dos primeiros relatórios gerenciais do Cadastro Nacional de Pessoal Civil — CNPC, que mantém registro atualizado dos servidores civis da Administração Federal, bem como dos inativos e pensionistas às custas do Tesouro Nacional, visando à sistematização de informações necessárias à execução da política de pessoal;

— implantação do Sistema de Auditoria de Pessoal, com o objetivo de identificar os recursos humanos eventualmente ociosos para a realocação em outras áreas da administração pública federal onde suas atividades sejam requeridas. Em 1987, a Coordenadoria de Análise de Custos

e Auditoria da SEDAP realizou auditorias em oito órgãos públicos; e

— desenvolvimento, dentro do Programa Nacional de Apoio Municipal — PRONAM, de projetos de assistência e cooperação técnica a prefeituras municipais.

Em decorrência dos estudos e propostas da SEDAP, em 1988, deverão ser encaminhados ao Poder Executivo os seguintes projetos, que consolidarão as diretrizes básicas do processo de reforma administrativa:

— instituição do Plano de Classificação de Cargos, no âmbito da Administração Direta e Autárquica, com a organização de quadros de pessoal, estruturação dos cargos de provimento efetivo em sistema de carreira e a definição dos cargos em comissão e o seu relacionamento aos níveis hierárquicos da organização;

— instituição do Plano de Redistribuição, capaz de proporcionar ao servidor público uma remuneração justa, envolvendo a racionalização do sistema de vantagens, mediante incorporação das gratificações ao vencimento;

— Estatuto do Funcionário Público, que disporá sobre o regime jurídico único dos servidores públicos civis da União e das autarquias federais;

— Programa Nacional de Racionalização de Compras de Material e Contratações de Serviços da Administração Pública Federal, que prevê um sistema integrado de informações constituído por:

- a) Catálogo Nacional de Material;
- b) Catálogo de Compras;
- c) Catálogo de Serviços;
- d) Cadastro Nacional de Fornecedores.

Com a conclusão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, receberá prioridade o exame do anteprojeto versando sobre a Lei Orgânica da Administração Pública Federal, que estabelece as normas fundamentais da estrutura e do funcionamento da Administração Federal.

O programa de trabalho da SEDAP para 1988 contempla ainda as seguintes atividades:

— início do primeiro curso de Políticas Públicas e Gestão Governamental, para 120 alunos selecionados em concurso público, de âmbito nacional;

— operação do Cadastro Nacional de Pessoal Civil na modalidade *on line*, que permitirá o imediato atendimento a consultas de usuários;

— elaboração de diagnósticos e de manuais para orientação dos órgãos e entidades públicas, bem como melhoria dos programas de atendimento ao público, além de apoio aos governos estaduais e municipais em suas iniciativas de modernização administrativa;

— implantação do Serviço Nacional de Protocolo dos Ministérios da Justiça e da Indústria e do Comércio;

— implantação do Serviço de Integração Gerencial do Sistema de Transporte Coletivo, para os servidores públicos residentes em Brasília, visando a reduzir os custos destes serviços e racionalizar sua utilização;

— elaboração de projetos de pesquisa para análise de políticas governamentais; e

— assinatura de acordo de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, com vistas à Reforma Administrativa.

MINISTRO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DE IRRIGAÇÃO

As atividades do Ministro Extraordinário para Assuntos de Irrigação, em 1987, dirigiram-se, principalmente, para a implementação do Programa Nacional de Irrigação e do Programa de Irrigação do Nordeste. O primeiro contou com investimento de CZ\$3,4 bilhões. Por sua vez, o Programa de Irrigação do Nordeste recebeu recursos no valor de CZ\$17,8 bilhões, aplicados por instituições federais, governos estaduais e bancos de desenvolvimento.

O Programa Nacional de Irrigação permitiu ao setor privado implantar 218.500 hectares, superando em 52% a meta estabelecida. Para assegurar estes resultados, foram aplicados CZ\$1,1 bilhão em infra-estrutura de uso coletivo, CZ\$553,6 milhões em suporte elétrico e CZ\$548,6 milhões em obras, elaboração de projetos e aquisição de equipamentos.

No suporte elétrico à irrigação, os recursos foram utilizados para a construção de 760 km de linhas de transmissão, 3.790 km de distribuição, além da construção de subestações.

As obras hidráulicas compreenderam: macrodrenagem, com vistas à retirada de material sólido do leito, retificação e melhoramento do sistema de escoamento de rios, beneficiando 31.800 hectares; captação e adução coletiva de águas superficiais através de construção de açudes de pequeno porte, barragens e estações de bombeamento; captação coletiva de águas subterrâneas, com a abertura de poços naquelas regiões onde não se utiliza captação de águas superficiais; e financiamento de máquinas e equipamentos, tais como retroescavadeiras, patrulhas mecanizadas e equipamentos para nivelamento.

A agricultura do Centro-Oeste tornou-se a maior beneficiária dos recursos para obras de suporte elétrico à irrigação e à eletrificação rural. O número de beneficiários alcançou 5.340 numa área de 200.400 hectares. Os investimentos nessa região proporcionam retornos elevados, garantindo a viabilidade dos projetos implantados e constituindo estímulo à expansão de suas atividades primárias.

Outras realizações compreenderam o desenvolvimento de recursos humanos, pesquisa e tecnologia, recursos naturais e cartografia; administração de recursos hídricos e estudos de impacto sócio-econômico da irrigação. Contou-se com a participação decisiva de universidades, escolas técnicas e institutos de pesquisa que contribuíram com a formação de recursos humanos, desenvolvimento de novas tecnologias e no aperfeiçoamento dos sistemas de informações sobre irrigação.

Ainda na área de influência do Programa Nacional de Irrigação, estima-se que os projetos tenham contribuído com 3,7% da área colhida e 16% da produção de grãos. Quanto à geração de emprego, calcula-se que, no período 1986/87, tenham sido criados 400 mil empregos, sendo 140 mil diretos e o restante indiretos.

Em 1988, as ações do Programa Nacional de Irrigação tornarão possível ao setor privado nacional implantar, aproximadamente, 370 mil hectares irrigados, dos quais 125 mil na região Sul, 135 mil na região Sudeste e 110 mil na região Centro-Oeste.

Os dispêndios públicos previstos para infra-estrutura coletiva e suporte técnico à irrigação totalizam investimentos da ordem de CZ\$9,5 bilhões (a preços de setembro de 1987), sendo de CZ\$6,0 bilhões a participação da União e CZ\$3,5 bilhões de responsabilidade das Unidades Federais.

Quanto ao Nordeste, os resultados alcançados decorreram, em grande parte, do crescimento das áreas irrigadas pela iniciativa privada. O Programa de Ação Governamental previa irrigar 63.800 hectares, em 1987, meta superada em 44,6% com a implantação de 92.250 hectares. Além da participação da iniciativa privada, do apoio dos governos estaduais e dos bancos de desenvolvimento, o atingimento desses resultados deve-se, também, ao apoio das instituições públicas e privadas de assistência técnica e dos órgãos federais e estaduais de pesquisa agrônômica.

O Programa de Irrigação do Nordeste teve, também, grande participação na redução dos efeitos adversos da seca ocorrida em algumas regiões em 1987, pela construção de açudes e poços, e implantação de 78km de estradas vicinais e 1.157km de linhas de energia. Houve também nesse programa a preocupação com o conhecimento da realidade regional, sendo que para isso foram contratados estudos para apoiar as diversas ações desenvolvidas.

Nos dois anos de existência do Programa, foram implantados 170.000 hectares de áreas irrigadas no Nordeste, dos quais grande parte deveu-se à atuação do PROVÁRZEAS. Seus benefícios podem ser resumidos da se-

guinte forma: atendimento a 12.270 famílias, com a construção de obras de infra-estrutura e projetos de irrigação; apoio e reforço da infra-estrutura de captação de água em 10 mil propriedades; eletrificação de 6.400 propriedades rurais que passaram a dispor de condições para irrigar 70 mil hectares; geração de 363 mil empregos diretos e indiretos; e garantia de uma colheita de 790 mil toneladas de alimentos e fibras.

Em 1988, pretende-se implantar entre 107.000 e 137.000 hectares de áreas irrigadas, com mobilização de recursos nacionais no valor de CZ\$41,3 bilhões, sendo que, destes, CZ\$14,9 bilhões são recursos de crédito para irrigação privada. O montante de recursos externos já contratados atinge US\$105 milhões, aos quais serão acrescentados outros, atualmente em fase de negociação.

IV. APÊNDICE ESTATÍSTICO

TABELA I

Taxas de Evolução de Alguns Indicadores Macroeconômicos 1980—1987

Períodos	Inflação ⁽¹⁾	Produto Real ⁽²⁾		Desemprego ⁽³⁾	Massa de Salários Reais na Indústria Paulista ⁽⁴⁾		Nível de Emprego	Utilização da Capacidade Instalada ⁽⁵⁾
		Total	Per Capita		Salário Médio Real	Massa de Salários		
		(Variação %)						
1980	94,6	9,1	6,5	...	5,3	9,1	3,6	84
1981	92,7	-3,3	-5,7	7,9	8,5	1,0	-6,9	77
1982	103,3	0,9	-1,5	6,3	11,8	6,3	-4,9	75
1983	164,4	-2,5	-4,9	6,7	-6,6	-13,9	-7,8	74
1984	208,9	5,7	3,1	7,1	7,1	6,8	-0,3	74
1985	233,7	8,3	5,6	5,3	12,8	22,3	8,4	78
1986	62,4	8,2	5,6	3,6	14,1	25,4	9,9	83
1987 ⁽⁶⁾	366,0	3,0	ND	3,8	-8,0	-5,2	3,0	81

Fontes: Fundação IBGE, Fundação Getúlio Vargas e FIESP.

- Notas: (1) Até 1985, taxas de inflação segundo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), elaborado pela Fundação IBGE. A partir de 1986, taxas de inflação oficiais segundo o IPC.
- (2) Taxas de crescimento anuais.
- (3) Taxa média de desemprego em relação à População Economicamente Ativa (PEA) nas seis principais regiões metropolitanas do País.
- (4) Taxa de crescimento anual da massa de salários reais da indústria de transformação no Estado de São Paulo. Utilizou-se como deflator o Índice de Preços ao Consumidor de São Paulo, elaborado pela FIPE.
- (5) Nível de utilização da capacidade instalada na indústria de transformação no Brasil, estimado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (6) Preliminar.

TABELA II
 Taxas de Crescimento do Produto Real
 1985—1987

Setores e Subsetores	(Variação %)		
	1985	1986	1987 ⁽¹⁾
<i>Setor Primário</i>	8,8	-7,3	14,0
Lavouras	13,6	-10,0	15,5
Produção Animal e Derivados	1,3	-3,1	11,0
<i>Setor Secundário</i>	9,0	12,1	0,2
Indústria de Transformação	8,3	11,3	0,9
Extrativa Mineral	11,5	3,7	—
Construção Civil	11,3	17,7	—
Serv. Ind. Util. Pública	10,2	8,3	—
<i>Setor Terciário</i>	7,7	8,2	2,8
Comércio	8,7	10,0	2,0
Intermediários Financeiros	10,0	7,1	3,0
Transportes	4,6	11,6	4,8
Comunicações	16,9	17,1	11,3
Governos	2,4	2,4	2,4
<i>Produto Real</i>	8,3	8,2	3,0

Fontes: FGV e Fundação IBGE.

Nota: (1) Preliminar

TABELA III
Indicadores de Produção Industrial
1980—1987

(Variação %)

Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987 ⁽¹⁾
Total	9,2	-10,2	-0,2	-5,2	7,4	8,5	10,9	1,70
Extrativa Mineral	12,8	-2,5	7,1	15,3	29,9	11,5	3,7	-0,94
Indústria de Transformação	9,1	-10,4	-0,4	-6,1	6,1	8,3	11,3	1,85
Por Gêneros								
Minerais Não Metálicos	7,7	-5,2	-2,8	-16,4	-0,1	7,9	18,2	4,46
Metalúrgica	12,5	-17,0	-3,7	-2,6	13,8	7,3	11,8	1,46
Mecânica	14,5	-19,7	-17,7	-13,0	18,6	10,3	21,6	5,02
Material Elétrico e de Comunicações	12,3	-15,4	2,9	-10,8	2,0	19,3	22,2	-0,84
Material de Transporte	4,5	-22,9	-3,0	-6,6	4,6	11,7	12,5	-11,11
Papel e Papelão	11,2	-6,9	7,2	1,6	6,8	6,5	10,5	4,58
Borracha	9,4	-14,6	-6,0	7,4	6,6	8,4	14,1	4,94
Química	5,0	-1,2	8,0	-2,2	9,6	6,2	1,6	6,72
Farmacêutica	11,7	2,6	0,9	-7,5	8,8	5,2	22,3	4,13
Perfumaria, Sabões e Velas	9,1	1,4	3,5	1,3	-1,1	12,9	22,0	13,98
Produtos de Matérias Plásticas	14,4	-20,9	7,7	-9,9	4,0	11,7	21,7	-1,14
Têxtil	6,5	-13,7	4,9	-10,7	-3,8	13,6	13,5	0,76
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	10,7	-0,7	3,0	-12,6	2,2	6,8	6,4	-8,78
Produtos Alimentares	8,4	2,7	1,3	2,6	-0,8	0,2	0,2	6,15
Bebidas	2,0	-7,6	-2,5	-5,1	-0,5	11,2	23,2	1,89
Fumo	-3,9	4,1	4,4	-1,7	3,3	11,7	7,4	2,79
Por Categorias de Uso								
Bens de Capital	8,6	-19,4	-14,9	-19,2	14,8	12,8	21,6	-1,09
Bens Intermediários	9,2	-11,1	2,7	-2,5	10,2	7,2	8,4	1,99
Bens de Consumo	7,5	-3,9	3,1	-4,3	0,3	9,2	11,0	0,68
Durável	18,8	-24,9	8,0	-0,9	-7,5	15,4	20,3	-5,67
Não-Durável	5,3	1,2	2,1	-5,0	2,0	7,8	8,9	2,26

Fonte: IBGE.

(1) Últimos doze meses terminados em novembro.

TABELA IV

Taxa de Crescimento do Produto Real — Agropecuária
1987—1986⁽¹⁾

	(Variação %)
Discriminação	Taxa
Setor Primário	14,0
• Lavouras	15,5
Algodão arbóreo ⁽¹⁾	-47,9
Amendoim em casca	-26,7
Arroz	0,2
Banana	2,1
Cacau	-26,8
Café em coco	116,0
Cana-de-açúcar	13,4
Cebola	34,7
Feijão em grão	-9,0
Fumo em folha	2,8
Laranja	10,1
Mandioca	-8,4
Milho em grão	30,4
Pimenta do Reino	2,5
Soja em grão	26,1
Tomate	11,1
Trigo em grão	4,5
Uva	-5,2
• Produção Animal e Derivados	11,1

Fontes: IBGE e FGV

(1) Dados preliminares, sujeitos a revisão

TABELA V
Execução Financeira do Tesouro Nacional
1986—1987

Discriminação	1986	1987	(Variação %)	
			Nom.	Real
1. Receita Total da União	590,1	1.748,0	196,2	—6,8
2. Incentivos Fiscais	12,8	32,0	150,0	—21,3
3. Empréstimo Compulsório	16,5	43,8	165,5	—16,5
4. Receita Total do Tesouro (1-2-3)	560,7	1.672,2	198,2	—6,2
4.1. Receitas Correntes	394,1	1.202,4	205,1	—4,0
4.2. Op. Crédito — Tit. Federais	166,6	380,4	128,3	—28,2
4.3. Op. Crédito — Reemp. Ext.	—	89,4	—	—
5. Despesas do Tesouro	500,2	1.392,1	178,3	—12,4
6. Resultado de Caixa A (4.1 — 5)	—106,1	—189,7	78,8	—43,7
7. Resultado de Caixa B (4 — 5)	60,5	280,1	363,0	45,7
8. Transferências para BACEN	90,7	77,4	—15,7	—73,1
9. Impacto monetário (6 + 8)	—15,4	—112,3	629,2	129,5
10. Disponibilidades globais (*)	78,3	358,4	357,7	44,0

(*) Resultado de Caixa B mais disponibilidades do exercício anterior.

TABELA VI

Necessidades de Financiamento do Setor Público
 Conceito Operacional
 1987

(CZ\$ milhões e %)

Discriminação	Programação				Estimativa Preliminar		Diferença	
	CZ\$		CZ\$		CZ\$		CZ\$	
	milhões (1)	% PIB 1/ (1)	milhões (2)	% PIB 2/ (2)	milhões (3)	% PIB (3)	milhões (4)=(3)-(2)	% PIB (4)
I - Governo Central	161,077	1,4	165,152	1,4	230,032	1,9	64,880	0,5
II - Governos Estaduais e Municipais	175,568	1,6	188,745	1,6	178,057	1,5	-10,688	-0,1
III - Empresas Estatais	62,999	0,6	70,779	0,6	276,234	2,3	205,455	1,7
• Aportes do FND	-46,300	-0,4	-47,186	-0,4	-29,000	-0,3	18,186	0,1
• Déficit	109,299	1,0	117,965	1,0	305,234	2,6	187,269	1,6
IV - Agências Descentralizadas	0	0,0	0	0,0	-4,605	0,0	-4,605	0,0
V - Previdência Social	2,417	0,0	2,564	0,0	33,217	0,3	30,653	0,3
VI - Fundos e Programas	-11,096	-0,1	-11,797	-0,1	-70,815	-0,6	-59,018	-0,5
Total (I a VI)	390,965	3,5	415,443	3,5	642,120	5,4	226,677	1,9

Fonte: Banco Central do Brasil.

Notas: (1) PIB: CZ\$11.119.556 milhões.

(2) PIB: CZ\$11.796.545 milhões.

TABELA VII

Brasil: Indicadores do Setor Externo
1982—1987

(US\$ milhões)

Itens	1982	1983	1984	1985	1986	1987 ⁽¹⁾
1. Exportações	20,175	21,899	27,005	25,639	22,393	26,213
2. Importações	19,395	15,429	13,916	13,153	14,044	15,061
3. Balança Comercial (1-2)	780	6,470	13,089	12,486	8,349	11,152
4. Juros (líquidos)	-11,353	-9,555	-10,203	-9,659	-9,093	-9,037
5. Outros Serviços e Transferências	-4,182	-3,057	-2,369	-2,525	-3,284	-3,400
6. Saldo em Conta Corrente (3+4+5)	-14,755	-6,142	517	302	-4,028	-1,285
7. Conta Corrente/PIB (%)	(5.5)	(3.0)	0.2	0.1	(1.5)	(0.4)
8. Investimentos Diretos (líquidos)	991	664	1,076	720	-108	500
9. Hiato de Recursos (6-4+8)	-2,411	4,077	11,796	10,681	4,957	7,252

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) Preliminar.

TABELA VIII

Indicadores de Endividamento Externo
1980—1987

(US\$ milhões e %)

Anos	Dívida Bruta Registrada	Reservas Internacionais 2/	Dívida Líquida (C=A-B)	Serviço da Dívida			Exportações (G)	Serviço da Dívida/Exportações (%) (H=F/G)	PIB (Em Bilhões Dólares) 4/ (I)	Dívida Líquida/PIB (%) (J=C/I)
	(A)	(B)	(C=A-B)	Amortizações 3/ (D)	juros Líquidos (E)	Total (F=D+E)		(H=F/G)	(I)	(J=C/I)
1980	53.847	6.913	46.934	6.689	6.311	13.000	20.132	64.6	250.2	18.8
1981	61.411	7.507	53.904	7.496	9.161	16.657	23.293	71.5	275.9	19.5
1982	70.198	3.994	66.204	8.215	11.353	14.568	20.375	72.2	283.1	23.4
1983	81.319	4.563	76.756	5.294	9.555	14.849	21.899	67.8	206.3	36.9
1984	91.091	11.996	79.096	2.866	10.202	13.069	27.005	48.4	211.1	37.5
1985	95.857	11.608	84.249	2.394	9.589	11.983	25.639	46.7	227.0	37.1
1986	101.759	6.760	94.999	3.164	9.093	12.257	22.393	54.7	271.4	35.0
1987 1/	107.446	7.685	99.761	3.292	8.900	12.192	26.213	46.5	280.1	35.6

Fonte: Banco Central do Brasil.

(1) Previsão.

(2) Conceito de Liquidez Internacional, definido como: reservas em ouro + DES + Posição no FMI + Divisas Conversíveis.

(3) Não inclui amortizações refinanciadas, a partir de 1983.

(4) Convertido pela taxa média de câmbio. Não reflete o poder paritário de compra.

TABELA IX

Exportações, Importações e Saldo Comercial
1984—1987

(US\$ Milhões e Porcentagem)

Discriminação	1984		1985		1986		1987	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Exportações	27005,3	100,0	25639,0	100,0	22393,0	100,0	26213,0	100,0
Produtos Industrializados	17955,0	66,5	16821,3	65,6	14922,0	66,6	18008,0	68,7
• Derivados de petróleo ^(*)	2053,1	7,6	1833,2	7,2	796,4	3,6	1038,0	4,0
• Café em Grão	2564,1	9,5	2369,2	9,2	2006,0	9,0	1958,0	7,5
Minérios, Metaisúrgicos	1784,8	6,6	1795,7	7,0	1720,9	7,7	1720,0	6,5 ^(**)
Outros prod. básicos	4701,4	17,4	4652,8	18,2	3744,1	16,7	4527,0	17,3
Importações	13915,8	100,0	13153,5	100,0	14044,3	100,0	15061,0	100,0
Petróleo e derivados	6877,0	49,4	5749,2	43,7	3004,3	21,4	4117,8	27,3
Trigo	755,0	5,4	591,1	4,5	248,3	1,8	249,7	1,7
Demais importações	6283,8	45,2	6813,2	51,8	10791,7	76,8	10693,5	71,0
Saldo Comercial	13089,5		12485,5		8348,7		11152,0	

Fonte: CACEX, CIEF/MF e PETROBRÁS.

Obs.: (*) — Valores já incluídos em Produtos Industrializados.

(**) — Estimativa SEPLAN (SEAE).

TABELA X

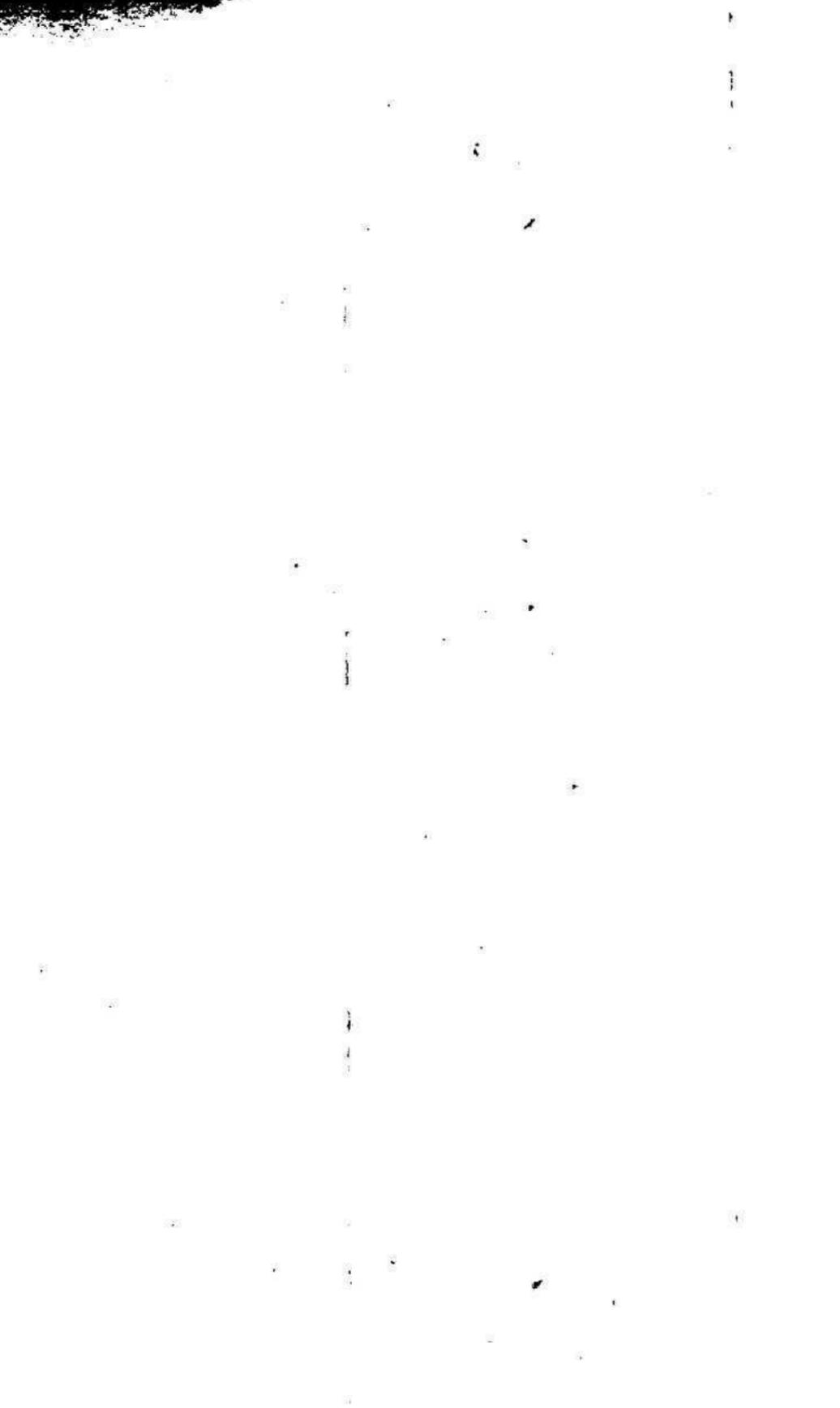
Taxa de Desemprego Aberto por Regiões Metropolitanas
(Médias Anuais)
1982—1987

(Porcentagem)

Ano	Regiões Metropolitanas						
	Recife	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Salvador	Rio de Janeiro	Média
1982	7,50	5,58	5,25	6,18	6,24	6,54	6,35
1983	7,98	6,79	6,73	7,77	5,57	6,18	6,70
1984	8,58	6,80	6,98	8,30	7,75	6,76	7,12
1985	7,21	5,02	5,37	5,72	6,04	4,86	5,25
1986	4,39	3,34	3,87	3,71	4,54	3,49	3,59
1987	5,18	3,76	3,92	3,92	4,08	3,24	3,73

Obs.: Pessoas ocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Fonte: Fundação IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego).





***Esta obra foi composta e impressa no
Departamento de Imprensa Nacional,
SIG - Quadra 06 - Lote 800 -
Brasília - DF - CEP 70604,
em fevereiro de 1988***